

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS

**CAPITALISMO MANIPULATÓRIO E FORMAÇÃO NO
TRABALHO:** Envolvimento consentido e “captura da subjetividade”

FLORIANÓPOLIS
2016

SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS

**CAPITALISMO MANIPULATÓRIO E FORMAÇÃO NO
TRABALHO:** Envolvimento consentido e “captura da subjetividade”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vania Maria Manfroi

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Samuel Salezio dos
Capitalismo manipulatório e formação no trabalho :
Envolvimento consentido e "captura da subjetividade"
/ Samuel Salezio dos Santos ; orientadora, Prof.^a
Dr.^a Vania Maria Manfroi - SC, 2017.
160 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Capitalismo manipulatório.
3. Sociometabolismo do capital. 4. Ideologia,
Proletarização. 5. Divisão Social do Trabalho. I.
Manfroi, Prof.^a Dr.^a Vania Maria . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social. III. Título.

SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS

**CAPITALISMO MANIPULATÓRIO E FORMAÇÃO NO
TRABALHO: Envolvimento consentido e “captura da subjetividade”**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação em Serviço Social

Florianópolis, 26 de Novembro de 2016.

Prof.^a, Dr.^a Beatriz Augusto Paiva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Vania Maria Manfroi
Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Mônica de Fátima Bianco
Universidade Federal do Espírito Santa/ Programa de Pós-Graduação em
Administração (Avaliadora)

Prof.^a Dr.^a Soraya Fransoni Conde
Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-Graduação
em Educação (Avaliadora)

Prof. Dr. Ricardo Lara
Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social (Avaliador)

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Baima Cartaxo
Universidade Federal de Santa Catarina/ Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Se agradecer pode ser entendido como compensar ou reconhecer, adiante ser impossível fazê-lo sem cometer qualquer injustiça. Para cada qual que de fato foi importante – e das mais variadas formas –, espero poder ter demonstrado na vida e na convivência o reconhecimento e a gratidão por cada ato, gesto ou palavra que fizeram desse período um marco na constituição de novos horizontes.

Gostaria também de contar com a compreensão de todas e todos para quem não pude dirigir a devida atenção durante esse período específico que conformou a experiência do mestrado. São as pessoas que de várias maneiras afetaram minha trajetória e colaboraram para incrustar dúvidas e sedimentar entendimentos. São amigos, conhecidos e familiares com quem não pude manter o contato que desejava, mas que sempre estiveram presentes em lembranças e até em culpa, visto que nem sempre pude atender às demandas por atenção e convivência. Saibam que mesmo assim, foram importantes e têm lugar cativo nas memórias e na conformação de quem sou hoje.

Agradecer é contemplar os fatos e, a partir de uma narrativa, identificar e valorar os contatos, as conversas, o apoio e a potência que cada partícipe desse processo interpôs para compor esta síntese. É uma tarefa de difícil feito, visto que essa valoração não pode ser devidamente categorizada ou medida sem injustiças, todavia, materializa um signo de cumplicidade e fraternidade para com as afecções significativas.

Desta feita, agradeço aos amigos e amigas, próximos ou já distantes, pelo apoio e incentivo. Às e aos que nos momentos difíceis, mas também nos de êxtase, compartilharam do seu tempo, recursos, habilidades e sua sabedoria como forma significativa e autêntica de convivência, ao que convencionamos chamar amizade. Sabidamente, algumas amizades são a família que escolhemos. Assim, irmãos e irmãs, compartilho o meu mais sincero desejo de uma vida plena.

À minha família, que apesar da distância, sempre esteve na retaguarda com seu apoio e amor incondicional.

Aos mestres, por possibilitarem um rico processo pedagógico, colaborando no processo de desconstrução/construção de entendimentos que certamente influenciam diretamente no exercício profissional e na prática social. À minha orientadora, Vania Maria Manfroi, pelos questionamentos, provocações e pelo apoio e incentivo no âmbito acadêmico, mas também por sempre contribuir para a ampliação do universo intelectual/cultural como forma de potencializar a atividade criativa e o livre pensar. À banca avaliadora, tanto aos que colaboraram

no processo de qualificação, bem como à banca de defesa. São esses debates e contribuições que interpõem o desafio de construir um conhecimento científico socialmente referenciado que incida na realidade e impulse novos nexos sociais.

Por fim, agradeço às pessoas com quem pude compartilhar, na atividade profissional, o cotidiano, as lutas e os debates. Esse trabalho é fruto das inquietudes que daí surgiram.

RESUMO

A presente dissertação objetiva problematizar, a partir da economia política, as requisições ideológicas engendradas na construção da dominação de classe, entendendo-as como pores teleológicos de segunda ordem. Ao apresentarmos as categorias consideradas fundamentais para a apreensão dos fenômenos ideológicos e sua influência na dinâmica da vida social, resgatamos em Marx, Lukács, Netto e Konder as análises características dos desdobramentos advindos da objetivação enquanto exteriorização. Como fatos históricos, os atos de trabalho criam os nexos sob os quais os indivíduos traçam suas trajetórias individual e coletivamente, de forma cada vez mais complexa. Assim, fazemos também um breve resgate sobre os principais aspectos da formação social contemporânea, articulando as determinações da Lei do Valor, da Lei Geral da Acumulação Capitalista e da Queda Tendencial da Taxa de Lucro como categorias econômicas e sociais. Igualmente, a partir da análise das implicações do capital imperialismo e do desenvolvimento desigual e combinado, buscamos estabelecer uma análise do sociometabolismo do capital e as refrações no mundo de trabalho e na vida social da classe trabalhadora. Por fim, enveredamos pela análise sociohistórica das implicações da complexificação da divisão social do trabalho no processo de proletarianização, sustentando que, na emergência do capitalismo manipulatório, a exploração do trabalho ganha importantes contornos ideológicos, os quais buscaremos analisar a partir da particularidade do caso da Arcos Dorados, empresa detentora dos direitos de exploração das franquias da marca McDonald's na América Latina.

Palavras-chave: Capitalismo manipulatório, Sociometabolismo do capital, Ideologia, Proletarianização, Divisão Social do Trabalho

RESUMEN

La presente disertación tiene por objetivo discutir los problemas, desde la economía política, de los requerimientos ideológicos que posibilitan construir la dominación de clase, entendiendo-las como pores teleológicos de segundo orden. Al presentarnos las categorías fundamentales para aprehensión de los fenómenos ideológicos y su influencia en la dinámica de la vida social, apoyándonos en Marx, Lukács, Netto y Konder los análisis característicos de las consecuencias de la objetivación como exteriorización. Los actos de trabajo, siendo factos históricos, originan nuevos nexos por los cuales los individuos desarrollan su trayectoria de forma individual, pero igualmente colectiva, con características más complejas. Luego, hacemos también una revisión de lo que consideramos aspectos fundamentales de la formación social contemporánea, enlazando las determinaciones de la ley del valor, la ley general de la acumulación capitalista y de la queda tendencial del taxón de lucro, cuales son categorías económicas y sociales. Igual, partiendo del análisis de las implicaciones del capital imperialismo y del desarrollo desigual y combinado, buscamos establecer un análisis del sociometabolismo del capital y sus refracciones en mundo del trabajo y en la vida social de la clase trabajadora. Al final, pasamos a un análisis socio histórico de las implicaciones de la complexificación de la división social del trabajo en el proceso de proletarización, sustentando que ante la generalización del capitalismo manipulador, la explotación gana importantes contornos ideológicos, los cuales analizaremos considerando la particularidad del caso de Arcos Dorados, la empresa que detiene los derechos de explotación de las franquías de la marca McDonald's en América Latina.

Palabras clave: Capitalismo Manipulador, sociometabolismo del capital, ideología, división social del trabajo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira lanchonete McDonald’s no Cazaquistão.	107
Figura 2 – Franquias McDonald’s por ano de implantação.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cadeia produtiva McDonald's – Empresas por ramo de negócios.....	125
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - REIFICAÇÃO E TRABALHO NO CAPITALISMO TARDIO	31
1.1 TRABALHO E ALIENAÇÃO	40
1.2 TRABALHO NO CAPITALISMO: EMERGÊNCIA DO FETICHISMO E DA REIFICAÇÃO.....	48
1.3 ESTRANHAMENTO, IDEOLOGIA E SOCIABILIDADE CAPITALISTA	58
1.4 ESTRANHAMENTO E IDEOLOGIA DA MANIPULAÇÃO	63
CAPÍTULO II - FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA CAPITALISTA: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E CONTINUIDADES DA PRODUÇÃO CAPITALISTA	67
2.1 FORMULAÇÕES SOBRE A LEI DO VALOR E A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA DINÂMICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	68
2.1.1 Lei do Valor e Lei Geral da Acumulação Capitalista em Marx..	68
2.1.2 Consequências econômicas do <i>modus operandi</i> do modo de produção capitalista	75
2.1.3 Estado e capital monopolista: a garantia das condições externas de produção	77
2.1.4 Desenvolvimento desigual e combinado: capital imperialismo e expansão do capital em questão	82
2.2 O ESTADO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO.....	87
2.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: IMPACTOS NA SOCIABILIDADE	90
CAPÍTULO III - O CASO MCDONALD’S. AMAMOS MUITO TUDO ISSO?	97
3.1 O SETOR DE SERVIÇOS E O MCDONALD’S: CARACTERIZAÇÃO DO NEGÓCIO.....	102
3.1.1 A companhia: Fatos presentes e imagens futuras	102
3.1.2 Cadeia produtiva e a expressão comercial da produção alimentícia na divisão social do trabalho	118

3.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: COEXISTÊNCIA DE REQUISIÇÕES PRODUTIVAS E MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA	132
3.3 A MATRIZ FILOSÓFICO-IDEOLÓGICA DA CORPORAÇÃO: MORALIDADE DO TRABALHADOR E A SATISFAÇÃO PRETÉRITA	136
3.4 CONDUTA EMPRESARIAL: ÉTICA CORPORATIVA E FORMAÇÃO NO TRABALHO	139
3.5 PRODUÇÃO EM MASSA: A ESTEIRA DE PRODUÇÃO FORDISTA DO HAMBÚRGUER	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

De início, advertimos ao leitor deste trabalho, que o mesmo é um exercício de aproximação teórica e um esforço de compreensão de complexos processos sociais afetos à sociabilidade tipicamente capitalista. Buscamos com afincos distanciar-nos de qualquer perspectiva que pudesse cristalizar entendimentos e estruturar rigidamente um quadro que não pudesse abarcar a dinamicidade da vida social, especialmente no que se refere ao constructo subjetivo característico das atividades humanas.

Não obstante, tal complexidade extrapola a possibilidade objetiva de ser aqui e agora materializada enquanto concreto pensado. Assim, o trabalho busca apontar questões e caminhos para elucidar os processos objetivos da produção e reprodução social no capitalismo, bem como suas expressões subjetivas, considerada a historicidade genérica do desenvolvimento humano e as particularidades observadas no contexto que se acerca. Não se trata de “encaixar” a vida social, particularmente as formas de proletarianização atualmente conhecidas, num esquema teórico qualquer, mas de considerar elaborações historicamente constituídas as quais parecem ser validadas constantemente no âmbito da economia política e da vida social.

A condição da classe trabalhadora erigida historicamente mediante disputas econômicas e violência, ganhou novos contornos a partir dos elementos que incrementaram a composição orgânica do capital, impelindo novas reflexões sobre os impactos no mundo do trabalho e as novas formas de proletarianização. As requisições e processos que advieram desse processo espraiam suas consequências na vida social, fazendo valer os ditames do *modus operandi* do modo de produção capitalista.

Desta feita, precisamos reconhecer que as reflexões que seguirão partem de um lugar na especialização do trabalho, qual seja, das vivências do autor como assistente social. Foi no espaço de trabalho profissional que consolidamos as vivências que denotam as contingências interpostas ao cotidiano da classe trabalhadora, expropriando e subalternizando potências criativas e dinâmicas. As carências certamente são grandes disciplinadoras e, aliadas à violência, reproduzem as desigualdades de classe como sustentáculo da dominação, porém, não sem resistências.

Se, como veremos, o sistema produtivo caminha para alternativas cada vez mais destrutivas, não o faz sem que igualmente sejam destruídas as vidas de quem a ele está submetido. Não apenas destruídas no sentido biológico, mas desperdiçadas ante toda a potência que poderiam organizar para manifestações da vida que correspondessem às reais necessidades e

afecções. O trabalho no capitalismo, seja ele “digno” e formal, ou análogo ao escravo e informal, variam pela intensidade com que se impõem os estranhamentos e a exploração física, pois qualquer trabalho não livremente associado é incapaz de mobilizar o sujeito sem alienações fundamentalmente estranhadas, as quais servem de constructo para que as diferenças se consolidem como desigualdades e que as hierarquias justifiquem a dominação.

Num contexto de emergência de movimentos sociais com ampla participação popular, os quais denotam uma diversidade de pautas e demandas, mas que comungam da insatisfação com as possibilidades e a objetividade da vida, emergem também suas variantes reacionárias. A rebeldia e o questionamento do *status quo* foram a tônica de amplos movimentos que tomaram as ruas brasileiras durante as chamadas “jornadas de junho” em 2013, sendo que as respostas circunscritas ao âmbito do Estado e por outras instituições apenas protelaram anseios carecendo de conteúdo transformador significativo. Não obstante, o que se seguiu foi um complexo emaranhado de acontecimentos sócio-políticos que apontam para o fim de um ciclo na democracia brasileira, no qual o desenvolvimento econômico permitiu um desenvolvimento conjunto, porém ainda desigual, das necessidades do capital e do trabalho.

No contexto específico do trabalho, nos interessa resgatar aqui o processo de inversão do emprego da força de trabalho, a qual deixa de estar concentrada no setor industrial e passa a ganhar corpo especialmente no setor de serviços. No ciclo da valorização, a preponderância numérica do setor de serviços parece alterar também a experiência proletária e a forma da condição do trabalhador. Nessa seara, a alteração substancial da experiência proletária passa pela experiência própria da alteração do processo de trabalho. Se na indústria o trabalhador tinha espoliada sua força de trabalho com determinações específicas no âmbito do estranhamento e da consciência, atualmente a experiência laboral urbana vinculada aos serviços denota novos contornos no âmbito do “capitalismo manipulatório”. Verifica-se, pois, uma mutação nas formas do trabalho concreto e da experiência do trabalhador a partir de novos nexos socio-técnicos do trabalho.

Logo, o envolvimento no ciclo de valorização nesta ponta, coloca a problemática do “envolvimento consentido” que mascara formas de exploração e requer da subjetividade dos trabalhadores anuência e protagonismo na gestão do capital alheio, implicando por sua vez, em uma forma diferenciada de proletarização, composta por complexos elementos ideológicos e uma manifestação da atividade humana repleta de fetiches/estranhamentos. Os requerimentos pelo auto-empreendimento e

a valorização da força de trabalho a partir de critérios de produtividade e flexibilidade dão a tônica da formação do trabalhador, porém não sem conflitos.

Impelida a aderir às novas técnicas gerenciais e seu conteúdo ideológico, o proletariado urbano que vende a força de trabalho no setor de serviços coloca-se no tensionamento dos ditames do mundo do trabalho. Não sem razão, as práticas educativas apontam para uma adequação à vida no trabalho, com horários, responsabilidades, mesclando a rigidez da fábrica e a flexibilidade necessária no que se refere à necessidade de inovação e transferência de responsabilidade pela “empregabilidade” para o próprio trabalhador. O dito “capital humano” impetra ao trabalhador perscrutar tendências e necessidades em um mercado de trabalho competitivo e flexível.

Como prioridade ontológica, ou seja, como condição material objetiva, a produção agrícola e industrial não pode ser prescindida, o que não fez desaparecer, por pura impossibilidade de incorporação, o contingente de trabalhadores expulsos do campo e da indústria, que sobremaneira precisam adequar-se ou perecerem no desemprego. Para os que ficaram, ainda que se possa fazer sentir alguma melhoria nas condições de vida, não fora suprimida a exploração do trabalho, seja absoluta ou relativamente. Assim, as coexistências e ambiguidades de uma sociabilidade totalizante reforçam as desigualdades e as formas de dominação. A complexificação da divisão social do trabalho reforçou as diferenças, mas igualmente edificou uma complexa interdependência sob a qual encontra-se baseada a experiência social contemporânea.

Encontramo-nos na encruzilhada do descenso histórico de uma forma de produzir e reproduzir a sociedade. As requisições específicas da expansão e da valorização do capital não se encontram calcadas nas necessidades especificamente humanas, mas subsumem a qualidade do valor de uso pelas requisições do valor de troca, implicando imperativamente no aumento dos conflitos por recursos e sobrevivência. Um esquema produtivo que permitiu, como nunca antes, o aumento da produtividade do trabalho e o distanciamento da barreira natural, impeliu, no mesmo processo, à desapropriação e ao subjugo a quase inteira humanidade.

O que se viu não seria possível sem o incrível incremento tecnológico que permitiu ao mundo ocidental dominar e manter, desde o colonialismo, uma hegemonia material-intelectual que conformou a divisão internacional do trabalho e as interações entre o novo e velho em todas as partes do globo. As expressões econômicas, políticas e culturais do recente desenvolvimento histórico capitaneiam uma maior interação

com franca prevalência de interesses, ainda que ideologicamente a globalização seja apregoada como processo ilimitado e integrador. O imperialismo, como expressão da dominação econômica e cultural, especialmente a partir dos anos 1970, dinamiza sua capacidade de intervenção e regulação das relações sociais em contextos sócio-geográficos distantes, combinando o militarismo com convencimento. O capitalismo manipulatório, impregnado de ideologia e disputas políticas, suprime a colaboração livremente associada entre os povos para alçar mão das estratégias de manipulação e incidência nas representações conscientes dos povos, utilizando-se das insatisfações e desigualdades locais como promotores legítimos da intervenção. Não se trata de uma necessidade individual ou de falta de caráter especificamente, mas da realização da mercadoria e da necessidade de expansão intrínseca ao modo de produção capitalista.

As contradições internas nos países de capitalismo classicamente desenvolvido, bem como as insolúveis problemáticas desse modelo em interação com organizações societárias completamente diferenciadas fizeram do colonialismo e das disputas intercapitalistas e intercoloniais um emaranhado de contradições e conflitos. Com a consolidação do capitalismo monopolista, também a partir da década de 1970, a manipulação e a intervenção ganham a tônica das relações internacionais e das relações entre nações.

Recentemente, no bojo da crise de 2008 nos países capitalistas centrais, a precariedade laboral e os retrocessos no campo trabalhista se alastram igualmente na periferia do centro e residualmente nos centros produtivos e financeiros. Nessa seara, o velho se torna novo e ganha notoriedade, porque, ainda que tal situação seja uma constante na vida de milhões de trabalhadores no sudeste asiático, ou igualmente na América Latina, ao afetar os trabalhadores do centro e das classes médias da periferia, a discussão acerca da precarização do trabalho sai da condição naturalizada para adentrar as problematizações teórico-filosóficas e a cena política.

Nessa esteira, a produção teórica sobre a temática ganha relevância no âmbito acadêmico e emerge no campo político. Entretanto, a crítica que aqui se propõe, entendida como análise à raiz do processo, não se limita às formas específicas do trabalho concreto, mas também à forma inteira do trabalho abstrato no capitalismo, o qual, mercantilizado, reduz também a essa condição o trabalhador, entendido como mercadoria cada vez mais supérflua. Logo, parece-nos que as emergentes formas de gestão do trabalho e precarização deste, demonstram formas históricas de

convencimento e conquista de hegemonia, características da exploração do trabalho e da dominação de classe.

As alterações, comumente citadas, no mundo trabalho na década de 1970, especialmente em virtude do incremento da produtividade, promoveram igualmente uma alteração significativa na divisão internacional do trabalho, marcando geopoliticamente as zonas de influência dos governos e suas transnacionais. Assim, o setor de serviços expandiu-se como compensação à vigência da lei geral da acumulação capitalista, e igualmente às próprias necessidades criadas no circuito da valorização do capital. Uma reorganização do tempo e cultura que expressaram também a conformação de um novo tipo de trabalhador. Relembramos que se trata de um fenômeno restrito aos países centrais e setores e regiões periféricas que gozam de certos privilégios. Se na Alemanha são necessários mais professores para garantir o nível educacional requerido às forças produtivas lá desenvolvidas, na China, cerca de 1.600 trabalhadores morrem anualmente por excesso de trabalho, podendo chegar a 600 mil, a depender da forma de contagem¹.

Aí se pode notar uma expressão do desenvolvimento desigual e combinado, que no contexto do imperialismo e do capital imperialismo, diversifica, diferencia, estratifica e hierarquiza as formas de produção, seus representantes políticos e conseqüentemente os trabalhadores. Os aspectos teóricos da opção específica pela noção de capital imperialismo e igualmente do desenvolvimento desigual e combinado, explicitaremos no decorrer do trabalho, mas adiantamos que são aspectos sem os quais não podemos compreender a experiência laboral do proletariado brasileiro, caracterizada por modelos e experiências, que socialmente, assemelham-se a um leque disposto em uma paleta de cores.

O universo constante da análise deste trabalho abarca cerca de 1,7 milhão de trabalhadores, os quais desenvolvem suas atividades na rede mundial de restaurantes McDonald's, a qual mantém restaurantes em 119 países do globo, com mais de 33 mil estabelecimentos. Como uma das "maiores formadoras de mão de obra do país" (McDonald's SITE), a empresa tem entre seus mais de 50 mil trabalhadores no Brasil um percentual de 70% com idade inferior a 21 anos. Considerando a rotatividade verificada no setor, mais um sem número de trabalhadores já estiveram atrás dos balcões da rede, tendo vivenciado a forma e o conteúdo do trabalho lá requerido. Marcadamente, considerando o fato de

¹ GASPARINI, Cláudia. **REVISTA EXAME**. Chinês morre em fábrica da Apple por excesso de trabalho. 12/03/2015. Disponível em: < <http://goo.gl/g953wU> >. Acesso em: 02 Mar. 2016.

que tal experiência é constitutiva dos processos de subsistência, reprodução material e da consciência social dos indivíduos, atinge um escopo ideológico significativo, corroborando também na significação de uma representação das condições de trabalho para o trabalhador coletivo.

A partir de análises teóricas relacionadas a dados secundários, a tarefa da pesquisa se concentra em apresentar a relação de proletarização característica do setor de serviços enquanto processo de trabalho, sobre o qual a formação ideológica é constante no sentido da “captura da subjetividade” e na conformação de aspectos comportamentais e produtivos requisitados no ambiente de trabalho, que igualmente influem na conformação de um “estilo de vida”. Como aduz Yamamoto (2012, p. 21), consideramos que “o processo de proletarização é tratado como expressão da radicalidade de uma forma de constituição da individualidade social típica da sociedade capitalista, mas matizada com as tonalidades próprias da situação estudada, que a torna ‘atormentada pelos vivos e pelos mortos’, por misérias herdadas e produzidas no presente”. A proletarização coloca na experiência do trabalhador, as bases para o processo da sociabilidade, que caracteristicamente capitalista, desperta vinculações e resistências, a depender das particularidades relacionais que se colocam na atividade cotidiana.

Como especialização da divisão social do trabalho, o setor de serviços é expoente da complexidade da divisão internacional do trabalho e da coexistência das formas de produzir, sendo que a fragmentação das atividades impõe a ocultação da cadeia produtiva como um todo, intensificando a possibilidade do fetichismo como forma específica da alienação no capitalismo tardio. Não obstante, o setor em questão representa simbolicamente o próprio processo de aceleração do tempo. Não por acaso seus processos de trabalho inovadores garantem à sua forma de alimentação o nome “*fast food*”. Subsidiária à existência, a alimentação é igualmente acelerada, contando com mercadorias padronizadas e facilmente preparadas em pouco tempo, atendendo às necessidades de escassez de tempo para as refeições.

Garantir o aceleração da produção, bem como a diminuição de seu preço, tornam-se os objetivos das companhias do setor, que por meio dos emaranhados jurídicos, patenteiam formas de gestão e produtos, de forma a garantir a exclusividade de exploração. Símbolo da vivacidade e da progressividade das economias de mercados, a forma da produção em questão oculta os fenecimentos imputados aos trabalhadores na cadeia produtiva. Os restaurantes igualmente mesclam as mais variadas e inovadoras formas de gestão e tecnologias de comunicação para garantir a logística necessária, bem como oferecem uma avançada formação

gerencial aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que extrapolam normas de carga horária, assediam e violentam trabalhadores, omitem acidentes de trabalho como queimaduras, entre outras graves violações trabalhistas e de direitos humanos.

Ideologicamente, a ambiguidade proposta no âmbito dos valores e da missão da companhia parecem repor os elementos da auto-promoção e negligenciar a condição subalterna do trabalhador. À companhia lhe cabe em suas próprias linhas:

Fornecemos oportunidades, incentivamos o talento, desenvolvemos líderes e recompensamos as realizações concretizadas. Acreditamos ser essencial para o nosso sucesso contínuo contarmos com uma equipe de indivíduos com formação adequada e antecedentes e experiências diferenciados, que trabalham em conjunto num ambiente que fomenta o respeito e incentiva elevados níveis de participação. (ARCOS DORADOS, 2012).

A proposta é imbuída de uma positividade, com requerimentos indiretos, indiferentes à realidade objetiva, sem história ou politização, apenas como realidade dada e condição eterna. Caberia, nesse cenário, aos trabalhadores adequarem-se às normas despersonalizadas e generalizantes das condutas e comportamentos esperados.

Reconhecidos alguns aspectos fundamentais do processo em análise, não poderíamos negligenciar os aspectos fundamentais imperativos para conformação de uma análise volitivamente totalizante e crítica.

Conhecidas as bases materiais para existência objetiva de tais formas, ou seja, sua base real, o problema passa a ser então, não “um conhecimento mais ou menos suficientes das condições”, mas sim os condicionantes “mais ou menos suficientes nos próprios objetos e nas suas disposições”. (BLOCH, 2005, p. 227). O possível enquanto transformação e alteração qualitativa das formas de vida social passa a um processo no qual “mesmo existindo o conhecimento suficientemente completo das condições existentes [...], o possível aparece aí como o próprio comportamento *estrutural-objetal dado*”. (BLOCH, 2005, p. 227).

Ao reconhecer a desigualdade econômica de classe como fundamento do exercício desigual do poder, bem como a objetividade a ela intrínseca, não automaticamente se pode esperar uma alteração, ainda que esta seja desejável (*Mögliche*). O possível estrutura-se a partir da potencialidade somada à possibilidade ativa, em síntese, um conjunto

complexo de ações/condições objetivas e subjetivas que podem (*Kannsein*) colocar em marcha novos nexos de fato.

Nessa conjunção de fatores *a priori* necessária:

Somente essa necessidade estruturalmente concluída seria o estado de condições plenamente cumpridas por excelência, no qual as condições internas bem como, sobretudo as externas não apenas teriam amadurecido plenamente, mas coincidiriam totalmente. Todavia, até agora nenhuma objetividade da coisa foi tão profunda que a própria objetividade coincidissem com a sua fundamentação total; o que a tornaria de fato estruturalmente necessária. (BLOCH, 2005, p. 231).

Mais que um dever-ser, está contida no real a sua possibilidade objetual de ser-de-fato, no espectro do “possível objetivo-real”, no qual “o homem é a possibilidade real de tudo o que ele tem sido na sua história e principalmente tudo o que ainda pode vir a ser no caso de um progresso sem entraves”. (BLOCH, 2005, p 232). Ainda no campo do desejável, do ideal e do simbólico para o possível, o que se projeta e está contido na essência de sua elaboração (possibilidade essencial-real, mas ainda não necessidade essencial-real), sendo o que Bloch coloca como:

Condição dispositiva [a respeito do possível real e a essência nele contida] do perfectível que acolhe o homem – numa noção de sua liberdade vindoura. A essência do perfectível é, conforme antecipação concretíssima de Marx, “a naturalização do homem, a humanização da natureza”. Isto representa a eliminação da alienação no homem e na natureza, entre o homem e a natureza ou a harmonia entre o objeto não reificado e o sujeito manifestado, entre o sujeito não reificado e o objeto manifestado. (2005, p. 237)

Entendendo que “a potência subjetiva é coincidente não com o elemento transformador, mas também com o elemento realizador na história, e será tanto mais coincidente com estes quanto mais os seres humanos tornarem-se construtores conscientes de sua própria história” (BLOCH, 2005, p 237), estão postas as bases para depreender quais os fatores contratendências/limitadores para tal realização – extinção da alienação e propulsão das possibilidades humano-genéricas.

Nesta seara, cabe fortalecer o possível desmistificando o real. No bojo da cultura burguesa, se torna imperativo superar a “complementaridade entre racionalismo formal e irracionalismo moderno na cultura própria ao capitalismo do século 20, cultura que é a expressão inequívoca da decadência ideológica” (NETTO, p. 244), alçando novas possibilidades não imediatas, interditas por se encontrarem dominadas pela necessidade voraz de expansão dos espaços de valorização da mercadoria em detrimento das necessidades qualitativamente potencializadoras das capacidades humanas.

Tais necessidades imediatas corroboram da necessidade de correspondência das relações de produção capitalista com a superestrutura que valida e permite sua perpetuação enquanto forma de produzir e reproduzir a vida humana de forma *sui generis*. Organizadas a partir do imperativo da exploração do trabalho, escraviza o homem à produção, condicionando, a partir da organização da produção, toda uma forma de regular e controlar, na qualidade de manipulação, os comportamentos e ações de sujeitos e populações.

As afecções de tais imperativos impactam ambos os polos constitutivos de tal relação dialética, ou seja, entre os que exercem o poder, e os que por ele são subjugados. Entretanto, o ponto crucial parece permanecer na cisão entre sujeito e objeto, entre trabalho e seu resultado, que são/foram igualmente potencializadores - porém franqueados - de novos nexos causais, em termos históricos, trata-se do movimento pelo qual:

o homem e seu trabalho tornaram-se [...] elementos decisivos no processo histórico do mundo, sendo o trabalho um instrumento de humanização da mesma; sendo as revoluções parceiras da sociedade vindoura, da qual a atual está grávida; sendo a coisa para nós, ou seja, o mundo, a pátria mediada, em função da qual a natureza se apresenta como possibilidade que mal foi tocada, que apenas foi franqueada. (BLOCH, 2005, p. 244).

Apresentados os fatos desde uma objetividade natural, até a subjetividade individual e relacional, recuperamos a inferência de Bloch quando este afirma que “a realização do realizador, esta possibilidade real última, é igual ao problema real último: colocar a sociedade e a natureza nos eixos”. (BLOCH, 2005, p. 245)

Ao traçarmos o caminho teórico e político aqui apresentado, reforçamos que se trata de um construto formal no âmbito da possibilidade objetivo-factual, correspondendo “sempre a um estado gradual da fundamentabilidade objetivo-científica em conformidade com o caráter incompleto do conhecimento científico das condições factualmente disponíveis”. (BLOCH, 2005, p. 224).

Sobremaneira se buscou superar a construção do conhecimento baixo a lógica do mercado, na qual:

toda teoria que se respeite deve cumprir uma dupla função: por um lado deslocar a responsabilidade de um fato com uma argumentação, que não é por ser elaborada que é menos ridícula; e, pelo outro, ocultar a realidade (quer dizer, garantir a impunidade). (FELÍCIO; HILSENBECK, 2008, p. 41-42).

Ao contrário, a perspectiva a que nos propusemos objetiva evidenciar as ambiguidades da produção capitalista – logo, da reprodução – de forma a contribuir para elucidação das dinâmicas sociais. A partir de uma abordagem sócio-histórica, o estudo exploratório analítico busca trazer à baila os elementos constitutivos do mundo do trabalho, especialmente do setor de serviços como especialização do trabalho, de forma a atingir, no plano objetivo-factual, as mediações capazes de projetar novas potências interventivas inclinadas a recolocar as necessidades humanas na ordem do dia.

A organização a que nos propusemos é flagrantemente uma mediação no campo de exteriorização escrita do concreto pensado, ainda que não suficientemente capaz de dar conta de toda a complexidade do processo. Entretanto, aventamos dizer que é um contributo – considerando a formação individual e a realização de tal trabalho no âmbito da pós-graduação em Serviço Social vinculada a uma instituição de ensino superior federal – ao debate e à formação coletiva.

Assim, é inevitável que o formalismo da escrita acadêmica interponha sua influência, o que não inviabiliza a reflexão e o processo dinâmico no qual, tal momento é uma expressão dura das possibilidades inerentes à formação social em que se desenvolveu. Logo, passamos a apresentar a organização dos capítulos na forma que segue.

No primeiro capítulo intenta-se descortinar alguns aspectos das categorias relacionadas à objetivação, à alienação e ao estranhamento como consequências da atividade humana realizada enquanto trabalho, reconhecendo sua trans-historicidade e particularidade de acordo com o

desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho. Tratou-se compreender as formas ideológicas desde sua gênese como expressões conscientes e representativas da prévia-ideação, sejam elas carregadas de positividade ou negatividade como auto-atividade no sujeito no mundo.

No que toca à economia-política, o segundo capítulo busca colocar os elementos fundamentais do *modus operandi* do modo de produção capitalista, que enquanto modo de produção historicamente constituído. A Lei do Valor, como aspecto fundamental da forma de produzir mercadorias baseada no tempo de trabalho é apresentada como contributo ao entendimento específico da Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro e da Lei Geral da Acumulação Capitalista, as quais recolocam os elementos da vida social da classe trabalhadora.

São categorias de fundamental importância para a analítica do processo de trabalho e do desenvolvimento sócio-histórico da sociabilidade no capitalismo. Sua fundamentação na obra de Marx e seus intérpretes coaduna na identificação da raiz das problemáticas inerentes às formações sociais em que a questão social expressa as desigualdades e a dominação de classe como mote da subsunção da atividade humana às determinações negativas do circuito de valorização do capital.

E por fim, intentamos analisar, a partir de documentos e dados, a experiência da companhia McDonald's como expressão da expansão capitalista. A análise busca retomar os elementos específicos da objetividade da produção com as expressões ideológicas requisitadas. Mais que revisitar e reconstituir alguns aspectos do valor que incidem sobre a produção na companhia, buscaremos igualmente sinalizar elementos característicos da gestão do trabalho e de negócios a partir de seu conteúdo ideológico, o que denota a capacidade envolvente da preterição da vida como artimanha da formação no trabalho no capitalismo manipulatório.

CAPÍTULO I - REIFICAÇÃO E TRABALHO NO CAPITALISMO TARDIO

Interessa-nos, inicialmente, explicitar os meandros relacionais que afecionam² a vida social, baseados na inferência de que: sobre o processo de trabalho e a valorização do capital incidem aspectos da forma característica da reificação no modo de produção capitalista. Com tal horizonte, opta-se metodologicamente por buscar os nexos entre o processo de trabalho no setor de serviços a partir da reposição de elementos do desenvolvimento da exploração da força de trabalho como desencadeadores de contornos que colocam a possibilidade de apreender as expressões fenomênicas do trabalho enquanto autoatividade no âmbito da produção e da reprodução social.

Assim, perscrutar os elementos particulares que conformam a totalidade do processo de expansão da produção caracteristicamente capitalista, a partir da divisão social do trabalho, nos leva invariavelmente à observância do que Netto (1981) denominou de “teoria setorial da alienação e da positividade capitalista”. Para desenvolver os processos que se desdobram do fenômeno da alienação e aclarar inquietações de cariz teórico, consideramos necessária uma breve e concisa explanação sobre o tema.

Buscando tematizar o problema da alienação em Marx e em Lukács, faz-se necessário abordar a emergência do tema na obra do primeiro, especialmente a partir dos “Manuscritos econômicos-filosóficos” (MARX, 2010), os quais já colocam o fenômeno da alienação em sua genericidade, e também da obra “Miséria da filosofia” (MARX, 2009), que marcará seu encontro com os fundamentos da economia política, oferecendo novos contornos ao tema da alienação, aí já tratado como fetichismo e reificação por considerar as especificidades da produção capitalista. Já em Lukács, tem lugar a abordagem específica do estranhamento, que na obra “Para uma ontologia do ser social II” (LUKÁCS, 2013) adquire um estatuto de análise das relações sociais no capitalismo tardio junto com as determinações trans-históricas dos estranhamentos engendrados na experiência social.

² Utilizamos o termo afecção no sentido filosófico, para expressar as afetações com reações que modificam, seja objetiva ou qualitativamente, uma forma consolidada e inerte, ou seja, os contatos aleatórios ou intencionais com algo reconhecido como uno. Nos termos de Deleuze ou Spinoza, tratam-se dos encontros (bons ou maus) que demandam ação/reação como promotores de novos nexos.

Também buscamos resgatar os elementos das obras tempranas de José Paulo Netto e Leandro Konder, que por seu vigor juvenil, parecem colocar a problemática a partir de uma análise densa, porém fluida do tema. “Capitalismo e Reificação” (NETTO, 1981) do primeiro e “Marxismo e alienação” (KONDER, 2009) do segundo, oferecem interpretações e análises fecundas para o entendimento das categorias que perpassam a análise do trabalho e da vida social. Adverte-se, entretanto, que não nos fora possível, por desconhecimento e limitações de tempo, reatualizar o debate de tais obras a fim de identificar possíveis atualizações ou retificações, fazendo vigorar o ímpeto da obra em seu tempo. Salienta-se, todavia, que o próprio José Paulo Netto, apresentando a segunda edição do livro de Leandro Konder, lançada no ano de 2009, destaca ser este “um livro que resistiu ao tempo”, destacando o “belo rastreamento no pensamento de Marx” presente na obra (NETTO. In: Konder, 2009).

Da mesma forma, a partir da leitura de obras da sociologia do trabalho, especialmente a de Celso Frederico, intitulada “A vanguarda operária” (1979), na qual o autor apresenta uma crítica à sociologia tradicional, afirmando que a tradicional sociologia do trabalho com suas ideias sistêmicas e seus conceitos, culminam em análises psicologizantes dos processos superestruturais, buscamos acumular e apreender da metodologia de análise daquele específico processo de proletarização. Logo, colocando no materialismo dialético o mote de análise de seu estudo, este salienta a importância da obra “História e consciência de classe” de Lukács (2003) na interpretação do tema, na qual os conceitos de consciência de classe e situação de classe dão a dimensão da implicação objetiva nas formas de vida desses sujeitos. Entretanto, de antemão, as críticas à obra e a própria revisão posterior feita pelo autor, que ao rever a “teoria do reflexo”, apresenta reformulações do ponto de vista filosófico.

Frederico busca desvelar os meandros da vida social e política de operários fabris, categorizando as expressões específicas das vivências no chão de fábrica em momentos de greve, em outras formas de boicote à produção e nas relações representativas dos operários em sua diversidade para com a estrutura organizacional da fábrica. De forma inquietante, o autor diferencia a consciência de classe da consciência psicológica³, sendo

³ Inspirado na obra de Lukács, Frederico (1979, p. 30) coloca que “a consciência psicológica envolve todas as experiências do indivíduo. Ela conserva em cada operário seu caráter *a posteriori*, é uma forma que espelha o acontecido”. Para este, apenas superando a consciência “retardatória” e responsiva é que se pode

que a consciência psicológica tem caráter à posteriori, ou seja, espelha o acontecido. Já a consciência de classe é distinta temporal e estruturalmente, essa é mais organizada e acaba influenciando a consciência psicológica, moldando as atitudes e a mentalidade do sujeito individual. Essa é a mediação concreta entre o homem e a história. (LUKÁCS apud FREDERICO, 1979).

Trata-se de uma consciência possível no âmbito das relações sociolaborais experienciadas pelos sujeitos envolvidos, revelando igualmente seu caráter objetivo, imbuído de variáveis diversas, como a vivência de relações sociais qualitativamente heterogêneas, a exemplo do operariado de origem rural. O mesmo problema conforma a a tônica da proposta apresentada, especialmente no que se refere ao lugar do trabalhador contemporâneo no processo de produção e valorização da mercadoria. A experiência do trabalhador operário apresenta características específicas do processo de trabalho que denotam o caráter da exploração deste, despertando em maior ou menor grau as contradições objetivas que, enquanto consciência de classe, configuram o processo de aproximação com a totalidade no qual se desvela sua mesma condição de classe, ou seja, a relação de dominação em que se encontra no processo produtivo.

Iasi (2011, p. 8), ao estabelecer que “quando conhecemos a consciência como processo, sabemos que só pode se formar, em um primeiro momento, como conformação dos indivíduos a uma determinada ordem societária”, reforça o caráter histórico desse processo. Reconhece-se, da mesma forma, a importância da avaliação dos processos de consciência como experiências particulares do sociometabolismo do capital, o qual oculta a raiz mesma das relações sociais e dos conflitos inerentes à dominação de classe a partir da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. Nesse ínterim, o desvelamento do real como processo consciente de apropriação crítica da sociabilidade que supere as determinações da alienação

é a constatação de que é possível produzir uma realidade social que não se volte como

atingir um patamar de consciência de classe, a qual é mais organizada. Lembremos que a diferenciação que Frederico explicita é advinda de “História e consciência de classe” (LUKÁCS, 2003), tendo como mote uma série de preocupações emergentes a partir da Revolução Russa e dos embates teóricos e políticos da época. Como o próprio Frederico identifica, à época “Lukács raciocina a partir da história acontecida, animado por uma concepção um tanto voluntarista e escatológica do processo histórico” (Id, p. 31).

*entfremdung*⁴, ainda que toda ação humana tenda a se cristalizar numa realidade externada e objetivada que depende do conjunto dos seres humanos e não da ação singular dos indivíduos ou dos seres humanos particularmente existentes em cada época. (IASI, 2011, p.72)

No âmbito geral, há uma subordinação da vida ao movimento do capital, como procuraremos demonstrar. No particular, observa-se nesse processo unitário, uma série de particularidades que podem ser analisadas a partir das experiências e afecções dos sujeitos individuais e coletivos. No desenvolvimento histórico, os novos nexos possíveis a partir das objetivações criam também novas formas de pensar a concretude da vida, derivando daí, novas formas de alienação e subordinação.

Logo, temos de reconhecer que a proletarização do operariado fabril da década de 1970, muito difere da proletarização no setor de serviços em sua forma contemporânea - considerado o processo de proletarização das novas gerações em diversos setores da produção a partir da complexificação da divisão social do trabalho — entretanto, a condição de classe característica da sociabilidade capitalista permanece com o mesmo cerne calcado na exploração do trabalho e do trabalhador. Mas, assim como o problema da consciência era explorado à época a partir das bases próprias do processo de trabalho específico em um setor produtivo, parece-nos válido que tal análise empreendida na vanguarda gerencial e representativa da exploração do trabalho disposta no setor de serviços, agora com novas formas de organização, possa contribuir com o entendimento de seu significado econômico, político e social.

As transformações no sociometabolismo do capital a partir da introdução das novas tecnologias após a década de 1970, bem como a emergência do capital financeiro, ademais de buscar suprimir as contradições do modo de produção capitalista, impõem alterações significativas no processo de trabalho social. Essas transformações, conforme indica Alves (2011), resultam na conformação de um “novo

⁴ De acordo com as polêmicas envolvendo a tradução das categorias *Entfremdung* é traduzido como “estranhamento”. Após amplos debates, considerando a edição da Boitempo utilizada para este estudo, citamos a nota da editora sobre o tema, a qual infere que: “um esclarecimento de natureza conceitual: os tradutores mantiveram a opção de traduzir, neste segundo volume, os termos alemães *Entfremdung*, *entfremden* etc. por “estranhamento”, “estranhar” etc., reservando os termos “alienação”, “alienar” etc. para *Entäusserung*, *entäussern* etc. (LUKÁCS, 2013, p. 08)

trabalhador coletivo”. Da mesma forma, verifica-se uma “recomposição socioprofissional da classe” trabalhadora e, ainda que setores produtivos mantenham relações de produção pretéritas e arcaicas, são alteradas as experiências laborais a partir do deslocamento da “interface homem-máquina” para a “interface homem-homem” (ALVES, 2011, p. 36).

Elementos da realidade do proletariado vinculado ao setor de serviços e particularmente do caso em análise, tais como a rotatividade, a ampla e constante necessidade de formação ideológica e motivacional, além da imposição de regras de conduta e do despotismo na gestão do trabalho, denotam uma tensão específica entre a proposta do trabalho e a ação própria dos sujeitos, o que requer uma significação específica no âmbito da consciência. Comumente, as reações às formas da exploração do trabalho (cansaço, doenças laborais, assédio, etc.), encontram-se no campo da negatividade, ou seja, apresentam-se como respostas individuais e imediatas às necessidades postas, encontrando-se ainda no campo da consciência psicológica.

No setor de serviços, o cenário da organização das demandas do trabalho apresenta uma conformação deveras diferenciada se comparado com as organizações próprias do setor fabril. Por exemplo, o setor de serviços tem seus sindicatos esfacelados, diferentemente do envolvimento que o operariado fabril da década de 1970 tinha com tais instituições. Como demonstraremos no decorrer do trabalho, a taxa de sindicalização é baixa⁵, e mesmo a possibilidade organizativa é constantemente tolhida e sistematicamente acompanhada para fins de imobilização. Não obstante, recentes movimentos deram notícias de uma rápida e ampla capacidade de mobilização dos trabalhadores do McDonald’s, sendo essa categoria uma das poucas com condições de promover uma paralisação em nível mundial.

Como relação vivida, sabe-se que um modelo lógico explicativo é insuficiente para generalizações, conquanto procuraremos objetivar a análise não especificamente nos aspectos da consciência, mas em formas mais ou menos possíveis de reação ao conjunto sociotécnico de normas, instrumentos e ideias que afecionam os trabalhadores que passam algum

⁵ Conforme estudo do IPEA, infere-se que: Na economia como um conjunto (com exceção da indústria), a taxa de sindicalização encolheu de 24,9% para 20,0% – uma oscilação de -4,9 pontos percentuais (p.p.). Já no conjunto da indústria, essa taxa diminuiu de 30,2% para 28,6% entre 2001 e 2011 – uma variação de -1,6 p.p.. (CAMPOS, 2014, p.32. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2014).

tempo de suas vidas laborais vendendo sua força de trabalho em empresas de *franchising* do setor de comércio de alimentos.

Considerando-se que “o sujeito não é um simples espelho da história: ele e os fenômenos sociais fazem parte de um processo mais abrangente. O momento objetivo deste são os fenômenos sociais, econômicos e políticos; e o momento subjetivo é a formação da consciência” (FREDERICO, 1979, p. 23-4), não se trata de tomar a parte pelo todo, nem o todo pela parte, mas de construir historicamente os nexos que conformam uma totalidade, a qual inexistente sem as ações dos sujeitos individuais. Veremos que compartilhando de experiências laborais muito similares, os sujeitos apresentam manifestações diferenciadas no que se refere à consciência e às reações cotidianas. Todavia, constituem igualmente regularidades a partir do compartilhamento de outras experiências, as quais desencadeiam novamente outra série de possibilidades de reação.

Nesse processo, é comum o espriamento das consequências inerentes à exploração da força de trabalho, na qual estão refletidas as formas específicas do que ela é: uma mercadoria. Enquanto trabalho humano abstrato, a vinculação compulsória ao sociometabolismo do modo de produção capitalista cobra seu preço. O trabalho social, fatiado de forma a realizar a produção mercantil reifica o nexo social próprio da atividade de produção e reprodução caracteristicamente humanas, implicando no compartilhamento de condições de vida, tanto no âmbito da produção, quanto da reprodução.

Nessa seara, apreendemos algumas formas possíveis da alienação e dos estranhamentos involucrados no desenvolvimento das forças produtivas, os quais nem sempre significam respectivo desenvolvimento das capacidades humanas, especialmente para as frações dos trabalhadores. Logo, reconhece-se que

os estranhamentos também podem adquirir tanto formas como conteúdos diferentes nos diferentes estágios [...], o que importa é que o antagonismo fundamental entre desenvolvimento da capacidade e desdobramento da personalidade está na base de seus diferentes modos fenomênicos. (LUKÁCS, 2013, p. 582).

Considerando a problemática da ambiguidade e da contradição oriundas do fato de que a divisão social do trabalho, ao mesmo tempo que torna o trabalho cada vez mais compartilhado, também acelera o processo de individuação, o que é possível pela mediação do dinheiro na venda da

força de trabalho, deparamo-nos com uma dupla constituição do desenvolvimento social, reconhecendo que se

a simples singularidade do homem singular se move cada vez mais na direção do desenvolvimento da personalidade, necessariamente se modificarão também as relações sociodinâmicas entre a necessidade econômica, social-universal, e o decurso dos processos de vida singulares, que vão se tornando cada vez mais individuais. (LUKÁCS, 2013, p. 590).

A singularidade manifesta deve ser observada do ponto de vista da constituição histórico-social do fenômeno, pois, “mesmo que não possam determinar diretamente aquilo que é necessário em termos socioeconômicos - nesse ponto, os atos dos indivíduos embutidos nessas conexões atuam apenas como momentos da singularidade no quadro de legalidades universais” (LUKÁCS, 2013, p. 591). O trabalho vivo como componente do processo de produção capitalista é fluido, e como destaca Iamamoto, (2012, p. 71):

como força de trabalho em ação, existe um fluxo como movimento do sujeito, que impregna e mobiliza todas as suas funções vitais, a totalidade do indivíduo: suas capacidades, emoções, ritmos do corpo, faculdades da mente, sua atenção, sua personalidade, seus sentimentos.

São as formas fenomênicas expressas da vida social que têm encoberto seu nexos fundamental no âmbito da produção e que tem, nos ditames dos fundamentos econômicos da produção e reprodução do capital, sua genericidade. Nesse sentido, a experiência singular como individualização é uma possibilidade no âmbito da consciência psicológica, pois, reconhecida a historicidade da experiência social, é preciso reconhecer que

o indivíduo é compreendido como um ser social: sua manifestação vital é expressão e confirmação da vida social, porque a vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, embora a vida individual seja um modo especial ou mais geral de vida genérica. (IAMAMOTO, 2012, p. 38)

As expressões singulares da vida compõem uma síntese de elementos temporalmente existentes, pois, destacadamente, no que concerne aos sujeitos, “o que eles são coincide, pois, com sua produção,

tanto com o que produzem, como também o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX & ENGELS, 2007, p. 87). Trata-se de formas de organização da vida social, nas quais os sujeitos vivenciam sua trajetória histórica, com suas expressões individuais, mas, fazendo-as coletivamente. Como destaca Iasi (2011, p. 69):

acontece que esse sujeito é, ao mesmo tempo, determinado pelas condições materiais que encontra como objetividade e que inclui não apenas as condições concretas existentes, mas também, as relações sociais estabelecidas pelos seres humanos das gerações anteriores e com elas seus valores, ideias, formas jurídicas e políticas, instituições as mais diversas, às quais correspondem essas relações.

As formas superestruturais que compõem um leque justificativo e significativo para as relações estabelecidas, constituem-se como expressões da dominação e da adaptação de formas ideológicas às necessidades de uma época, podendo perdurar ou até perder seu vigor em função de não mais atender ao critério da “funcionalidade”, afinal, buscam não apenas explicar a realidade como concreto pensado, mas direcionar e influenciar a ação prática do ser social, visto que “o trabalho objetiva conjuntamente valores e o dever ser, o comportamento do homem orientado para finalidades sociais” (IAMAMOTO, 2012, p. 42).

Assim, as formas contemporâneas de exploração do trabalho estão alicerçadas sobre algumas justificativas ideológicas fundamentais, dentre as quais figuram a meritocracia, o empreendedorismo, a flexibilidade, o capacitismo, entre outras que se fizerem necessárias de acordo com a forma de inserção dos sujeitos no processo de trabalho e na vida social. Por exemplo, os estudos acerca da psicopatologia do trabalho dão uma dimensão profícua da relação entre a forma de trabalho e a vida social, nas quais estas se autoimplicam. Ao colocar a identificação de formas e esquemas de pensamento, categorizados como “ideologia ocupacional defensiva”, Dejours (1988) revela alguns nexos entre a forma da despersonalização imposta por diferentes manifestações de trabalho e as consequências sociais destas, implicando na objetividade das formas de produzir a vida no contexto do indivíduo, porém, considerando a base social na qual este se encontra.

Também Iamamoto (2012, p. 47), ao estabelecer as bases de análise para explicitar características das particularidades do processo de trabalho

e suas implicações práticas e subjetivas na conformação do indivíduo social, infere que, reconhecida a natureza mercantil do trabalho na sociedade capitalista, é

no processo capitalista de trabalho, elucidando aí o papel do trabalho vivo na criação da riqueza social e o significado da vivência do trabalho para os indivíduos concretos: a maneira como experimentam contraditoriamente, a alienação do trabalho e a universalização de suas atividades no cotidiano da vida social.

O caminho da atividade humana entre as formas iniciais de objetivação e seu desenvolvimento a partir dos nexos criados por esta externalização, explícita a objetividade própria do desenvolvimento dos diferentes modos de produção, ou seja, da própria história humana. Tal constructo, tornara possível a forma singular do processo histórico, que fora dialeticamente repondo os elementos da história através da ação concreta dos homens. Apenas com o desenvolvimento das forças produtivas é viabilizada objetivamente a ideia da genericidade humana enquanto consciência.

Jameson (1996, p. 269) aventa que ideologia e realidade configuram formas semiautônomas dos momentos da vida, sendo que considera que estas “não são realmente autônomas e independentes uma da outra, mas tampouco são idênticas”. Para o autor, as questões afetadas à ideologia e/ou um sistema representativo e justificativo para a vida social, não é apenas um enfeite, ou algo de que se possa prescindir, mas “ela é gerada pela coisa em si, como sua imagem final objetivamente necessária; de algum modo, as duas dimensões têm que ser registradas juntas, em sua identidade assim como em sua diferença” (JAMESON, 1996, p. 268).

Ao conformarem respostas práticas da vida do homem que trabalha e incide sobre a natureza e a própria sociedade, Jameson (1996, p. 269) defende ainda que “esses conceitos e valores são reais e objetivos, são organicamente gerados pelo próprio sistema de mercado, e dialeticamente são indissolúvelmente ligados a ele”. Assim, as ideologias de mercado, considerando o expansionismo imperialista inerente à produção capitalista, oferecem respostas práticas à vida social e constituem, por sua maleabilidade e flexibilidade intrínseca, uma retórica capaz de influenciar significativamente a vida objetiva, sem que possa suprimi-la.

Nesse sentido, recompor os elementos sócio-históricos a partir da produção da vida e conseqüentemente da reprodução social torna-se fundamental na busca por elucidar os processos sociais. Nos parece

igualmente importante que consideremos as novas gerações como possíveis negadoras ou ratificadoras do que está posto como consolidado, podendo estas, colocarem-se com apatia, rebeldia ou envolvimento ante à disposição de classes, à produção capitalista e às formas consequentes da vida social.

1.1 TRABALHO E ALIENAÇÃO

A alienação, tal qual abordada por Marx nos manuscritos de 1844, é característica da atividade humana em consequência da complexidade que a sociabilidade impõe aos sujeitos sociais, apresentando características diferenciadas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e as formas de divisão do trabalho. A alienação coloca-se *tout court* como resultado da exteriorização/objetivação, que recolocada no todo social, adquire características alheias ao sujeito. Como forma específica e condição da objetivação, a alienação, analisada a partir de sua historicidade, manifesta-se socialmente a partir da “atividade prática positiva”, como *Lebensäusserung* ou a própria objetivação e ao revés, também como alienação especificamente, sendo igualmente “atividade prática negativa” a partir da alienação da vida ou *Lebenstäusserung*, na qual o produto do trabalho aparece ao sujeito como algo que lhe é estranho. Nessa seara, a alienação do ser social acaba por assumir um caráter dúplice a partir da alienação “do produto do trabalho (alienação do objeto) e a própria atividade do trabalho (alienação em si) (NETTO, 1981, p. 57).

Konder (2009, p. 29) aventa que “o conceito hegeliano de alienação é o legítimo pai do conceito marxista”, esclarecendo que em Hegel, prevalece a concepção idealista do conceito, ou seja, em Hegel este é um fenômeno típico da consciência e apenas por ela se coloca e recoloca. No entanto, Marx, ao tratar do conceito de alienação, operou da mesma forma que o fizera com a dialética, dando-lhe contornos do materialismo capazes de “recolocá-lo sobre os seus próprios pés”. Dessa forma, o fenômeno da alienação ganha um escopo categorial fundamental para o desenvolvimento da obra marxiana e marxista ulterior, que como buscaremos demonstrar, ainda permanece vividamente capaz de elucidar o hiato entre a aparência dos fenômenos sociais enquanto epifenômeno de sua essência material e histórica na consciência.

O trabalho, enquanto constitutivo do ser-social, a partir da emergência do padrão capitalista de produção e reprodução da vida social, passa a se caracterizar não mais como atividade humana promotora de um distanciamento das necessidades naturais, mas, sobremaneira para a classe

trabalhadora, metamorfoseia-se em trabalho estranhado, alienado. Como descreve Leandro Konder (2009, p. 137), “o desenvolvimento capitalista criou para o mundo um ambiente tremendamente pouco acolhedor”.

O trabalho é caracteristicamente um processo de exteriorização⁶, no qual o objeto produzido passa a ter uma existência externa ao seu produtor. A partir da natureza, seres humanos podem objetivar, ou melhor, efetivar, através da atividade humana — o trabalho —, objetos que satisfaçam necessidades das mais diversas. A natureza é para os seres humanos “a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz” (MARX, 2010, p.81). A natureza constitui-se assim, como meio de vida, permitindo que o trabalho possa ser realizado. Trata-se de condição *sine qua non*, sobre a qual o homem pode impor um pôr teleológico inerente ao trabalho como atividade humana. Sobre o tema, Lukács (2013, p. 99) esclarece que:

o pôr da causalidade consiste precisamente em reconhecer aquelas cadeias e relações causais que, quando escolhidas, influenciadas, de modo adequado, podem realizar o fim posto; e, do mesmo modo, o processo de trabalho nada mais significa do que esse tipo de atuação sobre relações causais concretas com o objetivo de realizar o fim.

Ao realizar seu trabalho como exteriorização — criando um objeto externo, considerando as relações de produção contemporâneas —, dá-se igualmente a desefetivação do próprio trabalhador. Trata-se da efetivação como “perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*)” (MARX, 2010, p. 80).

Nessas condições, o trabalho como produtor de propriedade, no qual o homem se exterioriza “é um trabalho de autossacrifício, de mortificação” (MARX, 2010, p. 83). Se ontologicamente o trabalho é para o homem uma atividade vital, enfrentada como “objeto da sua vontade e consciência” (MARX, 2010, p.84), ao se complexificarem as relações de produção, o homem passa à desefetivar-se em uma atividade não pertencente a si mesmo, mas a um outro, na qual “o trabalho estranhado

⁶ Trata-se do processo de objetivação, no qual o trabalho realiza as modificações objetivas, antes contidas na potencialidade natural do objeto e na intenção ideada de transformação. Realizado o ato de trabalho, este é objetivado e exteriorizado, conformando-se como novo nexos histórico-social que igualmente interpõe simultaneamente um ato de alienação.

inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2010, p. 84-85).

Na sociedade capitalista, no que concerne ao trabalho, observa-se que “a economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador” (MARX, 2010, p. 82). Nesse quadro, a vida social é diretamente afetada. Se o trabalho é produtor de propriedade alheia ao trabalhador e coloca-o numa relação estranhada, alienada com o produto de seu trabalho, esta interfere negativamente na capacidade do homem de reconhecimento como ser genérico, fazendo emanar relações sociais reificadas. O trabalho enquanto atividade totalmente estranhada leva igualmente o homem à reprodução de uma

consciência e a manifestação da vida (*Lebesäusserung*) também como atividade estranhada; a existência abstrata do homem como um puro homem que trabalha e que, por isso, pode precipitar-se diariamente de seu pleno nada no nada absoluto e, portanto, na sua vida efetiva (*Wirkliche*) não existência (MARX, 2010, p. 93).

A relação privada de propriedade perde, então, sua qualidade natural e social, indiferenciando o conteúdo da produção — para o trabalhador —, desde que se mantenham as relações hierárquicas e desiguais entre capital e trabalho, nas quais o trabalho se decompõe “em si e no salário [e] o trabalhador mesmo como sendo um capital, uma mercadoria” (MARX, 2010, p. 98).

O trabalho humano é a atividade que possibilita a autoatividade do ser genérico como constitutiva de si próprio, ou seja, o homem ao objetivar seu trabalho, objetiva a si próprio, criando nexos que farão e fizeram surgir possibilidades materiais objetivas para novas formas de auto-organização. Assim “a alienação é um fenômeno que deve ser entendido a partir da atividade criadora do homem, nas condições em que ela se processa” (KONDER, 2009. p. 40). Sobremaneira, quando refletimos acerca da emergência recente de novas problemáticas da sociabilidade, chega-se à conclusão de que elas só são possíveis a partir da objetividade dos materiais de trabalho que fizeram emergir uma gama de comportamentos, ações e conseqüentemente, de manifestações ideológicas e de estranhamento. As afecções possíveis a partir do desenvolvimento das forças produtivas incorporaram significativas

alterações, implicando em um aceleração da história. Trata-se de novas formas de alienação e estranhamento do homem pelo homem, as quais impactam a vida social e conformam possibilidades para o devir.

O fenômeno da alienação como consequência da objetivação do trabalho conforma diferentes tipos de racionalidade e de apreensão do real. A natureza da alienação é histórica e dotada de multideterminações, mas tem como síntese, a vida real e a atividade humana como constructo material e ideológico no âmbito da sociabilidade. As representações como espectros da consciência não são específicas do capitalismo. Essas, no contexto da biologicidade humana são dotadas, como pôr teleológico de primeira ordem, da possibilidade de humanização do ambiente de acordo com as características naturais pelos homens encontradas. Cadencialmente,

a prioridade biológica da satisfação das necessidades materiais em relação à satisfação das necessidades ditas espirituais tem sua réplica, na vida social, em uma subordinação (não absoluta, mas real) das superestruturas ideológicas à infraestrutura econômica. (KONDER, 2009, p. 49).

No processo de trabalho contemporâneo, a cisão entre a atividade diretamente realizada como trabalho e as formas de estranhamento inerentes às qualidades da mercadoria exigem e conformam um amplo e complexo arcabouço ideológico, o qual tem representações enquanto consciência para o indivíduo e a coletividade. Tal processo, nada mais é que uma das formas do homem de equalizar as discrepâncias entre as experiências individuais e a genericidade inerente à humanidade. Enquanto correlatos dos processos de efetivação, os processos de consciência, quando divorciados da prática, marcam caracteristicamente a alienação. Como apontado anteriormente, a alteração significativa na composição orgânica do capital impele um incremento das atividades de trabalho vinculadas à interface homem-homem e como adiante explanaremos, sob a égide da produção toyotista, agudiza-se a subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital (ALVES, 2011).

Jameson (1996, p. 29), utilizando-se das elaborações de Mandel sobre o capitalismo tardio, interpõe o reconhecimento da originalidade histórica do período tematizado, o qual adentraria, inclusive, um período mais puro do capitalismo. Superadas as fases do capitalismo de mercado e do seu estágio monopolista, o capitalismo multinacional seria característico do capitalismo tardio. Nessa seara, aponta para a entrada na

“terceira idade da máquina”, compreensão que acarreta impactos nas análises da sociabilidade contemporânea.

Ademais, enveredando por uma análise estética das implicações na sociabilidade adverte que:

[...] nossa tecnologia não está representada pela turbina, ou pelos silos ou chaminés de fábrica da Scheeler, nem pela elaboração barroca das tubulações e das esteiras transportadoras, ou mesmo pelo perfil aerodinâmico dos trens [...], mas antes pelo computador, cuja forma exterior não tem nenhum apelo visual ou emblemático, ou então pelos invólucros das várias mídias, como o desse eletrodoméstico chamado televisão que não articula nada, mas implode, levando consigo sua própria superfície achatada. (JAMESON, 1996, p. 63).

As alterações significativas nos meios de produção e o deslocamento do centro de gravitação produtivo, em número de sujeitos envolvidos (ao menos no ocidente), incrementam a complexidade dos processos inerentes à reprodução social, especialmente no que concerne às formas de dominação sob a égide do capitalismo manipulatório. Assim, a tecnologia informacional derivada dos computadores, apresenta a particularidade da terceira idade da máquina, sem que se possam suprimir as atividades tipicamente industriais. Logo,

máquinas como essas são, na verdade, máquinas de reprodução mais do que de produção e apresentam à nossa capacidade de representação estética exigências bem diferentes das apresentadas pela idolatria relativamente mimética das máquinas mais antigas no tempo do futurismo, de uma cultura de energia e velocidade. (JAMESON, 1996, p. 63).

A produção ideológica corresponde, portanto, às respostas às necessidades historicamente postas, num complexo de causalidades e teleologias. Novamente Jameson, aclara a positividade de esquemas ideológicos como contingências históricas, que no escopo da continuidade, conformaram totalidades particulares. Acontece que a partir da emergência do mercado como regulador universal do esquema de trocas e relações sociais, a alienação ganha também um escopo geral, que concentrado, interpenetra a vida social individual e coletiva como uma força independente e incontrolável, ou seja um “poder social estranho” e superior (quase transcendental). (JAMESON, 1996).

No âmbito das ciências, as significativas alterações nas relações entre produção e circulação, corroboram para uma negação da razão e uma ode ao não *dóxa*. A pós-modernidade como expressão científica desse giro, reflete a capacidade totalizadora do mercado em transmutar as resistências a que fora submetido. A nova distribuição objetiva e espacial das relações entre produção e consumo, colocam o consumo também como objeto do consumo, observadas as disputas críticas entre vertentes importantes do esquema justificativo que se erige no capitalismo tardio baixo a terceira idade da máquina.

Nesse sentido, o universo consciente e representativo tem ganhado terreno, com forte oposição ao marxismo como ideologia política representativa da denúncia às mazelas restantes da produção capitalista. Assim, a teorização pós-moderna interpõe-se como resultado prático da derrocada do socialismo e manifesta-se, a partir de seus desdobramentos, as características específicas do conservadorismo da classe dominante. Não se trata de como o sujeito vê o mundo, mas de reconhecer que tais representações se encontram num campo de possibilidades limitadas a partir das alienações e estranhamentos repostos enquanto exploração do trabalho e condição de classe.

No processo de humanização como diferenciação em relação ao natural, foram necessários erigir esquemas psíquicos capazes de equalizar a vida em si e as representações do real. O pensamento mítico e a transposição de elementos naturais para comportamentos humanos e vice-versa, são características do antropomorfismo que visava e visa dar conta da compreensão e organização do caos e do obscuro que é a causalidade. Percebe-se, assim, a funcionalidade das representações em face às necessidades históricas colocadas nas manifestações de vida hoje conhecidas.

Nessas condições de desenvolvimento da processualidade histórica reconhecemos que

o desenvolvimento da dominação das forças naturais colocou exigências práticas que levaram a consciência humana a uma profunda transformação. Uma nova realidade se desvendava, se criava. Ao caráter problemático da existência dos indivíduos, no novo estágio, passava a corresponder uma consciência problemática. (KONDER, 2009, p. 84-85)

O homem primitivo desenvolveu uma mentalidade primitiva como forma de vida e como manifestação desta, a qual gerou novos nexos

capazes de alçar novas necessidades e transformar o próprio homem primitivo. Biologicamente os seres vivos do gênero participavam da natureza, eram da própria legalidade da natureza, dessa forma “o primitivo não distinguiria entre o sujeito e o objeto do conhecimento, não distinguiria entre o seu mundo interior, psíquico, e o mundo exterior, natural” (KONDER, 2009, p. 59).

Nos diferentes períodos históricos o ser humano organizou de formas diferentes sua produção e reprodução. Esse processo está diretamente ligado à sua capacidade de controle das forças naturais, ao seu desenvolvimento intelectual e biológico, à disponibilidade dos objetos de trabalho, além das relações sociais dispostas na ordem da produção. É importante pensar no desenvolvimento histórico como um processo, ou seja, historicamente os seres humanos têm desenvolvido suas capacidades facultativas e de produção numa inter-relação. A humanização tem como pressupostos a existência do natural a partir do que já se pôde constituir enquanto conhecimento da gênese e dos processos de transformação da natureza e do que se conhece do universo. Como sinaliza Lukács (2013, p. 42), “o caminho da evolução maximiza o domínio das categorias específicas da esfera da vida sobre aquelas que baseiam a sua existência e eficácia na esfera inferior do ser”.

A passagem do inorgânico ao orgânico, do natural ao social e todas as variações passadas possíveis na organização da vida do que hoje se considera humano, não podem ser reconstruídas objetivamente, se não, apenas enquanto reconstrução intelectual em digressão ao encontro dos nexos antes existentes. Buscamos no que se conhece atualmente, e nos registros do passado, as bases para a reconstrução da História, visto que “a penetrante irreversibilidade do caráter histórico do ser social [...] nos impede de reconstruir, por meio de experiência, o *hic et nunc* (agora ou nunca) social desse estágio de transição” (LUKÁCS, 2013, p. 42).

Como *continuum*, superada a consciência animal como epifenômeno da relação com o ambiente natural, o trabalho torna-se, pois, a partir de suas características qualitativas como atividade teleológica do homem, umnexo para a consciência que supera a mera adaptação ao ambiente, mas coloca a diferenciação entre sujeito e objeto sendo que “essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e ao mesmo tempo a base para o modo de existência especificamente humano” (LUKÁCS, 2013, p. 65).

A vida do homem, a partir do trabalho, deixa de ser apenas um reflexo das causalidades naturais e passa a expressar também as causalidades consequentes da objetivação do trabalho, logo, “o trabalho modifica forçosamente também a natureza do homem que o realiza. A

direção que assume esse processo de transformação está dada espontaneamente pelo pôr teleológico e pela realização prática” (LUKÁCS, 2013, p. 129). As representações conscientes do ambiente e a intencionalidade teleologicamente representada e antevista são as bases para a intervenção e ação prática. Logo, o trabalho além de ser ato planejado e previamente concebido idealmente com base nas condições objetivas de uma rede de causalidades postas,

se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 129).

As modificações colocadas a partir da própria ação humana (objetivação), constituem a particularidade que torna possível a existência de formas alienadas, as quais ocultam a natureza própria do fenômeno. Trata-se de um processo trans-histórico, pela natureza sensível da relação entre homem e natureza, que requer uma relação lógica e social para os intercâmbios realizados. No que se refere à alienação como fenômeno próprio da atividade humana, Ludovico Silva (1983, p. 44), ao analisar a perspectiva de Marx contida nos Manuscritos, aponta que “si es cierto que toda alienación del producto del trabajo implica objetivación del trabajo en el producto, no es cierto que toda objetivación del trabajo en el producto implique forzosamente alienación del producto del trabajo”⁷.

A alienação é consequência da atividade humana, presente com diferentes matizes em tempos históricos diferenciados. Essas formas adquirem características específicas sob a égide do desenvolvimento da produção mercantil e sob regência política da classe burguesa. Alterada a forma do trabalho, também as formas de alienação ganham novos contornos em torno da reificação, movimento no qual o metabolismo homem-natureza ganha mediações sociais capazes de encobrir e autonomizar ilusoriamente a produção capitalista, implicando na predominância do fetichismo que caracteristicamente suprime as

⁷ Se é certo que toda alienação do produto do trabalho implica em objetivação do trabalho no produto, não é certo que toda objetivação do trabalho no produto implique forzosamente na alienação do produto do trabalho. (*Trad. Nossa*)

mediações sociais contidas na dominação de classe, na produção das mercadorias e na regência da vida social como um todo.

Em seguida, buscaremos caracterizar os contornos da reificação e do fetichismo como constructo representativo das expressões políticas e ideológicas que revestem o trabalho no capitalismo — como atividade subsumida à produção do valor e à exploração do trabalho como regularidade histórica.

1.2 TRABALHO NO CAPITALISMO: EMERGÊNCIA DO FETICHISMO E DA REIFICAÇÃO

A partir do entendimento de que o fetichismo é uma modalidade do fenômeno da alienação, buscaremos tematizá-lo como forma manifestada enquanto reificação no plano das relações sociais. Conforme adverte Netto (1981), o fetichismo é característico de uma totalidade histórico-social específica, na qual impera a legalidade do modo de produção capitalista. Trata-se de uma relação objetual espreada no âmbito das relações sociais, pois

O que especifica historicamente a sociedade burguesa constituída é que ela, sem cortar com as formas alienadas que vêm das sociedades que a precederam (bem como com o essencial do seu fundamento econômico-social real), instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas. (NETTO, 1981, p. 75-76).

O que qualitativamente altera o foco da análise de Marx no que se refere à alienação é o entendimento ontológico de que o ser-social tem como fundamento característico o trabalho, e que o trabalho na sociedade capitalista tem como corolário uma forma específica de alienação, qual seja, a reificação.

Na obra de Marx, adverte também Netto (1981), a alienação aparece como categoria que seria o sustentáculo das ulteriores formulações acerca do fetichismo, pois “a matriz que enfibra os manuscritos de 1844 é compatível com a ulterior determinação teórica do fetichismo: a tematização da alienação contém uma primeira aproximação à problemática do fetichismo” (NETTO, 1981, p. 59).

Nas formulações contidas nos manuscritos, a análise, no que se pode chamar de teoria setorial da alienação, tem como base privilegiada

três categorias centrais no âmbito da economia política: a divisão social do trabalho, a troca e o dinheiro, colocando como nexos teóricos de sustentação a propriedade privada. A análise advém da crítica às formas de vida expressas à época, enquanto modo de produção capitalista, calcada num vigor apaixonado e em pressupostos éticos socialistas. Busca-se aí, analisar especificamente as contradições e o empobrecimento ante o desenvolvimento econômico que se experimentou.

Como sinaliza o próprio autor no prefácio, a obra objetiva fundamentar uma crítica à filosofia especulativa, levando às raízes primeiras da economia-política matérias como o Estado, o direito, a moral, a vida civil, etc. (MARX, 2010). Nesse sentido, Marx dialoga com a dialética de Hegel e a crítica impetrada por Feuerbach, este último, que partindo dos pressupostos idealistas e por vezes teológicos de Hegel e seus interpretes, aponta contradições e inconsistências que tomariam para a filosofia aspectos teológicos, fazendo-o [Feuerbach], chegar à “fundação do verdadeiro materialismo”.

Ademais das proposições sobre a objetividade e materialidade da vida social e das relações entre ser natural e social, no diálogo com Hegel, Marx estabelece igualmente alguns primados que compõem a base do humanismo marxiano. A relação entre o natural e o socialmente humano, a partir dos processos de consciência e da positividade intrínseca à própria negação, aparecem como elementos da possibilidade histórica da intervenção humana que se encontra supressumida.

Já em “A miséria da filosofia”, Marx esboça uma aproximação com a análise do conjunto do modo de produção capitalista, buscando, na crítica a Proudhon, denunciar a naturalização e a eternização das relações sociais de produção. Preocupa-se, igualmente, com a “coisificação” das relações sociais que se consolidam no plano social. Não obstante, o autor avança na tese de que “as relações sociais de produção de qualquer sociedade constituem uma totalidade” (NETTO, 1981, p. 64-65).

Familiarizado com elementos mais profundos da economia política, Marx qualifica sua análise acerca do trabalho nas condições de produção especificamente capitalistas, culminando na problemática do fetichismo. Na relação entre o fenômeno da alienação e do fetichismo, vale colocar que:

O fetichismo põe, necessariamente, a alienação – mas fetichismo e alienação não são idênticos. A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer

nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhe como alheias e estranhas (NETTO, 1981, p. 74).

Conquanto, considerada resultado da objetivação do trabalho humano, a “[...] alienação em si cobre fenômenos variados em épocas histórico-sociais diferentes; há que especificá-los – ou então, o preço da generalidade abstrata deve ser pago a qualquer custo” (NETTO, 1981, p. 74).

Logo, o fetichismo implica a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas. O que ele instaura, entretanto, é uma forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido. (NETTO, 1981, p. 75).

O fetichismo, como marca histórica da alienação no capitalismo contemporâneo, impele reconhecer que:

Na idade avançada do monopólio [ou capitalismo tardio], a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e de todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis. (NETTO, 1981, p. 81).

Ao reconhecer e buscar entender tais processos como autoatividade do homem, faz-se mister também considerar que as

relações sociais determinadas são também produzidas pelos homens, como os tecidos de algodão, linho, etc. As relações sociais estão

intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. (MARX, 2009, p. 125).

Não obstante, trata-se de relações que constituem um todo, a partir de cada ação particular, de cada movimento da produção e da reprodução social. Logo, as modificações possíveis no processo de trabalho, observadas a partir da inserção de novos elementos técnicos e gerenciais às forças produtivas, emoldura novos requerimentos à força de trabalho e à organização da vida social. Não se trata de um movimento uniforme, pelo contrário, tende — considerada a concentração como mote e resultado da competição capitalistas —, a intensificar as desigualdades, deslocando igualmente as contradições (às quais delinearemos, do ponto de vista do valor, no capítulo seguinte) inerentes aos seus efeitos para outros setores produtivos, outros espaços produtivos ou para a esfera da circulação.

Nesse sentido, procura-se identificar os eixos estruturantes das relações sociais contemporâneas, tal qual no século XVIII, apontando suas qualidades nas formas essenciais imanentes da mercadoria. Sua produção e seu processo de valorização a partir da 3ª revolução tecnológica fazem emergir uma sociabilidade que conserva as características essenciais da produção capitalista, mas que tem sua forma alterada pelos novos nexos materiais, alterações significativas no modo de regulamentação que mescladas às contratendências e à criação de novos nexos econômicos e sociais, ora fortalecem, ora comprometem a estrutura de classes, de propriedade e as relações de trabalho.

Na esfera social, a mesma dualidade entre privado e social da qual perece o trabalho, faz-se presente na própria essência da mercadoria na sociedade capitalista e torna-se traço comum da vida social. A saber, é a individuação simultânea e a ambiguidade característica do processo de socialização que acaba por conformar relações sociais características e reificadas que incidem sobre a vida social, balizadas pelo processo de trabalho em uma forma histórica de produzir e reproduzir a sociedade.

Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels (2007), ao buscarem compreender os aspectos da produção filosófica alemã, alertam que os mesmos não se encontram dissociados do momento histórico característico daquele país, em especial, do grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, sem as quais os nexos *sine qua non*, seriam historicamente impossíveis. Toda história conhecida da humanidade é um

sucedâneo de diferentes formas de organizar a produção e a reprodução social. Nessa sucessão, não evolutiva, diferentes acontecimentos históricos, políticos e científicos introduziram novos nexos que possibilitaram, ao significarem modificações nos meios de vida, diferentes formas de reprodução social. Do escravismo ao capitalismo, se faz necessária uma correspondência entre a forma de produzir e de se reproduzir de uma sociedade.

Alteradas as características essenciais da economia política, são necessárias igualmente alterações nas formas sociais que mobilizam para a produção. Sobremaneira, com a evolução da técnica, a fragmentação do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas em geral, se opera igualmente uma radical transformação no “modo de regulamentação” (HARVEY, 1993), ou seja, nas estruturas da organização social balizadas pela conformação do tempo, das instituições, dos costumes, da arte, entre outros.

Atualmente, - em especial após a chamada revolução informacional, ou 3ª revolução industrial -, as requisições ao trabalhador encampam com frequência, e de forma agudizada, a captura da subjetividade. Aumentada a importância dos processos de desenvolvimento, criação e marketing na constituição do valor das mercadorias, é requisitado ao trabalhador não mais apenas seu tempo de trabalho e sua força física, mas sua criatividade, seu tempo de lazer, ou seja, sua humanidade.

A divisão social do trabalho tem assumido diferentes formas historicamente, correspondendo às possibilidades materiais do desenvolvimento das forças produtivas de cada época histórica. Com o capitalismo, o desenvolvimento da manufatura e a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista aceleram as transformações sobre o processo de trabalho, que se desenvolve ao substituir a força humana pela maquinaria. Nesse contexto, o taylorismo emerge um modelo de gestão do trabalho, como aporte do fordismo, capaz de equacionar as necessidades produtivas com a lógica de produção em massa. Sobre o processo de trabalho e sua gestão baseada no parcelamento de operações, controle do tempo e ampla vigilância, já alertava Bravermann (1987, p.72):

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades

humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade.

Ocorre, pois, uma mudança nos instrumentos de trabalho, na qual “[...] o instrumento de trabalho é retirado das mãos do trabalhador e transferido para um mecanismo acionado por energia da natureza captada para este fim que, transmitida à ferramenta, atua sobre o material para produzir o resultado desejado” (BRAVERMANN, 1987, p. 148).

Através do desenvolvimento do que foram as corporações de ofício, desenvolveu-se a indústria moderna, processo no qual “[...] o capitalista desmonta o ofício e o restitui aos trabalhadores parcelado, de modo que o processo como um todo já não seja mais competência de um só trabalhador individual” (BRAVERMANN, 1987, p. 149). Com o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, o trabalho torna-se cada vez mais coletivo, gerando uma dependência cada vez maior entre os produtores, e intensificando o caráter social do trabalho.

Como alternativas à forte crise iniciada nos anos de 1970, são delineadas estratégias para a reversão desse quadro. Como principais elementos dessa estratégia, colocamos o articulado tripé que consiste: na reestruturação produtiva; na financeirização; e na ideologia neoliberal, elementos apontados por Netto e Braz (2006). Busca-se a partir dessa base, transformar a forma de produzir. Isso acontece com a adoção de uma nova modalidade de acumulação, chamada, acumulação flexível⁸.

Como estratégia para contornar e superar a crise, os dirigentes capitalistas por meio de sua representatividade frente à política dos Estados-nações vêm conformando uma série de medidas sociojurídicas que possibilitam o aumento da margem de lucro e fomentam a desmobilização da classe trabalhadora enquanto conjunto. Falamos de um complexo de transformações operadas a partir da adoção das medidas supracitadas de enfrentamento à crise.

Um relevante processo, que nos interessa em particular, é o exponencial aumento do chamado capital constante na composição orgânica do capital, o que implica na diminuição da necessidade de capital variável, ou da força de trabalho. Esse processo tem modificado

⁸ Termo definido por Harvey (1993, p. 140), o qual coloca que a acumulação flexível “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

drasticamente a configuração da força de trabalho, tanto em suas condições individuais, como determinando os processos coletivos.

A reestruturação produtiva deflagrada e implementada nas décadas de 1970 e 1980 com a adoção das políticas neoliberais como expressão política do processo de mudança na base produtiva, revelou intensas transformações no âmbito social e organizativo. Segundo Harvey (1993, p. 140):

[...] no espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

Sustentamos que as novas configurações no mundo da produção e conseqüentemente da reprodução social, “modificam [...] continuamente os modos de vida a partir das determinações das relações de conflito entre capital e trabalho” (VASAPOLLO, 2007, p. 86) e evidenciam uma necessidade estrutural do capital de superar mais uma de suas crises. Assim, segundo o mesmo autor, “interpretar a atual fase do desenvolvimento capitalista implica em analisar a modalidade de gestão da crise do modelo fordista “tradicional”⁹, orientada para evitar uma intensa desvalorização do capital” (VASAPOLLO, 2007, p. 62).

Os trabalhadores experimentam um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo, o qual passa por uma intensa transformação se comparado ao regime de acumulação fordista. A adoção do chamado modelo de acumulação flexível, definido por Harvey (1993, p. 141), tem como características “[...] níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstituição de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical”. Dada a situação do trabalho no novo regime de acumulação, Harvey ainda aponta que os

⁹ Para Vasapollo (2007), a compreensão da atual fase de competição global, passa pela compreensão das novas determinações no ciclo de produção, que difere fortemente do experimentado no período dito Fordista (rigidez, trabalho assalariado, salários indiretos). Por isso caracteriza essa nova fase como pós-fordista (Cf. VASAPOLLO, 2007).

[...] patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis [...] estes ainda obrigam o empregado a trabalhar mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda [...] (HARVEY, 1993, p.141).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, sobrevém a substituição das atividades cerebrais humanas pela técnica, e concomitante ao controle estrito dessa técnica pelos grandes monopólios, se agravam as consequências da Lei Geral da Acumulação Capitalista¹⁰, que tem na desigualdade e na miséria sua pilastra sustentadora. Com a adoção de novas tecnologias se aperfeiçoa a produção, se monopoliza os meios de produção e a riqueza produzida, bem como se estabelecem novos padrões de controle para equilibrar os antagonismos sociais emergentes. “Os ricos são poucos e os pobres são muitos” (MUÑOZ, 1998, 207), ao passo que a produção da riqueza cresce largamente, sua distribuição concentra-se de forma apenas vista no início do século XX.

Mesmo sob essa irracionalidade do ponto de vista das consequências para grande parte da população mundial subjugada aos ditames da expansão capitalista, sua racionalidade intrínseca e característica enquanto modo de produção continua a ser a tônica do processo produtivo e da organização da vida social. Bolsas, bancos centrais, empresas, etc., balizam-se nas necessidades “do” mercado para promover ações que interferem diretamente nas expressões da vida social. O que se percebe a partir da modernização tecnológica e da lógica gerencial atrelada à produção e que invade a vida social é a expansão da importância e predominância dos ditames do dinheiro e do valor de troca em detrimento do valor de uso das mercadorias.

Mesmo que superada a rigidez do fordismo-taylorismo em muitos dos postos de trabalho, a subsunção da atividade humana à máquina agrava a reificação e o descontrole por sobre o processo produtivo. Tem-

¹⁰ De acordo com o exposto por Marx (1980) ao se dedicar, no capítulo XXIII d’ O Capital, a inferir sobre os elementos da Lei Geral da Acumulação Capitalista, sinaliza que esta: “mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada.” (p. 722).

se uma autonomização da produção, calcada na irracionalidade do sistema como um todo, elevando o grau de alienação da atividade humana e desumanizando o trabalhador. Acresce-se aí a necessidade imperativa da subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital, que opera na captura da subjetividade do trabalhador e esvazia sobremaneira o conteúdo significativo do trabalho, mistificando a própria sociabilidade. (ALVES, 2012; MÉSZÁROS, 2002)

Na lógica da mercadoria, a liberdade possível é a liberdade econômica, a liberdade do comércio e da exploração para valorização do capital. Notadamente quanto maior a capacidade econômica do sujeito, maior sua liberdade para usufruir dos recursos produzidos socialmente no modo de produção capitalista. Logo, as afecções características da sociabilidade humana são consideradas convenientes - ou não - a partir da validação ante o princípio das trocas equivalentes (*quid pro quo*), ou seja, não por suas qualidades intrínsecas, mas pela própria aparência enquanto “valor de troca”.

Conforme postula Marx (2009, p. 245) em seu livro “A miséria da filosofia”, no fragmento “carta de Marx a P.V. Annenkov”, no qual expressa que:

os homens não são livres para escolher suas forças produtivas - base de toda sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento. [...] [Logo], as suas relações materiais [dos homens] não mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual.

De forma não evolutiva, o curso da história se dá em processo e se constitui dialeticamente, pois é marcado por momentos de ruptura e de continuidade, porém num *continuum*. Em “A ideologia alemã” Marx e Engels (2007, p. 40), em sua análise sobre o processo de relação da humanidade com as condições materiais de sua existência, inferem que:

A história não é mais do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a elas transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições [...].

Os diferentes modos de produzir materialmente a existência configuraram também formas correlatas de reproduzir a sociedade, porque:

a um determinado estágio do desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo [às quais] correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes [...]. (MARX, 2009, p. 244-245).

São, portanto, os homens, “reféns” das forças produtivas constituídas historicamente, bem como das particularidades inerentes a cada formação social e seu estágio de desenvolvimento. Essas são:

resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. (MARX, 2009, p. 245).

Desta feita, os engendramentos das requisições da produção capitalista incidem sobre a sociabilidade, fazendo manifestar formas reificadas e estranhadas de vida em mútua correlação. Cabe pois, especificar as diferenças qualitativas entre os estranhamentos e reificações como expressões dos novos nexos sociotécnicos da produção capitalista, pois, alterada a base material, também as expressões da vida modificam-se continuamente.

1.3 ESTRANHAMENTO, IDEOLOGIA E SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Colocada a problemática da alienação, indissolúvel da objetividade do mundo econômico e suas relações historicamente constituídas, reconhecemos que, como adverte Lukács “as tendências econômicas se impõem de uma maneira tal que propõem tarefas aos homens singulares que estes, sob pena de ruína, só podem solucionar de modos bem determinados, economicamente prescritos” (2013, p. 618). Nesse sentido, buscaremos explicitar no próximo capítulo generalizações totalizantes acerca da forma do capital e suas consequências para o movimento da história e dos sujeitos.

Agora, interessa-nos perscrutar os desdobramentos do fenômeno da alienação expresso no âmbito da reificação e dos estranhamentos, que recolocam no plano subjetivo individual e coletivo, os significados e a conformação da personalidade dos sujeitos históricos. Aduzindo do trabalho como experiência social complexa, no âmbito da individuação como processo contraditório e indivisível do desenvolvimento humano, as sínteses pessoais do desenvolvimento são requeridas, processo que no âmbito coletivo é construído pelos nexos sociais objetivados. Considerando como constitutivo das manifestações da vida possíveis, o sujeito responde adstritamente ou recoloca os elementos com os quais se depara historicamente, pois, “visto que toda mudança estrutural da sociedade provocada pela produção cedo ou tarde necessariamente terá um efeito transformador, mediante reviravoltas radicais ou mediante incremento gradativo, sobre todas as manifestações vitais dos homens [...] (LUKÁCS, 2013, p. 602).

As manifestações da vida individual do homem não correspondem por si só à genericidade deste, entretanto, tampouco sem o sujeito individual existe qualquer genericidade. A dupla constituição do desenvolvimento social se expressa na singularidade histórica e socialmente fundamentada sobre os espectros de possibilidades colocados para a singularidade dos sujeitos e, logo, recolocados como elementos constitutivos da sociabilidade humana metabolicamente engendrada no movimento de inter-relação com o distanciamento da natureza e incremento das mediações sociais. O processo de trabalho e suas particularidades aparecem como legalidades dispostas nesta constituição, pois, é aí que indivíduos experienciam a vida social sob o manto de uma forma específica da divisão social do trabalho. As capacidades, habilidades, o consumo do tempo, bem como os aspectos dos estranhamentos aos quais estão suscetíveis, farão com que os sujeitos

singulares busquem, como característica do processo de individuação, uma equalização da vida individual com as estruturas sociais, o que não se dá sem conflitos.

Por exemplo, no âmbito da saúde do trabalhador, o exponencial aumento das mais diversas formas de sofrimento psíquico, objeto de estudo da psicopatologia do trabalho, parecem sinalizar a inadequação da imposição de formas de desenvolvimento dos sentidos com o desenvolvimento da personalidade, ou seja, das necessidades físicas e psíquicas e as ideologias de defesa¹¹, as quais funcionalmente parecem adequar os sentidos às requisições das atividades laborais.

Tal adequação, entretanto, é temporal e estruturalmente determinada, não se cristalizando de imediato, nem se mantendo perene na conformação entre a vida real dos sujeitos e suas interpretações/representações individuais. Assim, uma certa inadequação entre o conteúdo objetivo e real das tarefas de trabalho e os conteúdos ideológicos a ela relacionados fazem perdurar a tensão própria de classe, a qual se manifesta de variadas formas, podendo alternar da insatisfação individual às formas coletivas de alienação e fetichização das relações sociais.

Como nos sinaliza Mészáros (2004, p. 105), as condições objetivas da produção e reprodução da vida social se manifestam caracteristicamente num determinado período histórico, fazendo concorrer e disputar produtos intelectuais e ideológicos a partir das necessidades sociais próprias de uma determinada forma de sociabilidade. Logo, há que se identificar “a verdadeira natureza do relacionamento entre o complexo historicamente específico das necessidades sociais e as várias manifestações cultural-ideológicas que emergem de sua base”.

Ao enfrentar as causalidades naturais e as causalidades postas, a humanidade oferece respostas a partir do trabalho enquanto autoatividade constituinte, o que igualmente recoloca os elementos e os nexos causais

¹¹ Remetemo-nos nesta passagem ao descrito por estudos da psicopatologia do trabalho, a qual se ocupa de compreender as manifestações individuais e/ou de grupos de trabalhadores e não trabalhadores da ideologia ou representações significantes da vida social. Assim, não se trata de um discurso ideológico impregnado necessariamente na estrutura social como um conjunto coeso e atuante de valores e pressupostos, mas a manifestação deste conjunto geral atrelado às formas de vida particulares. Sobre os estudos que buscam elucidar os elementos da dupla constituição do desenvolvimento social a partir do particular/singular e do genérico/totalizante. Cf. DEJOURS, 1988; MÉSZÁROS, 2004.

sob os quais incidirão como resultados de um processo de desenvolvimento histórico-social. Superadas as necessidades mais primitivas advindas da relação homem-natureza, são possíveis as formações sociais complexas, as quais, mais que pores teleológicos de primeira ordem — os quais dizem respeito à incidência da atividade humana sobre as forças naturais —, vão requerer diligências sobre os próprios comportamentos e ações humanas, o que faz emergir daí uma série de especializações do trabalho que se ocupam de dar direção e normatizar comportamento e valores humanos.

Sabidamente a intencionalidade disposta sobre o natural e o social compõem-se qualitativamente de forma diferente, não cabendo a estas a mesma legalidade de previsibilidade. Ao incidir sobre as condutas humanas, o próprio homem se transforma e põe em marcha processos não necessariamente previstos, ainda que perquiridos e desejados quando da formulação de propostas teleologicamente ideadas. Em uma sociedade com alto nível de complexificação, se tomada como medida a divisão social do trabalho, tais proposições objetivam incidir nas formas ideológicas e de consciência dos grupos e indivíduos, ainda que não conhecidos seus efeitos de forma exata.

Essas proposições derivam, sobremaneira, das necessidades sociais postas pelo contexto social e econômico contemporâneo. Como sinalizado por Lukács (2013, p. 201), na atualidade

o mercado mundial é a base incontornável para a realização da unidade existente para si do gênero humano; ele, porém, só consegue produzir o em-si do gênero humano — isso certamente por necessidade —, cuja transformação e elevação a ser-para-si só pode efetivar-se como ato consciente do próprio homem.

Mais adiante nos ateremos especificamente aos meandros dessa base que engendra as formas produtivas e as necessidades sociais na formação social contemporânea, o que igualmente nos proporcionará um entendimento melhorado das legalidades e complexidades do desenvolvimento histórico que nos interpelam com as problemáticas aqui levantadas.

Sobremaneira, adiantamos que é a partir do desenvolvimento e da complexificação da divisão social do trabalho que são requisitadas novas formas historicamente específicas de disputa ideológica e política, fazendo incidir no âmbito individual, igualmente novas proposições relacionadas à alienação e aos estranhamentos. São as requisições da nova

base produtiva e tecnológica, que ao repor os elementos dos meios de produção, colocam em marcha novos nexos sócio-laborais que incidem nas condutas e comportamentos dos sujeitos e grupos de sujeitos.

Ao buscar colocar a discussão sobre uma base ontológica, não podemos prescindir da compreensão dos fenômenos ideológicos e das possibilidades de acúmulo para superação de uma consciência neste nível. Assim, entendemos a ideologia como atividade humana socialmente constituída e forjada das requisições objetivas da vida prática cotidiana do ser social. Como ser ativo que trabalha e transforma seu entorno, o homem, ao superar um estágio anterior no desenvolvimento histórico-social (ainda que de forma não evolutiva), coloca-se novas problemáticas a serem solucionadas e respondidas.

Negativa e positivamente, as repostas possíveis adentram também as relações sociais e a necessidade de incidir sobre as condutas humanas. Não se trata mais apenas de convencer um pequeno grupo a realizar uma atividade ou optar por uma subordinação a uma forma de governo, mas sim, de organizar grandes contingentes humanos em torno de uma proposta de classe. No mundo do trabalho, tais processos entrecruzam as propostas de cunho macrossocietário com as específicas necessidades concernentes às atividades produtivas.

As manifestações contemporâneas das formas ideológicas, em certa medida, correspondem às problemáticas às quais o homem se debruçou e buscou superar. Assim, correspondem à dialética de superação e conservação de formas produtivas e de relações sociais ulteriores, o que torna necessária e rica a tarefa de desvelá-los como momento imprescindível para superação da consciência como epifenômeno, sujeita às formas hierárquicas, despóticas e de dominação com que são engendradas nas relações sociais no capitalismo tardio. Em uma sociedade de classes, em que as ações teleologicamente fundadas têm por finalidade a conservação da dominação e o aumento do escopo do domínio, a análise histórico-genética dos aspectos relacionados ao envolvimento do trabalhador como estratégia e instrumento de legitimação, fortalece a emergência da possibilidade de superação das formas estranhadas do trabalho na atualidade.

Os complexos sociais historicamente constituídos conformam as características identificáveis do movimento de produção e reprodução das relações sociais. Cabe, pois, mapear as determinidades do modelo de formação e envolvimento do trabalhador a partir do processo de proletarianização, que em princípios do desenvolvimento capitalista realizava-se a partir do uso da força física com a expropriação dos meios de vida. Na trajetória do desenvolvimento da própria humanidade, as

mediações e respostas dadas ao arcabouço de problemáticas advindas da autoatividade compuseram um rico, denso e complexo desenvolvimento de manifestações tipicamente sociais no desenvolvimento histórico.

É este o contexto em que ganha relevância a emergência de um complexo ideológico que substitui relativamente o uso da força física como forma de dominação. No âmbito das relações sociais complexificadas, em decorrência das possibilidades originadas do aumento da produtividade do trabalho e das alterações na composição da divisão social e técnica do trabalho, tem lugar no âmbito da reprodução social, a incidência de pores teleológicos de segunda ordem que, como já adiantado, caracterizam-se por ações de trabalho que visam direcionar a ação humana individual e de grupos de indivíduos.

Assim, a incidência sobre as formas ideológicas e, logo sobre as formas de consciência, tornam-se importantes mecanismos e ferramentas de trabalho. Não sem motivo, destaca-se a esta tarefa um quantitativo cada vez maior da força de trabalho, visando, no âmbito gerencial, midiático, político, educacional, jurídico, entre outros, garantir a prevalência dos interesses de classe e a viabilidade da continuidade das condições externas de produção e reprodução social.

O processo de proletarização nos moldes que aqui buscaremos analisar incide pois, sobre o ser social que, como aventa Lukács (2013, p. 278)

é um complexo composto de complexos, cuja reprodução se encontra em variada e multifacetada interação com o processo de reprodução dos complexos parciais relativamente autônomos, sendo que à totalidade, no entanto, cabe uma influência predominante no âmbito dessas interações.

Ao identificarmos um arcabouço de instrumentos que buscam incidir na formação intencional de um perfil de trabalhador, verificamos que tal complexo se erige a partir das requisições do processo de produção, o qual tem incrementos específicos a partir do desenvolvimento tecnológico e das novas técnicas gerenciais. Especialização e desespecialização, alternam-se de forma a transformar o trabalhador num apêndice da máquina, implicando diretamente na constituição social do sujeito individual e nas formas organizativas coletivas.

Sobremaneira, enveredar-nos-emos a seguir por uma breve reflexão acerca dos estranhamentos e da manipulação, características específicas da sociabilidade no modo de produção capitalista. Trata-se de

um exercício que visa esclarecer a preocupação com as consequências da intensificação da socialização com ulterior individualização a partir dos preceitos da dupla constituição do sujeito social, que tem os nexos da sociabilidade reificados quando da relação social que o transforma em mercadoria, à qual é atribuído um valor de troca a partir do tempo de trabalho.

1.4 ESTRANHAMENTO E IDEOLOGIA DA MANIPULAÇÃO

A composição sócio-histórica do processo de humanização, invariavelmente, cristalizou como continuidade elementos que se tornaram desnecessários às novas manifestações da vida. Todavia, se estes não colidem diametralmente com as novas proposições, sem que seja necessário que estes elementos estranhados sejam suprimidos, estes podem manterem-se continuamente, até que se tornem objeto de análise e práxis por se tornarem inviáveis. Variáveis como tempo, utilidade, possibilidade de substituição, entre outras, podem incidir sobre a possibilidade de continuidade de práticas e ideologias.

Resta inferir que em algum momento, que nem sempre se pode reconstituir, tal forma de manifestação foi necessária ou possível, assumindo a partir do ato individual, um caráter social e representativo das relações sociais de um tempo determinado. Sobremaneira, reconhecemos que “todo estranhamento é um fenômeno socioeconomicamente fundado; sem uma mudança decisiva na estrutura econômica, nada de essencial poderá ser modificado nesses fundamentos por meio de alguma ação individual”. (LUKÁCS, 2013, p. 632).

Na sociedade contemporânea, além das determinações específicas do fetichismo, coexistem estranhamentos historicamente consolidados, a exemplo do fundado na divisão sexual do trabalho, que é combatido quando destoa das necessárias relações de produção, mas que é aceito quando necessário à reprodução de relações desiguais como sustentáculo de uma economia baseada no núcleo familiar tradicional (à exemplo da agricultura em algumas de suas variantes).

A partir da constituição das relações de produção, as representações e os discursos ideológicos que a justifiquem assumem as características da dupla constituição do sujeito social. A liberdade de decisão, o livre arbítrio a partir do que se conhece, é intrínseco a vida biológica historicamente constituída pelo processo de humanização. Os complexos do ser social, em contínua e mútua interação, fazem com que a objetividade da vida, a partir da exteriorização e objetivação, repliquem

nexos alienantes (fetichizados no capitalismo) que no âmbito ideológico, conformam-se em estranhamentos, visto que

todo estranhamento é, antes de tudo, um fenômeno ideológico, cujas consequências prendem a vida individual de todo homem envolvido de maneira tão multifacetada e firme que a sua superação subjetiva só poderá ser realizada na prática como ato do envolvido em cada caso específico. (LUKÁCS, 2013, p. 632)

O sociometabolismo homem e natureza tem potencial para fazer erigir uma gama de formas de estranhamento, o que se expressa na relação das diferentes formações sociais com o ambiente que as cercava. Com o advento do capitalismo e seu escopo global, aliado à divisão internacional do trabalho e à especialização produtiva, o estranhamento vem ganhando novos contornos com a intensificação deste na relação homem-homem. Assim, a divisão social do trabalho como promotora de incrementos fundamentais para o desenvolvimento social, ao mesmo tempo impele à novos estranhamentos. Logo que, “toda história da humanidade a partir de certa altura da divisão do trabalho (provavelmente aquela já praticada na escravidão) já é também a história do estranhamento humano” (LUKÁCS, 2013, p. 586).

Em termos históricos, o estranhamento não tem uma intencionalidade pré-ideada, mas corresponde às formas específicas da autoatividade do homem. Categoricalmente, a análise do estranhamento aponta que

o estranhamento não constitui algo para si, não sendo algo totalmente autônomo em termos humano-sociais, mas constitui um elemento do processo de desenvolvimento social, no qual ele, dependendo das circunstâncias, parece desaparecer por completo ou então preserva manifestadamente a sua peculiaridade. (LUKÁCS, 2013, p. 626).

Sendo o capitalismo, através do mercado e de seus pressupostos, um modelo econômico e político de escopo universal que contém em si uma positividade fundada na contraposição ao *ancien régime*, este buscava superar estranhamentos fundados no regime feudal de produção. Considerando que “o estranhamento de todo homem singular brota diretamente de suas inter-relações com a sua própria vida cotidiana” (LUKÁCS, 2013, p. 637), a diversificação social a partir do mercantilismo

consistiu em atividade promotora de novos nexos, que fizeram vigorar naquela proposta, um cariz revolucionário.

Em detrimento dos estranhamentos fundados nos pressupostos mítico-religiosos da época, buscou, especialmente através dos fundamentos do iluminismo, substituir o poder aristocrático. Os estranhamentos, reconhece-se, são também positivos, quando “parte muito grande de seus modos fenomênicos é extremamente apropriada para exercer essas funções positivas do ponto de vista da consolidação de um domínio econômico e político” (LUKÁCS, 2013, p. 624).

No capitalismo, “os estranhamentos mais importantes têm estreita ligação com as relações contemporâneas de exploração” (LUKÁCS, 2013, p. 624), visto que assumem uma função manipulatória. As derivações da sociabilidade complexa permitem a utilização funcional e pré-ideada de estranhamentos, o que é possível com a ocultação de seus fundamentos e com a imposição positiva de respostas às suas contradições como modo histórico-social da vida humana.

Portanto,

quanto mais desenvolvido for o aparato ideológico do capitalismo, tanto maior será a sua disposição de fixar mais firmemente tais formas de estranhamento nos homens singulares, ao passo que, para movimento revolucionário dos trabalhadores, para o despertar, a promoção e a maior organização possível do fator subjetivo, desmascarar o estranhamento enquanto estranhamento, a luta consciente contra ele, constitui momento importante (todavia, apesar disso, apenas um momento) da preparação para a revolução. (LUKÁCS, 2013, p. 625).

Aventamos que os fundamentos do estranhamento no capitalismo estão sedimentados na estrutura da produção, ou seja, na organização do processo de trabalho e seus correlatos viabilizadores. Ideologicamente, a lógica superestrutural, intrinsecamente alinhada à dominação de classe e à exploração do trabalho impõem uma vivência social inautêntica, sem que seja conhecida e permeada por decisões coletivas a base produtiva que organiza e justifica as relações sociais na sociabilidade.

Assim, procuraremos destrinchar alguns apontamentos sobre a produção capitalista em sua objetividade para depreender daí as possibilidades históricas capazes de superar a dominação das ideologias de mercado e fazer erigir um complexo regulatório calcado na genericidade do ser social e distanciado de estranhamentos que fomentam

a hierarquização e o medo como fundamentos das desigualdades humanas.

Para tanto, vale referir, sobre a análise empreendida por NETTO (1990, p. 71) sobre as problemáticas do socialismo e a superação das relações sociais desiguais e hierárquicas, que é preciso reconhecer e perquirir: 1. A existência de “relações pluricausais e determinantes entre a estrutura econômica e o ordenamento político de uma sociedade historicamente datada”; 2. O esforço para explicitar as características de uma “totalidade sócio-histórica cuja unidade não elide a existência de níveis e instâncias diferentes e com legalidades específicas” e; 3. Buscar nos processos sociais as mediações concretas estruturantes, com as quais se “abre um leque de possibilidades para a emergência e a compatibilização de ordenamentos políticos com a estrutura econômica”.

Logo, considerando que a esfera econômica apresenta características fundamentalmente relevantes para compreensão dos fenômenos ideológicos, buscamos, a seguir, demonstrar a importância e validade. Coadunamos com a elaboração de Nakatani (2008, p.49), na qual o autor coloca que “o trabalho assalariado continua sendo a fonte de riqueza e do valor, portanto, central para o modo de produção capitalista”, e mais que isso, “através do trabalho se desenvolveram as demais funções e comportamentos que consideramos humanos. O desenvolvimento da linguagem e a formação da consciência humana só foram possíveis como resultado do trabalho” (NAKATANI, 2008, p. 51). Como formas de apreensão da sociabilidade capitalista, aventamos ser fundamental compreender o contexto produtivo e suas particularidades regionais para daí depreender processos sociais e sua vinculação com as condições objetivas de trabalho e de vida.

CAPÍTULO II - FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA CAPITALISTA: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E CONTINUIDADES DA PRODUÇÃO CAPITALISTA.

Para que possamos compreender a organização do processo de trabalho no desenvolvimento da produção até que cheguemos à forma de organização do trabalho no setor de serviços, necessitamos recolocar os elementos fundantes das relações sociais de produção no âmbito da economia política. Assim, valendo-nos do fundamental em Marx, no que tange à lei do valor, a lei geral da acumulação capitalista e ainda à queda tendencial da taxa de lucro, construiremos um esquema explicativo que sirva de base às análises específicas quanto à acumulação capitalista neste setor. Não obstante, entendemos que alguns elementos que dão densidade e podem contribuir com a análise, sem comprometer seu cerne basilar — a exploração do trabalho —, devem ser introduzidos como contributos à compreensão da economia política tipicamente capitalista.

Reconhecendo as particularidades da organização da produção nos países ditos periféricos, trazemos à baila as análises empreendidas por Virgínia Fontes, a qual corrobora, a partir da tese do “capital imperialismo”, com a análise específica das necessidades intrínsecas às formas de valorização da mercadoria. De forma original, a autora recoloca os elementos e requisições próprios do processo de acumulação, os quais são o cerne próprio do modo de produção capitalista, pois, se a organização da forma de produzir incorresse em mudanças qualitativas, já não mais a dominação do capital caracterizaria as formas de produzir, e logo, de reproduzir a vida social. Também são importantes, no sentido de colaborar com as análises aqui empreendidas, os contributos de Michel Lowi e Rosa Luxemburgo, a fim de articular as vicissitudes das novas formas de conformação da produção, que, como procuraremos demonstrar, apontam para a retomadas de formas produtivas pretéritas e arcaicas.

Outro contributo teórico de igual riqueza e densidade, que nos oferece uma interpretação econômica e política dos fenômenos afetos ao processo de trabalho e às formas de produção nos países ditos periféricos, é a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, de elaboração de León Trotsky. No intento de interpretar a Rússia czarista e igualmente motivar politicamente seu processo revolucionário, o autor coloca os elementos para interpretação das desigualdades internacionais e locais, de forma que sua interpretação do processo de expansão do desenvolvimento capitalista parece continuar vigorosa e válida para uma análise contemporânea das formas de produção. Com motivações políticas e

históricas específicas, a distribuição dos meios de produção, bem como a produtividade de cada país e cada setor da economia não acompanha um ritmo pariforme.

A compreensão da divisão social do trabalho, calcada nos elementos das novas expressões da especialização produtiva e da divisão internacional do trabalho, é de fundamental importância para que relacionemos os problemas específicos do trabalho no setor com o conjunto de elementos que compõem a totalidade hegemônica do sociometabolismo¹² engendrado pelas relações de produção e reprodução tipicamente capitalistas. Logo, resgatar os aspectos constituintes dessa legalidade objetiva é traçar os fundamentos específicos que dão os contornos da possibilidade desse desenvolvimento ulterior de setores avançados no plano material, bem como, nas tecnologias particularizadas que objetivam manipular e envolver o trabalhador em um novo conjunto de formas de proletarização.

2.1 FORMULAÇÕES SOBRE A LEI DO VALOR E A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA DINÂMICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Valendo-se de Marx e alguns de seus intérpretes, buscaremos reconstituir para fins explicativos, os elementos centrais da lei do valor e da lei geral da acumulação capitalista a fim de explicitar suas inter-relações e suas expressões enquanto relações sociais. O que se aventa é apresentar um quadro geral analítico aproximativo capaz de elucidar, com base na análise marxiana e marxista da produção capitalista, os processos sociais afetos à sociabilidade contemporânea considerando sua base material.

2.1.1 Lei do Valor e Lei Geral da Acumulação Capitalista em Marx

Sabidamente o modo de produção capitalista tem como base material objetiva a forma mercadoria, que enquanto coisa útil “satisfaz

¹² Trata-se da elaboração de Mészáros (2002, p. 96) sobre o tema, na qual o autor interpõe que “o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’, [...] mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico”. O capital, enquanto sociometabolismo, impõe “uma estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

necessidades humanas de qualquer espécie” (MARX, 1985, p. 45). Sua produção exige, além de fatores naturais, o dispêndio de um *quantum*¹³ de trabalho humano, que medido enquanto “Tempo Socialmente Necessário” para sua produção, determinará seu valor geral “que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra [ndo] por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias” (MARX, 1985, p. 67). Sem adentrar neste momento os determinantes da forma mercadoria e suas implicações para a vida humana, não prescindimos de referenciar que através da complexificação de sua produção emerge a possibilidade de indiferenciar o trabalho social e criar padrões de permutabilidade, protótipos da atual forma do dinheiro e suas correspondências materiais. Nesse contexto, o dinheiro aparece como equivalente geral, viabilizando o intercâmbio de “trabalhos” entre produtores ao reunir o valor como expressão do tempo socialmente necessário para produção de mercadorias.

Como produto último da circulação de mercadorias, o dinheiro “é a primeira forma de aparição do capital” (MARX, 1985, p. 125). Enquanto capital, o dinheiro exige a transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação da mercadoria em dinheiro, comprar para vender (MARX, 1985). Superando o aparente movimento da circulação simples de mercadorias, Marx desvela a necessidade de valorização do valor, na qual há “geração de mais-valia” (MARX, 1985, p.132). Essa possibilidade é intrínseca às qualidades da forma mercadoria, sendo determinado pela inversão de trabalho na produção da mercadoria enquanto trabalho socialmente necessário.

Da mesma forma, a geração da mais-valia está condicionada à necessidade de que o capitalista pague ao trabalhador um valor inferior às horas efetivamente trabalhadas, considerado o tempo social médio para produção de uma determinada mercadoria, e despendendo, enquanto valor de troca — por ser a própria força de trabalho uma mercadoria — apenas o que lhe é necessário para subsistência. Logo, trabalho e capital se articulam enquanto relação social, enquanto processo de trabalho capaz de garantir o ciclo de formação do valor e de valorização. Nas palavras de Marx (1985, p. 162):

¹³ Referimo-nos aqui ao que Marx estabeleceu como trabalho abstrato, relacionado à grandeza do valor e ao trabalho como substância constitutiva desse valor (Cf. MARX, 1985).

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias.

Em sua obra, Marx destaca as diferenças entre reprodução simples e ampliada, para ressaltar o caráter expansionista do capital, de forma que a expansão é imperativa para sua própria manutenção enquanto modo de produção hegemônico. Mais que uma forma de produzir a vida material e social adstrita às relações sociais imóveis, o modo de produção capitalista opera enquanto reprodução ampliada, resultando em “mais capitalistas, ou capitalistas mais poderosos, num polo e mais assalariados, no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele, pois “[...] acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado. (MARX, 1980, p. 714).

Em uma economia baseada no tempo de trabalho é fundamental para o capitalista apropriar-se de uma parcela do trabalho enquanto mais-valia, como forma de reprodução social e reprodução do valor trabalho enquanto capital, ou seja, “a força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional” (MARX, 1980, p. 719). Tais relações só são realizáveis por conta das determinações do dinheiro, que permite a troca entre diferentes trabalhos como equivalentes. O salário representa, portanto, a parte cabível ao trabalhador — satisfazendo suas necessidades de reprodução básicas — possibilitando a acumulação de uma quantidade de trabalho não pago.

Capital e trabalho inter-relacionam-se em movimentos regulatórios, sendo crucial para o capitalista (individual e mais ainda para o modo de produção capitalista, como um todo) que a diminuição da oferta de trabalho, nem sua sobreoferta, prejudiquem a expansão do capital. Como apontava Marx

A lei geral da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 1980, 722).

É com a intensificação na produção e o aprimoramento dos meios de trabalho, ou seja, do capital constante, que se opera uma diminuição relativa da necessidade da força de trabalho vivo, isto é, do capital variável. Todavia, a exploração do trabalho é ineliminável em uma economia que se caracteriza econômica e socialmente pela exploração do tempo de trabalho.

Em uma complexa inter-relação, a imbricação entre capital constante e capital variável erige novas formas de organização do processo de trabalho, suprimindo ou fazendo surgir ramos inteiros da produção em curtos períodos de tempo. O incremento do capital constante denota um processo no qual “a grandeza crescente dos meios de produção, em relação à força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho” (MARX, 1980, p.723). Elevada a produtividade do trabalho, variáveis como os salários e os preços das mercadorias se modificam de acordo com a necessidade de trabalho imprescindível para sua produção.

Como já observado no século XVIII:

esta lei do aumento crescente do capital constante em relação ao variável se confirma a cada passo [...] pela análise dos preços das mercadorias, não importando que se tomem diferentes épocas econômicas de um país ou diferentes nações na mesma época. (MARX, 1980, 724).

Com o aumento do escopo das relações sociais capitalistas e sua constante expansão, cada ramo da produção adquire características específicas de acordo com as limitações possíveis no que toca à substituição do trabalho vivo.

Interferindo decisivamente nas condições de vida da classe trabalhadora, o incremento da produtividade do trabalho, via o incremento do capital constante na composição orgânica do capital, faz decrescer relativamente a necessidade de força de trabalho. Acontece relativamente porque:

com a produtividade crescente do trabalho não só aumenta o volume dos meios de produção que ele consome, mas cai o valor desses meios de produção em comparação com seu volume. Seu valor aumenta em termos absolutos, mas não em proporção com seu volume. O aumento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menor do que o aumento da diferença entre a massa dos meios de produção em

que converte o capital constante e a massa da força de trabalho em que se transforma o capital variável. (MARX, 1980, 724).

O desenvolvimento e a consolidação da empresa moderna ou da grande indústria como base material da exploração capitalista se dão por meio de um processo no qual “toda a forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados” (MARX, 1980, p.735).

Os antagonismos e as formas históricas adquiridas pelo processo de antagonismo de classes demonstrava, já no século XVIII, sua instabilidade, motivo pelo qual o próprio Marx apontava a emergência histórica da irrupção da revolução proletária. Entretanto, diversos fatores favoreceram a estabilização do processo de expulsão da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que aumentaram a capacidade e a grandeza da acumulação de capital. Nesse sentido, o constructo teórico erigido por Rosa Luxemburgo (1985), demonstra a importância do processo expansionista e sua cruzada contra as sociedades de economia natural. Tratava-se de um espaço imprescindível para a exploração da riqueza via pilhagem e saques.

Nesta esteira, as principais medidas expansionistas consistiam/consistem em:

- 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos como borracha, etc.;
- 2) Liberar força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;
- 3) Introduzir a economia mercantil;
- 4) Separar a agricultura do artesanato. (LUXEMBURGO, 1985, p. 254)

No bojo do processo da acumulação primitiva, o processo de inter-relação entre sociedades capitalistas e não capitalistas, é considerado pela autora, um dos pilares da manutenção da própria ordem burguesa. Nesse sentido “o capitalismo não pode existir sem os meios de produção e a força de trabalho dessas formações, nem sem a demanda destas de mais-produto capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 255). Atualmente, tal premissa torna-se uma problemática e agrava a capacidade de expansão pelo simples fato de que praticamente todas as zonas do planeta encontram-se

já despropiadas de qualquer forma tradicional de produção, e a ocupação forçada de algumas das poucas existentes, poderia significar a ultrapassagem do limite humano-biológico que comprometeria a própria possibilidade de sobrevivência da espécie (crise ecológica, por exemplo). Dessa forma “torna-se imensamente problemática a antiga prática bem-sucedida de empurrar as contradições do sistema por meio do desenvolvimento expansionista. [...] Agora não há mais lugar para garantir, em escala adequada, o necessário deslocamento expansionista” (MÉSZÁROS, 2002, p.242).

No âmbito da valorização/reprodução do sistema sociometabólico do capital, algumas estratégias aparecem como formas contingenciais às necessidades de expansão. Nesse sentido, são realizadas dentro de seus limites históricos, sem comprometer o cerne mesmo da acumulação, conforme a lei do valor e suas implicações — lei geral da acumulação capitalista e queda tendencial da taxa de lucro — tornando interditas medidas sociais no âmbito político e econômico e regulando as dinâmicas de expansão relativa de setores da economia e as formas de distribuição da força de trabalho, o que igualmente impacta nas manifestações da vida e nas possibilidades históricas de classe.

Tais medidas são analisadas exaustivamente na obra de Mézáros (2002; 2011), o qual defende o esgotamento das margens contratendenciasais possíveis, as quais apresentariam uma “ativação dos limites absolutos do capital”. Para o autor, historicamente o enfrentamento das crises de valorização e produção, se imbuíram de medidas dotadas de maior racionalidade, as quais foram capazes de garantir o funcionamento do sistema como um todo através do deslocamento de suas contradições. Dentre as medidas históricas mais significativas figuram:

- O desenvolvimento bem-sucedido da economia de consumo de massa;
- A adoção de estratégias keynesianas, concebidas na sequência de uma crise econômica desastrosa;
- A aceitação em larga escalada nacionalização no pós-guerra.
- A adaptação flexível do capital às demandas e tensões da “economia mista”;
- O estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e a criação de um número de instituições multinacionais (da CEE, ao EFTA, GATT, FMI, etc.) em conformidade com os interesses globais do capital;
- A adaptação bem sucedida do Estado Nacional Burguês às necessidades das multinacionais (na

realidade, gigantescas empresas nacionais “transnacionais”)

- A operação bem-sucedida de um sistema global de dominação que mantém o “Terceiro Mundo” em paralisante dependência, fornecendo à burguesia não apenas vastos recursos e válvulas de escape para a expansão do capital, mas rendimentos suficientemente grandes para compensar uma extensão significativa a queda tendencial da taxa de lucro, em adição à compensação fornecida pela concentração monopolista e pela centralização do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 553)

Dadas as necessidades históricas de expansão que garantam a não exponenciação do antagonismo intrínseco à sociedade de classes, outras estratégias vêm ganhando terreno como formas de diluição das problemáticas econômicas fundamentais (valorização e controle populacional)¹⁴. Um enorme desperdício e a destruição produtiva são exemplos da irracionalidade humana frente à racionalidade da lógica da mercadoria. É mais viável destruir para reconstruir que manter e fomentar uma distribuição igualitária da riqueza produzida.

Dito isto, esperamos ter apresentado uma aproximação da lei do valor e da lei geral da acumulação capitalista que, apesar de uma explanação parcial, demonstra sua atualidade e preponderância na organização da vida social em função da relação capital e trabalho.

¹⁴ Nessa seara, os conflitos originados do 11 de setembro de 2001 até a desestabilização de governos em países do Oriente próximo mais recentemente, figuram como medidas contratendências capazes de novamente deslocar as contradições do sociometabolismo do capital, ainda que de forma temporária. No plano da relação entre essas medidas e a conformação de um imaginário social sobre o tema, o medo aparece como tônica da vida social, intensificando a noção de conflito bélico nas relações sociais e entre Estados-nação. Novamente, recorremos a Mézszáros (2002), para aludir ao colocado pelo autor em um dos ensaios contidos em “Para além do Capital” (livro que não coincidentemente tem na capa o cenário do que foram um dia as torres do *World Trade Center* em Nova Iorque), no que este sinaliza a premissa: “Guerra, se falharem os métodos ‘normais’ de expansão” (p. 1000).

2.1.2 Consequências econômicas do *modus operandi* do modo de produção capitalista

Consideradas as consequências objetivas da acumulação, faz-se necessário retomar a forma mercadoria em suas qualidades, quais sejam: o valor de troca e o valor de uso. Ainda que o valor de troca em sua forma aparente seja fundamental à mercadoria no modo de produção capitalista, seu valor de uso continua precípuo, mesmo que subsumido. O que se quer dizer é que para que uma mercadoria o seja do ponto de vista econômico, deve atender a uma necessidade, e deve participar do circuito de valorização.

Nesse sentido, Harvey esclarece que:

alguém tem que necessitar, querer ou desejar essa mercadoria particular à venda [...]. Se ninguém quiser, então ela é inútil e sem valor. Mas aqueles que necessitam, querem ou desejam a mercadoria também precisam de dinheiro para comprá-la. Sem dinheiro eles não podem fazê-lo. Se ninguém quiser ou puder se dar ao luxo de comprá-la, então não há venda, o lucro não é realizado, e o capital inicial é perdido. (2011, p. 91).

Incidindo sobre a própria base material do modo de produção capitalista, a lei do valor e a lei geral da acumulação capitalista são agentes de outro movimento consideravelmente importante, a queda tendencial da taxa de lucro. A análise dessa tendência se opera não diretamente nos lucros dos capitalistas individuais ou nos ramos da produção em específico, mas sim no bojo das relações sociais entre as classes. Assim:

A lei de tendência se refere à taxa média de lucro. A taxa média de lucro se forma tendencialmente pelo movimento dos capitais em busca de um lucro maior, mudando de ramos de produção. Ressalta-se assim, que a própria taxa à qual se refere à lei se estabelece de forma tendencial. Deve se observar também que a concorrência apenas distribui a mais-valia entre os diferentes capitais; assim, a taxa média de lucro reflete a relação social entre o capital e o trabalho. (AUGUSTO, 2005, p.113)

Trata-se de expressões do desequilíbrio econômico, característico da economia política capitalista e das relações entre suas classes fundamentais. Por não se tratar de um sistema econômico totalmente

planificado, capitalistas individuais e grupos de capitalistas tem como necessidade imediata a sua própria expansão, todavia, por meio da concorrência interclasse, que acontece prioritariamente no incremento do capital constante e na diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria — o que faz seu preço diminuir no decorrer do tempo — o capital se concentra nas mãos de cada vez menos capitalistas e coloca em situação de dependência enormes contingentes populacionais desprovidos de seus meios de vida e da possibilidade de consumo de mercadorias. Entretanto, como já visto, a mercadoria necessita realizar-se no circuito de valorização, caso contrário, ratifica Mandel “uma mercadoria que não correspondesse às necessidades de ninguém seria, *à priori*, invendável, não teria nenhum valor de troca, já não seria uma mercadoria, mas simplesmente o produto do capricho, de uma brincadeira desinteressada de um produtor” (1978, s/p).

Como consequência, o que se observa é o espraiamento dos fenômenos da superprodução e/ou do subconsumo. Sem demanda efetiva, a economia do tempo trabalho não se realiza. Assim “quando a repartição das forças produtivas deixa de corresponder a essa repartição das necessidades, o equilíbrio econômico desfaz-se, aparecem lado a lado a superprodução e a subprodução” (MANDEL, 1978, s/p).

A necessidade da

[...] procura deste super-lucro é, evidentemente, o motor de toda a economia capitalista. Toda a empresa capitalista é levada pela concorrência a tentar obter mais lucros, pois é essa a única condição para que possa melhorar constantemente a sua tecnologia, a sua produtividade do trabalho. Todas as firmas são, portanto, conduzidas para esse caminho, o que implica que o que era inicialmente uma produtividade acima da média acabe por se tornar uma produtividade média. Então o super-lucro desaparece. Toda a estratégia da indústria capitalista resulta deste fato, deste desejo de todas as empresas de conquistarem num país uma produtividade acima da média a fim de obter um super-lucro, o que provoca um movimento que faz desaparecer o super-lucro pela tendência para a elevação constante da média da produtividade do trabalho. É assim que se chega ao declínio tendencial da taxa de lucro. (MANDEL, 1978, s/p).

Como já anteriormente apontado, algumas formas de garantir a demanda efetiva, bem como os superlucros por meio da expansão, se encontram no rol das medidas contratendências já adotadas, mas que efetivamente encontram contemporaneamente um limite na própria causalidade biológica e natural. Reafirmam-se dessa forma, outras medidas calcadas no desperdício e na destruição como forma de potencializar o processo de valorização e conseqüentemente a exploração da mais-valia e o lucro. Mészáros (2002, p. 217) aponta para as problemáticas inerentes ao que denominou de ativação dos limites absolutos do capital, advertindo para a necessidade de se fazer “uma avaliação racional dos riscos históricos que se apresentam para as condições da própria sobrevivência humana”, observado que “já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico”.

Considerando as bases da análise a partir da economia política marxiana e marxista, continuaremos a explorar as complexas relações de produção e as expressões enquanto relações entre Estado e o capital monopolista, no sentido de esclarecer a composição do poder transnacional e as relações que se estabelecem nesse contexto.

2.1.3 Estado e capital monopolista: a garantia das condições externas de produção

No âmbito do capital monopolista, o Estado se torna definitivamente uma instância fundamental na imposição de mecanismos capazes de garantir as condições externas de produção, bem como promover a manutenção das relações sociais hierarquizadas e desiguais capitaneadas pela classe dominante. Ao identificar as características do Estado no que chama de “idade do monopólio”, Netto (2011, p. 25) adverte que: “no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com suas funções econômicas”.

Capaz de concentrar o direcionamento social e econômico dos grupos humanos a que correspondem, os Estados-nação ou o Estado burguês manifesta-se com variadas configurações e se ocupa em manter as condições produtivas do monopólio — que acontece de forma interdependente — objetivando a defesa das personificações do capital de acordo com interesses estritamente orbitantes à lógica da expansão e lucratividade, bem como, atua na organização das relações desiguais que diferentes partes do globo ocupam na divisão internacional do trabalho. Assim, conforme postulado por Mészáros (2002, p. 243), mesmo os

teóricos do liberalismo comungam da “admissão explícita ou implícita de que, sem a intervenção ‘adequada’ do Estado, as estruturas de reprodução material do sistema estabelecido não produziram os resultados esperados”.

Trata-se de uma intervenção fundamental e que se materializa diariamente nas estruturas organizacionais do capital, desde o sistema político internacional ao judiciário local. Seja construindo estradas; mantendo a dívida pública como mecanismo de drenagem das riquezas; regulando empréstimos que financiam o capital produtivo; reprimindo multidões que reivindicam direitos; ou mobilizando exércitos para controlar outros territórios, o Estado tem ampliado seu leque de atuação direta ou indiretamente. Aquém de promover a completa discussão que o tema requer, apontamos aqui a intervenção estatal nas regulações trabalhistas e na reprodução da classe trabalhadora via política social, trabalhista, entre outras medidas afetas, destacando que estas:

sincronizadas em maior ou menor medida à orientação econômico-social macroscópica do Estado burguês no capitalismo monopolista, [tem seu] peso evidente [direcionado], no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento capitalista. (NETTO, 2011, p. 31).

Nas relações entre capital e Estados Nacionais o que prevalece é o ímpeto expansionista de acordo com a capacidade de cada Estado em promover suas políticas econômicas em nome das personificações do capital que representa. Considerados os antagonismos entre as diferentes estruturas estatais e a tendência de desenvolvimento e controle por parte dos Estados mais poderosos, estes também são afetados pelo fenômeno da concentração e centralização. Entretanto, as individualizações nacionais fazem com que os Estados e o capital permaneçam constantemente

obrigados a operar em situação inerentemente conflitante em todos os cantos do mundo, dados os antagonismos estruturais intranscendíveis do sistema do capital, desde o menor ‘microcosmo’ de sua reprodução até as empresas de produção e distribuição gigantescas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 244).

Assim, como capital e trabalho, também os Estados mantêm uma relação antagonista fundamental. As requisições características da produção capitalistas tornam impeditivas medidas positivas de adequação

universal dos interesses que são inconciliáveis, pois “o ‘Estado’ do sistema do capital (que existe na forma de Estados Nacionais particulares) nada é sem sua oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o capital nada é sem sua oposição ao trabalho e sem a autodeterminação negativa em relação a ele” (MÉSZÁROS, 2002, p. 245).

Consideramos que a emergência do Estado enquanto instituição se conforma na mesma lógica emergente da qualidade do trabalho frente à produção de valores de troca das mercadorias, criando como nexos o próprio duplo caráter do sujeito emerge, ou seja, o sujeito individual e o social. O caráter individual e social do trabalho – concreto e abstrato – se evidencia nas estruturas políticas erigidas a partir da emergência de uma nova classe ao poder.

O Estado, como essa estrutura de poder, representa o poder orgânico e a permeabilidade da direção social de uma classe, que o exerce em complexas estruturas e diferenciadas formas, de modo a conquistar e envolver seus atores, alienando a própria política e mistificando-a. A mistificação da mercadoria e seu fetichismo reverberam na “entificação” do próprio Estado, justificando-se como aparato “único e necessário” para a garantia da segurança, liberdade, propriedade e igualdade.

Como ente político assemelha-se — o Estado — às premissas do valor de troca e sua fantasmagoria, ou seja, como generalidade, como possibilidade formal de igualdade, ou como nas palavras de Marx

O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e a ocupação do homem como diferenças não políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, coparticipante da soberania popular em base da igualdade, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. (1991, p. 25).

Todavia:

[...] o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza especial. Longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado só existe sobre tais premissas, só se sente como Estado político e só faz valer sua generalidade em contraposição a estes elementos seus. (MARX, 1991, p. 25).

Conforma-se assim a contraposição entre a vida genérica do homem e sua vida material, na qual:

o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular. (MARX, 1991, p. 26).

À imagem e semelhança da religião, o Estado atua como mediador e promotor de satisfações e espiritualiza o antagonismo entre sociedade civil e o Estado.

Da mesma forma a secularização manifesta sua condição contraditória/ambígua, constrangida por uma mudança no padrão de produção que torna imperativa a constituição de novas formas de poder de controle social, ou seja, de gestão coletiva das necessidades, que acontece de acordo com as relações de poder existentes (necessidade da imposição, capacidades de resistência, investimento para o controle e captura da subjetividade, necessidade do uso da violência física, etc.). Por tais acontecimentos no âmbito da economia política, o controle social¹⁵ repagina-se: adquirindo objetivos como a segurança, a propriedade; e configurando novas técnicas para sua administração através da secularização e promessa de genericidade com o reforço de instituições que impõem e/ou dominam padrões de comportamento e/ou verdades.

Elucidando a forma/ação da entidade Estado, esclarece Marx que:

De outro modo não procede o Estado, pois não exclui ninguém que se ajuste a todos os seus mandatos e exigências, que se acomode ao seu desenvolvimento. E, em sua perfeição, fecha até mesmo os olhos e declara não políticos os antagonismos reais que o perturbam. (1991, p.75).

Mesmo qualitativamente alterada, a lógica de concentração e administração do poder mantém seu dualismo. O que se quer dizer é que se perpetua a esperança como constitutivo, ainda que com avanços do ponto de vista do grau de desenvolvimento do chamado “espírito humano”. Assim o quadro que se tem é muito bem descrito nas análises

¹⁵ Entendemos aqui o controle social como a imposição de normas, condutas e regras por parte do poder estatal, que através dos diversos mecanismos de coerção e consenso, articula a vida social.

marxianas acerca do problema da emancipação política e do papel do Estado quando este aventa que:

Os membros do Estado político são religiosos pelo dualismo existente entre a vida individual e a vida genérica, entre a vida da sociedade burguesa e a vida política; são religiosos, na medida que o homem se conduz, frente à vida do Estado, - como se esta fosse muito além de sua individualidade real – como se esta fosse sua verdadeira vida; religiosos, na medida em que a religião, aqui, é o espírito da sociedade burguesa, a expressão do divórcio e do distanciamento do homem em relação ao homem. (MARX, 1991, p.35).

A sociedade burguesa emergente modifica-se e deixa como legado uma alteração parcial: substitui um deus fantasmagórico, antes uma entidade transcendental à sua imagem e semelhança, a qual coaduna e/ou substituí pelo deus dinheiro. Cerne da sociedade capitalista como mercadoria especial de troca e viabilizador da invisibilidade do trabalho abstrato, o dinheiro:

é o valor geral de todas as coisas, constituído em si mesmo. [...] [o qual] despojou o mundo inteiro de seu valor peculiar, tanto o mundo dos homens como a natureza. O dinheiro é [tornou-se] a essência do trabalho e da existência do homem, alienada deste, e esta essência estranha o domina e é adorada por ele. (MARX, 1991, p.59).

Sob a regência acima descrita, a proclamação dos direitos do homem e do cidadão como padrão civilizatório congregador se limita ao direito à propriedade, cerceando a liberdade ante a inconsubstancialização da igualdade. Conforme expresso na conformação idealista dos direitos humanos, estes ainda se encontram particularizados enquanto direitos do homem e do cidadão, este último o “membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade” (MARX, 1991, p.41).

A razão emergente da sociedade política faz da segurança o “conceito social supremo”, com a promessa da integridade e conservação da pessoa e da propriedade. Assim,

a comunidade política [é relegada] ao papel de simples meio para conservação dos chamados direitos humanos; que, por conseguinte, o *citoyen* é

declarado servo do *homme* egoísta; degrada-se a esfera comunitária em que atua o homem em detrimento da esfera em que o homem atua como ser parcial; que, finalmente, não se considera o homem verdadeiro e autêntico o homem enquanto cidadão, senão enquanto burguês. (MARX, 1991, p.45).

A ambiguidade entre o homem e o cidadão, que só o é enquanto burguês, baliza as ações do Estado entificado, que congrega — como poder decisório normativo e coercitivo — a capacidade organizativa de promover ações que influenciam grandes grupos populacionais — hoje quicá a humanidade inteira — sob a premissa da garantia da segurança, da propriedade e do bem comum. Não obstante, as relações de produção capitalistas promovem o próprio antagonismo de classes, característico de suas relações essenciais. Nesse bojo, figura o Estado, que do liberalismo ao intervencionismo, adquire papel preponderante como centro de poder e dominação de classe.

A partir dessa categorização, passamos então ao esboço de uma explanação sobre a intervenção estatal na garantia das condições externas de produção tomadas as particularidades brasileiras.

2.1.4 Desenvolvimento desigual e combinado: capital imperialismo e expansão do capital em questão.

Avançando na categorização das relações entre capital monopolista e Estado para pensar as formas de intervenção, aventamos trazer a perspectiva apresentada por Fontes (2010), a qual introduz o conceito de capital-imperialismo como nova forma histórica de dominação capitalista no bojo das transformações operadas pela reestruturação produtiva e pelo contexto político da Guerra Fria. Para a autora:

falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando

expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica (FONTES, 2010, p. 149).

De acordo com a perspectiva apresentada, a solução expansionista ganha centralidade, inclusive como forma de resolução das contradições internas, adotando um perverso caráter de espoliação em detrimento das necessidades sociais. Isso acontece de forma espiral dentro do ciclo produtivo e das relações entre países, potencializando ações destrutivas de forma exacerbada, pois, países como o Brasil sofrem pressões internas e externas, ou seja, são afetados pelas medidas dos países centrais e suas empresas, bem como atuam externamente para garantir sua expansão. Não se trata de uma escolha, de uma teleologia ou plano centralizado, mas de respostas necessárias à fase monopolista do capital e suas necessidades expansionistas.

Limitadas pelas próprias condições de existência física, as estratégias expansionistas encontram-se contingenciadas em esferas nas quais comumente investiam (exploração dos recursos naturais, combustíveis fósseis, produção de meios de produção, etc.) e avançam sobre todas as esferas da vida social, inclusive sobre as formas de vida da classe trabalhadora dos países centrais e zonas desenvolvidas do mundo “periférico” (mercantilização do lazer, da cultura, da saúde, da educação, do sexo, etc.), que antes gozavam de um patamar civilizatório confortável com a adoção de medidas sociais que lhes garantiam níveis satisfatórios de acesso à bens e serviços sociais.

Elevados níveis de acumulação tornam imperativas saídas contratendências que coloquem em marcha o processo de valorização e garantam a expansão necessária para manutenção da exploração e dominação capitalista. Vigoram então medidas das mais diversas, dentre as quais à imposição violenta dos padrões industriais de produção às populações tradicionais dos países não centrais, exploração desenfreada e irracional de seus recursos naturais, e uma das mais destrutivas e cruéis: a economia de guerra.

Ainda que o Estado e outras instituições capitalistas busquem atenuar as crescentes e mais frequentes crises de acumulação, a lei do valor tem seus aspectos fundamentais reafirmados. Sua afirmação, ou plena maturação sinaliza o esgotamento da fase progressista da ascendência histórica do capital (MÉSZÁROS, 2002). Não obstante, a apologética à incontrolabilidade do capital, com conseqüente ativação de seus limites absolutos, faz também emergir uma série de medidas

contratendências potencialmente destrutivas, tais como economia de guerra e do crime.

Os Estados-nacionais em meio ao capital-imperialismo passam a representar seus capitais pátrios de forma a viabilizar sua taxa necessária de expansão. Tal processo ocorre sob a égide do militarismo e da “produção de conflitos em escala e gravidade cada vez maiores” (MÉSZÁROS, 2002, p. 227). Em uma hierarquia internacional, as personificações do capital influem nas decisões políticas reconhecidas por outros Estados influenciados pelo poder bélico e econômico. Tais medidas são aplicadas em detrimento de medidas sociais. Dadas as necessidades expansionistas e de dominação, o próprio investimento estatal em política social deve ser reduzido ao máximo, e o mínimo estado de bem-estar torna-se execrável ao sistema de exploração capitalista.

Considerando a particularidade brasileira, para fins de aproximação com a análise empreendida nesse trabalho, é preciso considerar que o desenvolvimento social e econômico brasileiro esteve, sobremaneira, entrelaçado ao desenvolvimento específico da produção capitalista. Desde a acumulação primitiva o país participava com aporte de matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento das primeiras regiões tipicamente industriais de Manchester aos Flandres. Cana de açúcar, algodão, café, soja, minérios, entre outros produtos fundamentais à produção de meios de produção e à garantia da oferta de mercadorias básicas ao consumo do trabalhador são a tônica do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, tal qual apontava Trotsky (1977) sobre o desenvolvimento da Rússia, não se tratava apenas de um país atrasado, mas que participava de forma subordinada do processo de trabalho e da divisão internacional do trabalho. Em condições próprias de seu desenvolvimento histórico, considerando a localização geográfica, as condições climáticas, os regimes de governo, entre outros elementos presentes na avaliação das condições objetivas da vida social naquele país, apontam as ambiguidades que conformaram o desenvolvimento histórico do capitalismo, considerando àquela particularidade nacional.

Nessa ótica, Trotsky elabora uma grande contribuição ao entendimento do capitalismo em sua totalidade, apontando elementos para a apreensão das contradições do desenvolvimento urbano-industrial daquele país, que invariavelmente não poderia seguir o mesmo ritmo e o mesmo processo dos países “adiantados” na conformação do específico modo de produção capitalista. Assim, para ele “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do ‘processus’ histórico. A orbita

descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado (TROTSKY, 1977, p.24-25).

Há de se considerar, pois, a heteronomia das requisições engendradas no centro próprio da produção. As demandas por aço, gêneros alimentícios, madeiras, gás natural ou petróleo, não dependem apenas da economia interna, mas sim, do grau de desenvolvimento produtivo geral, bem como, do desenvolvimento de técnicas capazes de introduzir inovações. Casos específicos, como o apogeu da borracha no Brasil, seu posterior declínio ocasionado por um caso histórico de biopirataria, e novamente seu crescimento, pouco estiveram atrelados à necessidade interna, mas à demanda emergente e consolidada por determinados produtos no âmbito mundial.

A irregularidade do processo acompanhada da heteronomia intrínseca a ele, coloca a possibilidade de que para o atendimento das necessidades pelos produtos necessários à grande indústria sejam instaladas cadeias produtivas com níveis abismais de desenvolvimento tecnológico comparativamente, caracterizando extrema desigualdade e regularmente, a coexistência de práticas das mais avançadas, com outras características de modos de produção precedentes. A título de elucidação do processo, adiantamos a situação encontrada no setor mesmo objeto desta análise, que “no todo” da cadeia produtiva admite a coexistência de formas das mais desenvolvidas de gerenciamento da força de trabalho, até o trabalho análogo ao escravo nas fazendas de produção de gado que viabilizam a produção da carne que compõem a mercadoria final.

As desigualdades, hierarquias e ambiguidades mencionadas se expressam nos diferentes territórios, mas também em um ou mais setores num mesmo território. A definição da possibilidade de socialização das inovações tecnológicas e produtivas carece da compreensão específica do nível estratégico de cada setor e da necessidade quantitativa e qualitativa dos resultados. Mais uma vez exemplificando: as transferências de tecnologia ocorrem facilmente em alguns setores, como por exemplo a mecanização da agricultura, na utilização de defensivos agrícolas, nas máquinas automatizadas para a extração mineral, entre outros, mas, encontram limites absolutos quando se referem à tecnologia bélica, novas formas de desenvolvimento capazes de afetar setores da produção e/ou afetar a liderança produtiva dos controladores mundiais dos preços e da oferta de determinadas mercadorias.

Conforme aventava Trotsky (1977, p. 25) sobre o desenvolvimento de países como a Rússia,

sob chicote das necessidades externas, ainda retardatária, vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.

O processo ao qual se alude coloca a centralidade do processo de valorização, no qual uma quantidade de capital precisa ser reinvestido e valorizado pela exploração do trabalho num processo que invariavelmente não permite que o mesmo apenas se conserve. Socialmente é imperativa a necessidade de um consumo exponencialmente sempre maior de recursos naturais e da força de trabalho. O incremento na produtividade do trabalho oferece novos contornos à problemática, visto que o trabalho morto não é contabilizado no *quantum* de capital produzido e disponível para novas inversões. Assim, apenas a constante produção de meios de produção, matérias primas, bens e serviços tipicamente “novos” é capaz de constituir um processo de valorização que caracterize as relações sociais capitalistas.

O expansionismo é assim, uma das características necessárias à produção e reprodução das relações próprias do capital, colocando-se como desafio o desvelamento das características desse processo do qual é característica a complexificação da divisão do trabalho, o qual, sob a égide dos elementos da economia política apresentados, constituem a forma da divisão social da riqueza, que ocultada, interfere diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora.

O imperativo da expansão corrobora da possibilidade do desenvolvimento desigual e combinado entre os países e entre os setores da produção, tema relevante para que compreendamos o pujante setor de serviços com sua devida objetividade na produção de gêneros alimentícios.

Trotsky (APUD: LOWI, 1995, p. 74) já em 1905, no prefácio dos discursos de Lassale, sugeria que “ligando todos os países entre si pelo seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político”, do que se aduz o imperativo de busca das raízes do processo de expansão e dos resultantes econômico-sociais às populações afetadas. Lowi (Idem, p. 73-74) analisando os escritos de Trotsky acerca do desenvolvimento desigual e combinado afirma que, trata-se de “uma tentativa de explicar estas modificações e,

por consequência, de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”.

Entendemos que o setor de serviços se conforma na lógica da complexificação do trabalho social, de forma a partilhar das características irregulares de desenvolvimento da produção e valorização do capital quando se trata das mercadorias que se dedica a produzir e comercializar. Da mesma forma, pela própria qualidade do capital, sua expansão é necessária, o que interfere diretamente nas estratégias necessárias para o enfrentamento da queda da taxa lucro na particularidade do setor, bem como, nas condições sociais de manutenção da cadeia produtiva, afinal, seres humanos necessitam da alimentação, mas não carecem que ela seja oferecida por outro trabalhador e na modalidade *fast-food*.

Observada a condição específica do Brasil na divisão internacional do trabalho, buscaremos seguidamente estabelecer a forma da intervenção estatal na regulação das relações de trabalho, o que é fundamental para traçar as características do trabalho no setor.

2.2 O ESTADO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

No Brasil, a mediação estatal dos conflitos de classe, especialmente através do sindicalismo, é permeada por diversas relações conflituosas e de disputas. Revisitando trabalhos da sociologia profissional, Ruy Braga destaca que esta corrente subestimara “a autoatividade política das massas trabalhadoras periféricas, em especial sua fração mais jovem e precarizada” (2012, p. 88). Não apenas a dádiva e a gerência administrativa compunham o histórico de conquistas trabalhistas, ainda que incidam sobre a mobilização operária fatores de controle íntimo do Estado e formas de cooptação no que se refere às lideranças sindicais. Entretanto, já analisando os constructos das sociologias profissionais, o que se notou foi a extrapolação dos limites institucionais num clima de insatisfação operária que superou a direção política dos sindicatos. (BRAGA, 2012)

Incidir no Estado de forma a tomar direitos sociais e trabalhistas em favor das pautas reivindicativas da classe trabalhadora encontra especiais contingências objetivas quando mensurados obstáculos como a “instabilidade no emprego e a contratualização da relação salarial, promovendo efeitos sobre a pauta reivindicativa” (BRAGA, 2012, p. 201). Outros fatores encontram-se associados à inexperiência política,

fortemente presente nos segmentos jovens da classe trabalhadora, bem como a própria distância geracional entre as direções sindicais e sua base.

Segundo Ruy Braga (2012, p. 204), a década de 2000 “em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marcada por uma verdadeira reviravolta ‘transformista’ nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado [...]”, impactando no papel reivindicatório dos sindicatos que passam a se colocar como agentes do desenvolvimento capitalista e rebaixam as pautas trabalhistas em prol de um projeto de governo¹⁶. Notadamente, são fatores decisivos para tal processo: a capitalização dos fundos de pensão administrados pelos sindicatos, os quais ocupam papel importante na economia financeira; bem como a institucionalização e burocratização das ações, relegadas a distribuição de cargos e funções na estrutura oficial.

Historicamente, para garantia das condições de produção e da manutenção da estrutura de classes, especialmente no capitalismo brasileiro, o Estado adquire uma centralidade fundamental como lócus privilegiado de articulação da hegemonia de classe, ou como “núcleo do poder burguês e na sua viga mestra da rotação histórica, que se operou quando a burguesia evoluiu da autodefesa para autoafirmação e o autoprivilegiamento” (FERNANDES, 2014, p. 398). Mais ou menos flexível às demandas democráticas nos países periféricos, o Estado:

acaba prevalecendo como um fator de compensação, de fato o único que pode ser mobilizado pelas burguesias da periferia e empregado compactamente na solução de tais dilemas [crises de hegemonia] e na debilidade orgânica que os origina. (FERNANDES, 2014, p. 408).

No que interessa, as ações governamentais na década de 1990, buscaram instituir uma “cultura de crise”, diminuindo o alcance das políticas sociais, justificando as privatizações e garantindo o “ajuste” necessário para a “estabilização”. Enquanto as migalhas destinadas às políticas sociais são discutidas amplamente, a política econômica – de fato

¹⁶ Tal processo já se desenhava desde 1980 quando da derrota da greve do mesmo ano. Nessa seara, a “burocracia reassumiu progressivamente seu lugar na estrutura sindical oficial, sem contudo deixar de afiançar concessões aos trabalhadores [...]” (BRAGA, 2012, p. 178). Com o governo Lula, o consentimento ativo baseado na pacificação reformista dos conflitos trabalhistas aponta para uma forma de dominação característica do que Ruy Braga (BRAGA, 2012, p. 178) chama de hegemonia lulista.

estruturante – leva a cabo a renúncia às políticas monetárias, minando o fundo público e reforçando a dependência externa. Com relação às políticas monetárias, Sader (1999, p. 45) salienta que “ao deixar de utilizá-las atrelando a moeda brasileira ao dólar, o governo praticamente renunciou a políticas de desenvolvimento da indústria da tecnologia, etc.”.

Tendo servido à estabilização da moeda em curto prazo, a renúncia às políticas monetárias por meio do “Plano Real” teve consequências nefastas para as contas públicas, tais como: elevada taxa de juros, as quais incidem sobre o próprio pagamento da dívida pública; dificuldades de exportação com a moeda desvalorizada, o que fez aumentar o déficit na balança comercial; prejuízos à expansão da economia ocasionada pela diminuição da possibilidade de financiamento do consumo e dos investimentos e; a necessidade de uma enorme quantia de reservas para administrar a volatilidade da moeda, o que comprometeu o investimento governamental e o financiamento das políticas sociais. (SADER, 1999).

Nesse contexto, o que se seguiu na década de 1990 a partir da adoção dos preceitos considerados neoliberais pode ser condensado nas seguintes afirmativas:

As instituições fundamentais da democracia política – o parlamento, a justiça, os partidos políticos – se debilitaram ao longo da década de 1990. E também os movimentos sociais, o debate e a mobilização popular, a organização da sociedade civil, os meios de comunicação independentes. O poder do dinheiro e a própria ação do governo, empreendida para desmoralizar tanto a representação parlamentar – editando leis e governando através de medidas provisórias – como expressões organizadas da cidadania, conseguiram enfraquecer os instrumentos de luta forjados ao logo da década de 1980 com vistas à construção da democracia efetiva no país. (SADER, 1990, p. 70).

Salientamos a importância de análise e qualificação da “natureza da estrutura e dinâmica do capitalismo brasileiro” a qual passa a operar sob um “novo padrão de acumulação” (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 36). As significativas alterações, como as que incidiram sobre o sindicalismo e suas práticas, transformaram a razão de Estado, que passa a interpolar demandas das diferentes classes, sempre preservando os imperativos da lucratividade e expansão do capital.

O Estado possui papel central como ente regulador das relações sociais, atuando fundamentalmente para promover alterações, sem que o

cerne mesmo da dominação de classe seja modificado. Ente este, que dilui a cidadania na burocracia e nos formalismos. Como aponta Ianni (1984, p. 38):

muitas reivindicações e conquistas populares são dissolvidas em expedientes burocráticos, manobras de cooptação, diversionismos. A burocracia, com a qual se defronta qualquer pessoa, em toda repartição pública (federal, estadual ou municipal) é uma poderosa técnica de dominação, de garantia das estruturas prevalecentes, de bloqueio das reivindicações populares.

Por estarem sempre latentes, as reivindicações populares comumente retornam à cena política, obrigando as elites a retomarem estratégias contrarrevolucionárias capazes de reequilibrar as forças sociais e fazer valer suas formas de dominação. Como em recente processo de antagonismo político partidário e de classe expresso pelas “Jornadas Junho” (2013) e os resultados das eleições presidenciais (2014), “falam [as elites, agora com apoio de setores da classe trabalhadora] em refazer o ‘pacto social’; retomar a tradição brasileira de ‘conciliação’; desenvolver um processo de ‘transição política’ [...]”. [grifos no original] (IANNI, 1984, p.43).

Ainda que de forma acanhada, os trabalhadores, especialmente as frações jovens do proletariado urbano, vêm acumulando experiências no mundo laboral e demonstrando insatisfação no âmbito da vida social. Conforme sinaliza Ruy Braga (2012, p. 230), sobre as influências do populismo na estrutura sindical e de regulação das relações trabalhistas: “a reprodução do regime de acumulação despótico alimentou a inquietação operária, pressionando a regulação populista [...]” e atualmente o modelo do novo sindicalismo orientado pela hegemonia lulista também sofre as pressões do “atual regime de acumulação financeirizado [...], complexificando a reprodução das relações sociais de produção do trabalho barato no país”.

2.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: IMPACTOS NA SOCIABILIDADE

Considerando a necessidade de investigar o mercado de trabalho e as condições sócio-laborais da venda da força de trabalho no setor em questão, com vistas a compreender elementos da sociabilidade contemporânea — sob a égide do capitalismo monopolista — não

podemos negligenciar o imperativo de reconstituir os elementos da reestruturação produtiva que incidem nas novas carreiras, ocupações, formas informais de trabalhos e que constroem bilhões de trabalhadores no mercado de trabalho global. Mais que compreender os novos engendramentos que colocam em xeque mesmo formas tradicionais de trabalho seguro e regulado para novos sujeitos trabalhadores, que por conta de sua condição de classe, dependem da venda da força de trabalho para subsistir, urge a necessidade de compreender como este trabalho se relaciona com as expressões da vida social.

As expressões sociais do movimento da juventude da classe trabalhadora, relegada às estratégias de sobrevivência, não é nova em países como o Brasil, sendo este, palco de diversos episódios dramáticos que caracterizam o trabalho informal, as formas de exploração sexual, tráfico internacional de pessoas, entre outras violações que emergem da desigualdade e da peculiar situação de carência afeta à classe trabalhadora de um país periféricamente inserido na divisão internacional do trabalho, o que se agrava em determinadas frações desse contingente populacional se considerados os fatores étnicos, etários ou de gênero. Entretanto, após o estopim da crise de 2008 e as medidas que se seguiram, também nos países centrais se agravaram as expressões contingenciais e constrangedoras que precarizam não só os postos de trabalho, mas também o sujeito-que-trabalha (ALVES & ESTANQUE, 2012), especialmente com a retração do nível de emprego, que aliado à diminuição da oferta de serviços públicos, afetam frontalmente as condições mínimas de vida, colocando no limite as mediações do pacto social.

Nesse contexto, mesmo os mais “incautos” jornalistas, economistas, cientistas políticos, entre outros “*experts*” apologistas do livre mercado, dos ajustes e do sistema monetário internacional, tiveram que, por vezes, reconhecer a relação entre a crise social e a espoliação do capital financeiro aos estados e sua voracidade em detrimento do capital produtivo e da mínima racionalidade necessária para o próprio capitalismo subsistir. A encruzilhada é dramática e exige novas respostas a velhos problemas, visto que, tais condições já se fizeram sentir no século XX e resultaram na emergência de regimes políticos autoritários, na escalada da importância da economia de guerra como padrão de aceleração da produção, entre outras consequências nefastas à humanidade, como demonstram os registros históricos da primeira metade do século XX.

Desde a década de 1970, os anos pujantes que se seguiram à barbárie da II Guerra Mundial continuam perdendo sua vitalidade, isso, considerando os países da tríade global que concentram os ganhos do

comércio mundial, pois, os reflexos positivos do desenvolvimento pós-guerra apenas residualmente se fizeram sentir nos países periféricos. Tal constatação é corroborada quando da rememoração das condições do desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro nas décadas de 1960 a 1980, que baixo o regime autoritário favoreceram a industrialização e a urbanização de forma a colocar na miséria absoluta uma parte expressiva da população brasileira¹⁷.

No intento de buscar explicitar qualitativamente os novos nexos do metabolismo social, a partir do trabalho em geral, e das formas específicas deste, erigidas no processo da sociabilidade capitalista, faz-se necessária uma investigação acerca das especificidades do que Harvey (1993) chamou de “acumulação flexível” enquanto “modo de regulamentação”¹⁸, da qual é expoente o *toyotismo*.

¹⁷ Falamos aqui do complexo e multifacetado processo que transformou as bases produtivas e alterou significativamente as expressões sociais e políticas do país. Trata-se do processo de assentamento de um tipo específico e historicamente constituído da hegemonia burguesa, envolvendo a burguesia nacional e a burguesia internacional. Coloquemos, por exemplo, a problemática da “revolução verde” e suas consequências para o campesinato e os povos tradicionais, que com a expansão da fronteira agrícola, se viram constrangidos por novos determinantes envolvidos na divisão internacional do trabalho e dos recursos naturais. Mais explicitamente, o que Chasin (2000) chamou de capitalismo hiper-tardio e que ao referir-se ao “milagre econômico” do final da década de 1960 até meados da década de 1970, este destaca que: “em termos rigorosos a estrutura de produção em que se baseia o milagre produz necessariamente uma distribuição negativa para as classes subalternas” (p. 62), e continua afirmando que como condição para operação do “milagre” “[...] obrigatoriamente tem de gerar a miséria de amplas camadas populacionais; o aviltamento da maior parte da força de trabalho empregada é a condição de seu funcionamento.” (Idem).

¹⁸ Apoiamo-nos aqui na categoria analisada e descrita por Harvey (1993) em seu livro “A condição Pós-Moderna”, no qual este igualmente apoia-se nas formulações da “escola da regulamentação”, que tem como expoentes os trabalhos e produções de Aglietta (1979), além das proposições de Lipietz (1986) e Boyer (1986), entre outros. Parafrazeando Lipietz (1986), Harvey (1993) esclarece que “um regime de acumulação ‘descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados” (p. 117). Este processo muito nos interessa por ter como agentes primordiais das novas formas de consumo e trabalho os sujeitos jovens, que se veem constrangidos por imperativos de consumo e condições de trabalho específicas. Se reforça que segundo o autor, um regime de acumulação só é possível e forte quando calcado em um coerente

A partir de uma necessidade histórica, concernente ao *modus operandi* do sociometabolismo do capital, qual seja, a superprodução e a sobreacumulação inerentes ao modelo de produção fordista-taylorista, o *toyotismo* emerge como modelo produtivo de escopo universal adequado às formas históricas produtivas a partir da década de 1970. Como destaca Alves (2011, p. 60), se trata da “expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção”. Enquanto “modo de regulamentação”, este opera como “um dispositivo organizacional e ideológico cuja *intentio recta* é buscar debilitar (e anular) ou negar o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital” (ALVES, 2011, p. 60).

Com a crise do fordismo e do keynesianismo como expressão fenomênica da crise estrutural do capital, começa a “desmoronar o mecanismo de regulação que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa” (ANTUNES, 2009, p.33). Tal movimento tivera lugar no início dos anos 1970 com o esgotamento histórico de um padrão de regulamentação de acumulação. Objetivamente, alguns fatores foram marcadamente evidenciando, na vida econômica e social, seu esgotamento. Como explicitado por Antunes (ANTUNES, 2009, p.33), as principais alterações econômicas que deram notícias desse esgotamento — algumas já aqui mencionadas — foram: a queda da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a hipertrofia da esfera financeira; uma maior concentração do capital com as fusões entre grandes capitais; a crise do *Welfare State* com retração dos gastos públicos e o incremento acentuado das privatizações com desregulamentação da esfera produtiva.

O processo de racionalização do trabalho, que mantém no controle do trabalho vivo sua incidência primordial, ganhou novos contornos a partir do padrão toyotista de produção. Configurado a partir das novas relações na divisão internacional do trabalho, ganha nuances específicos nas diversas regiões do mundo, coexistindo com elementos do próprio fordismo e inclusive com formas pretéritas de trabalho. Como reorganização do *layout* produtivo, o toyotismo objetiva incrementar a produtividade do trabalho e igualmente, a exploração da força de trabalho.

Não sem dificuldades, o toyotismo fora implantando a partir do modelo gerencial da fábrica da Toyota, tendo como marco conceitual o livro de Taiichi Ohno (1978). A partir da experiência da montadora de

esquema de reprodução, o qual afeta e envolve os aspectos mais complexos da vida social, os quais possibilitam/viabilizam a consistência entre a vida individual dos sujeitos e sua relação com o todo social.

automotores japonesa, tem-se o que Alves (2011, p. 45) chamou de um “ponto de partida de um complexo ideológico-moral que irá determinar a gestão da produção e a gestão do trabalho no capitalismo global”.

Intitulado “O sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala”, Alves (2011, p. 45) considera ser o livro de Taiishi Ohno “quase um pequeno compêndio de autoajuda da nova produção manufatureira”. Trata-se de uma obra que expõe com leveza e permeabilidade as ideias e experiências de gestão da força de trabalho da Toyota, atendendo às necessidades do “novo regime de acumulação que surge a partir da crise de superprodução do capital”. (ALVES, 2011, p. 48).

São a partir de inovações organizacionais como *Just-in-Time* e *Kanban*, com correspondências que as tornam viáveis na prática, a partir do aprimoramento das novas tecnologias informacionais, que se desenvolve o complexo processo de “remodelação da composição socioprofissional (‘técnica’) da classe” (BIHR, 1998 apud ALVES, 2011, p. 49). Sob o manto volitivo de incrementar a participação do trabalhador em detrimento da rigidez do taylorismo, o processo de flexibilização do trabalho mediante os novos arranjos produtivos tem acarretado na desespecialização, na intensificação do trabalho e no aumento da taxa de exploração (ANTUNES, 2009, p. 51; ALVES, 2011, p.52).

No que concerne à gestão da força de trabalho, a introdução do *Lean Production* reverbera na eliminação de postos de trabalho com efetivo atendimento às necessidades da nova produção, implicando aos trabalhadores que funcionem “como operadores de múltiplas habilidades, operando muitas máquinas em processos diferentes”, o que se reconhece, acarreta no “incremento da intensificação do trabalho” (ALVES, 2011, p. 53).

Operacionalmente, a introdução dessas novas formas produtivas (técnicas e organizacionais) implica em uma diferenciação significativa de composição da classe trabalhadora, alterando os vínculos de trabalho e a capacidade responsiva da economia política do trabalho contra as investidas do capital. Quanto à composição dos trabalhadores a partir das particularidades de vínculo e inserção na nova especialização produtiva, a elaboração de Harvey (1993, p. 144), dimensiona a composição por diferentes grupos hierárquicos, os quais, no tocante a forma e conteúdo do trabalho, encontram-se heterogeneamente vinculados. O autor os diferencia entre o centro e a periferia, sendo que esta última se subdivide em dois grupos — trabalhadores em tempo integral e trabalhadores em tempo parcial. O grupo central é de importância estratégica para o capital e

[...] se compõe de empregados em tempo integral, condição permanente e essencial para o futuro a longo prazo da organização. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas [...] esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel.

Rebaixado no nível hierárquico, os trabalhadores que compõem o grupo periférico, subdividido entre os de tempo integral e parcial, são afetados com maior intensidade pelos influxos produtivos determinados pelas flutuações das necessidades produtivas.

Caracteristicamente, os trabalhadores em tempo integral são identificados por disporem de “[...] habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado” (HARVEY, 1993, p. 144).

Em condição mais agravada, figuram os trabalhadores de tempo parcial, dos quais é requisitada:

[...] uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego [...] evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos (HARVEY, 1993, p. 144).

Um dos elementos comuns entre os trabalhadores nessa nova composição hierárquica é o que Alves (2011) chama de “captura da subjetividade”, a qual permeia toda a vida social do trabalhador. A partir da nova rotinização, que objetiva garantir a máxima produtividade, o conteúdo do trabalho “resulta tão vazio e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado” (ALVES, 2011, p. 64). Mascaradamente, “incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais pró-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos” (ALVES, 2011, p. 65), as quais são espraiadas na vida social e condicionam o sujeito nas esferas do trabalho, do consumo e também nas manifestações da vida social como a política. O princípio da mercantilização e da pragmática requerida à nova produção invade a vida

social adquirindo um valor heurístico no processo de expansão de uma nova forma de produzir.

Considerando o processo em questão, convém buscar a compreensão dos novos nexos psicofísicos¹⁹ do trabalho nas expressões da sociabilidade a partir das novas formas de trabalho e das novas configurações do mundo do trabalho. A partir da chamada reestruturação produtiva, tem lugar um novo arranjo do processo de trabalho, o qual afetou de maneiras diferenciadas cada setor produtivo. Reconhece-se, entretanto, a incidência de “mutações sociometabólicas do capitalismo global [que] alteram as determinações categoriais do ser-social” (ALVES, 2011, p.37).

Trata-se de um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas possíveis a partir da reestruturação produtiva e da emergência de uma nova base técnica. Socialmente, essas alterações configuram o que Alves (ALVES, 2011, p.43) chama de “materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias”.

No âmbito do mundo do trabalho, tais alterações têm como mote representativo a matriz ideológico-valorativa do toyotismo, na qual a subsunção formal-física do trabalho é acrescida, e com centralidade, da *subsunção formal-intelectual* do trabalho ao capital. Tal processo, conforme discussão promovida neste trabalho, acarreta no agravamento das implicações do estranhamento/reificação, impactando diretamente a vida social.

Desta feita, elucidados alguns dos fundamentos imprescindíveis para realização da análise do trabalho no setor de serviços, tomando em conta a experiência do McDonald's, continuamos a análise passando às especificidades.

¹⁹ Diz respeito às formas da interação do trabalhador no trabalho. Os nexos psicofísicos interpõem a necessidade de avaliação das formas de subsunção do trabalhador na relação com os meios de produção e ao aparato institucional organizativo à que está submetido.

CAPÍTULO III - O CASO MCDONALD'S. AMAMOS MUITO TUDO ISSO?

Observadas as multiplicidades das formas de organização do trabalho, buscamos tematizar o processo de trabalho em geral, mas com foco analítico nos novos modelos de gestão do trabalho adotados especificamente pela rede de restaurantes *fast-food McDonald's*. A escolha metodológica se baseia na perspectiva de que este seja suficientemente abrangente e representativo modelo de organização do trabalho expressando, portanto, processos gerenciais experenciados por um número expressivo de trabalhadores em todo o mundo.

O modelo de organização do trabalho proposto pela rede de restaurantes *fast-food* tem um alcance mundial, estando presente em mais de uma centena de países. Cada formação social, a partir das relações já constituídas quando da chegada da rede, é afetada com particularidades, que buscam ser diluídas no conteúdo específico do conjunto de normas da companhia, a qual fomenta um *lifestyle* vinculado ao *American Way of Life*, que tem nas suas bases um ideal de liberdade conquistada no mercado, com sucesso corporativo, carreira empresarial e baseada na realização a partir do consumo.

Jameson (1996), ao analisar os fenômenos atinentes ao mercado e as expressões ideo-culturais do capitalismo tardio, sinaliza a assertiva da "ideologia do mercado", a qual tem identidade com a forma mesma de produção, imbricada desde a origem na conformação de uma promessa, de uma positividade intrínseca com consequências reais, mas que tem a capacidade particular de desvincular-se das relações em si. Assim, sua vinculação quase metafísica com o devir e o se encontrar é uma das características que conferem seu vigor e atualidade. No modelo que analisaremos, está explícita a ideia de uma companhia de "valor", que confere aos envolvidos determinado *status* e promove determinadas vivências, geralmente associadas ao progresso e à superação de problemáticas da própria sociedade. Desde sua gênese, o modelo vem implicando respostas às requisições sociohistóricas das sociedades em que se instala, ou seja, de San Bernardino ao Cazaquistão, metamorfoseou-se, e entre negatividade e positividade, afeta o trabalho e alimentação.

A implantação do modelo produtivo adotado pela empresa significa também erigir uma rede fornecedora e uma cadeia produtiva capaz de abastecer a demanda pelos produtos vendidos. Sobremaneira, o início da atividade em regiões diversas do globo depende da existência de condições socioeconômicas julgadas favoráveis através de um cálculo de viabilidade econômica. Assim, a instalação de um restaurante

McDonald's está atrelada ao desenvolvimento econômico social de uma província ou cidade, inclusive colocando-a no patamar da própria promessa do mercado²⁰.

Ao atender a uma necessidade específica, o produto é dotado de um valor de uso, fazendo-se útil ao saciar a fome. A alimentação é uma prioridade ontológica, mas que a partir da complexificação da divisão social do trabalho e do incremento da produtividade, sai da relação natural para ganhar contornos especificamente humanos. No caso em análise, caracteriza-se pela rapidez, pela fluidez e agilidade que a organização do tempo na atualidade requer do sujeito social. Há igualmente uma oposição às determinações desse *lifestyle* e seus corolários, como por exemplo, o movimento *slow-food*, que adverte para as consequências nefastas da qualidade da alimentação *fast-food* do ponto de vista biológico.

Lukács (2013, p. 172) ao citar Marx²¹ para caracterizar a humanização da alimentação como necessidade biológica, salienta a dupla determinidade da ação, sinalizando “o caráter irrevogavelmente biológico da fome e de sua satisfação e, concomitantemente, o fato de que todas as formas concretas da última são funções do desenvolvimento socioeconômico”. No caso em tela, a dupla determinidade é característica de seu tempo²², das ideologias de mercado e da ascensão ideocultural de

²⁰ Considerando as requisições da companhia, apesar da Arcos Dorados não informar explicitamente os requisitos para abertura de uma de suas “sub-franquias”, reportagem especializada indica que dificilmente são aceitas candidaturas para cidade com menos de 100 mil habitantes e é requerido do franqueador um investimento mínimo de 1,5 milhões de reais (DESTINO NEGÓCIO, 2015). Já o McDonald's Portugal, que tem um modelo de franqueamento não intermediado por outra companhia, sinaliza que as candidaturas são individuais e que o candidato tem analisado seu perfil. É requerido que o candidato comprove experiência na área da administração e que o mesmo participe, junto com seus trabalhadores de uma formação de 12 meses, a fim de garantir o padrão McDonald's. Em Portugal, o investimento inicial gira em torno de 600 mil a 1 milhão de euros, não sendo permitida a concessão da franquia para sociedade, mas apenas para “pessoas singulares”. (McDONALD'S PORTUGAL, 2016).

²¹ MARX (APUD: LUKÁCS, 2013, p. 172): Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com a mão, unha e dente”

²² As percepções do espaço-tempo no âmbito da sociabilidade são significativas na identificação da ascensão de um paradigma capaz de sedimentar a antropomorfização da atividade da humanidade. Com base objetiva nas descobertas do mercantilismo que viabilizaram a compreensão de dominação do mundo biológico e natural, o mundo diminuiu de tamanho e tornou-se controlável

um padrão de realizar o ato, o qual ganha adeptos e recebe resistências das mais diversas.

Assim, a fome que se sacia com o *fast-food* é uma fome característica do estágio de desenvolvimento de uma formação social. Como produto ideo-cultural, no caso do McDonald's, não apenas mata a fome, mas igualmente fomenta um regime de trabalho e um padrão de vida²³. Também disputa, no interior das relações sociais, o espaço com as

ou ao menos manipulável. Como coloca Harvey (1993, 227) sobre essa inflexão nas concepções de espaço-tempo: “a revolução renascentista dos conceitos de espaço e de tempo assentou os alicerces conceituais em muitos aspectos para o projeto do iluminismo”. Não obstante, ao lidar com as concepções sedimentadas pelo *ancien regime* (ao menos nas latitudes e longitudes em que o processo teve sua gênese e apogeu, sem ignorar a importância e as interações com as sociedades orientais e as sociedades tradicionais das áreas afetadas pelo colonialismo), tal concepção mostrou-se maleável ao não se contrapor diretamente ao paradigma religioso de caracterização do mundo, para o qual, a não compreensão “das regras” do universo era uma dádiva não inteligível, visto que agora poderíamos descobrir o *máster plan* de deus. Característica desse processo é a carta de Kepler, que ao estabelecer importantes forças físicas que determinam a órbita dos planetas, escreveu que teria descoberto o plano geométrico de deus e sua legalidade. Desde o mercantilismo e da razão iluminista, se faz ascender um paradigma positivo que tensiona todas as esferas da vida. Tendo logrado êxito em suas realizações e tendo criado a objetividade que viabiliza uma intensificação da divisão social do trabalho e que faz diminuir relativamente o tamanho do mundo, a percepção do espaço-tempo igualmente altera-se. Na transição das formas produtivas do fordismo-taylorismo para a acumulação flexível, experienciamos um processo mundial de giro para uma nova percepção do espaço-tempo, calcado na efemeridade e transitoriedade, o qual, influenciado por vários complexos sociohistóricos e culturais, impactou na aceleração dos processos sociais. Novamente, aludindo às análises de Harvey (1993, p. 293), concordamos com sua síntese, em que infere que a partir da crise de acumulação dos anos 1960, que teve seu apogeu em 1973, significou: “a experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre as verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas”.

²³ Trata-se do que Harvey (1993) chamou de modo de regulamentação. Como já sinalizado, as alterações na sociabilidade evidenciadas pela síntese do que o autor como acumulação flexível, a qual “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas

maneiras precedentes de alimentação e fomenta nelas a emergência de concorrentes com propostas singulares que assimilam padrões e diferenciam-se em sínteses próprias capazes de convencer o consumidor, que afinal, é livre para escolher dentre as opções disponíveis. É flagrante que o trabalho parcelado, especialmente o decorrente das relações de produção do capitalismo tardio, e as determinações do trabalho em geral, tencionam para a preponderância da circulação e do estranhamento em relação às necessidades do próprio sujeito. Logo, vale trazer à baila a passagem que Lukács (2013, p. 765), analisando a passagem de Marx sobre a manufatura e a forma do trabalho, propõe que “nesse desenvolvimento que vai da manufatura até a produção com uso da máquina, o produto enquanto valor de uso qualitativo também necessariamente experimentará uma degradação em termos de qualidade”.

Com a financeirização da economia e as alterações políticas que derrocaram — ou ao menos enfraqueceram significativamente — projetos societários concorrentes, os contornos propagandísticos e culturais inerentes ao mercado como alternativa social colocaram-se como vencedores, impondo uma hegemonia econômica e cultural vinculada ao desenvolvimento desigual e às estratégias de garantia das condições externas de produção. A (pseudo) autonomização das relações sociais da esfera produtiva para a financeira, também foi acompanhada de uma gravitação da produção em torno do consumo, o que fortaleceu o caráter manipulatório e de controle do mercado. O que Harvey (1993, p. 300) chamou de capitalismo de cassino, caracterizou-se pela emergência de uma economia que, “com toda a sua especulação financeira e sua formação de capital fictício (boa parte dele sem o lastro de qualquer crescimento da produção real), proporcionou abundantes oportunidades de engrandecimento pessoal”. Durante esse período, fez-se cristalizar um modo de empreender e impor uma positividade na vida social que buscava também dar conta das problemáticas de valorização, notoriamente pela difusão das histórias de sucesso e do incentivo ao empreendedorismo e à coragem de homens e mulheres capazes de enfrentar os “novos tempos” e seus desafios. Sempre em disputa, tais alternativas calcam-se em retóricas explicativas que buscam cristalizar a não centralidade da esfera produtiva, erigindo fantasias *à la Walt Disney* que cativam e mascaram a factualidade das relações sociais.

maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (HARVEY, 1993, p. 140).

Os estranhamentos inerentes às diferenças específicas entre a gênese da proposta do McDonald's e as características das formações sociais em que se instalam, dependem de um conjunto de determinações sócio-históricas, mas a positividade da proposta coloca o caráter ideológico intrínseco à atividade e seu cariz eminentemente político, que por mais que seja rechaçada individual e coletivamente (a exemplo da Bolívia), deixa na continuidade as marcas da formação no trabalho e das alienações inerentes ao processo de trabalho como objetivação.

O caráter ideológico da formação no trabalho e no conteúdo propagandístico da companhia reside no fato de, como qualquer ideologia de mercado, caracterizar-se por uma situação ideal, imaginativa e a ser perquirida, mas que mesmo em implantação e/ou realizada, não alcança logro em fomentar valores e práticas representadas em discursos e imagens. Assim, resgatando os determinantes da vida social, buscaremos demonstrar que, como sinalizou Jameson (1996, p. 284) “o mercado acaba sendo tão utópico quanto sempre foi considerado o socialismo”.

Em seguida, intentamos reconstituir importantes elementos para elucidar aspectos sócio-históricos vinculados ao padrão de acumulação que emerge no contexto do pós-guerra, que apesar da inclinação keynesianista, adaptou-se às inovações e às determinações da acumulação flexível, tendo servido de modelo para disseminação ideocultural e de dominação econômica. Não obstante, também buscaremos caracterizar a cadeia produtiva, resgatando as disparidades dos vários setores que compõem a produção de matérias-primas e meios de produção que viabilizam a valorização da mercadoria alimentícia em questão. Por fim, analisaremos os aspectos da formação no trabalho e os processos de reprodução social que incidem na conformação da fração proletária urbana vinculada à atividade. Em um breve aparte, faz-se necessário sinalizar um breve apontamento sobre as questões metodológicas que incidiram na elaboração das análises deste trabalho. Salientamos que a pesquisa empreendida tem natureza documental, utilizando-se de referências secundárias para consubstanciar a análise da particularidade do processo de trabalho e as determinações relacionadas à ideologia, reificação e estranhamentos no campo das manifestações da

vida social, sendo que elaborações²⁴ de pesquisas anteriores foram de substancial importância para corroborar com a pesquisa²⁵.

3.1 O SETOR DE SERVIÇOS E O MCDONALD'S: CARACTERIZAÇÃO DO NEGÓCIO

3.1.1 A companhia: Fatos presentes e imagens futuras

O setor de serviços operacionalizado pelo modelo *franchising*, como expressão do processo de especialização produtiva, tem importante participação na constituição do PIB nacional, com um faturamento no mercado brasileiro de quase 129 bilhões de reais em 2014. Também é representativa sua participação na composição da força de trabalho viva, visto que, empregava em 2014 quase 1.100.000 milhão trabalhadores num país com uma população economicamente ativa com pouco mais de 24 milhões de trabalhadores (IPEA, 2015, p. 03). Tanto o faturamento, quanto o número de trabalhadores, tiveram um crescimento expressivo no setor de franquias desde 2003. Segundo dados da Associação Brasileira de Franchising, o faturamento em 2003 era da ordem dos 29 Bilhões de reais e o número de trabalhadores aproximava-se dos 510.000 mil. Em 11 anos, o faturamento cresceu quase 445% e os empregos vinculados à área quase dobraram. (ABF, 2014)²⁶.

A partir da influência dos processos de concentração e centralização do capital, o modelo de franquias ganhou espaço no mercado mundial, com forte impulso objetivado pela introdução da

²⁴ Trabalhos como os de Alves (2006) e Reis (2009), analisam alguns dos aspectos que indicamos na construção desta análise, ambos com matizes teóricos e analíticos diversos (Direito e História respectivamente), mas com colaborações significativas para a análise que se pretende a partir de uma perspectiva ontogenética. O primeiro analisa especificamente as questões afetas ao direito do trabalho, tendo como locus analítico a companhia a partir das instalações na cidade de São Paulo/SP, já o segundo, atem-se à realidade próxima das experiências de jovens trabalhadores da cidade de Florianópolis, adensando a análise a partir da história do tempo presente.

²⁵ Considerando a dificuldade do contato por conta do rígido controle sobre os materiais e sobre os trabalhadores, apenas buscamos as informações de domínio público, ou seja, as acessadas por estarem disponíveis na rede mundial de computadores.

²⁶ Importante frisar que a Associação Brasileira de franquias tem uma atuação nacional, contando com mais de 1000 associados entre franqueadores, franqueados e colaboradores.

telemática e de processos informacionais que possibilitam um controle criterioso dos processos de gestão e execução dos serviços. O ramo da alimentação fora o primeiro a adotar o modelo, com a maior rede de lanchonetes do mundo. Conforme sinaliza Paiva (2005, p. 07):

O grande marco histórico que propiciou o desenvolvimento do *Business Format Franchising*, formato mais moderno das franquias, ocorreu em 1954, em San Bernardino-Califórnia, quando um simples vendedor de equipamentos para preparo de *milk shakes*, de nome Ray Kroc, adquiriu o direito de comercializar franquias McDonald's em todo território dos Estados Unidos.

O modelo se tornou uma alternativa à concorrência com os grandes oligopólios do setor, bem como, é uma das modalidades de financeirização do setor de serviços, se observada a disponibilização das ações de grandes franqueadoras nas bolsas do comércio mundial. Assim, incide sobre o setor a pressão rentista e o imperativo das constantes melhorias dos processos como alternativas para incremento da produtividade e diminuição dos custos, o que acarreta consequências nefastas nas condições de trabalho nesses espaços.

Logo, há de se considerar que:

Em virtude do modelo de funcionamento da economia global, as pequenas e médias empresas conseguem manter seus espaços e importância quase sempre por meio de processos de terceirização, *franquias* e subcontratações, estando subordinadas a decisões estratégicas de empresas transnacionais e integradas a suas cadeias produtivas. (DIEESE, 2007, p.10)

As respostas eleitas para enfrentar as crises de valorização sinalizam, sobretudo, as alterações na composição orgânica do capital, a partir do incremento do capital constante e da imposição de novos desafios para a valorização e a exploração do trabalho. Esse complexo processo, considerando a inferência do desenvolvimento desigual e combinado, incorreu na “transformação da estrutura do mercado de trabalho [que] teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial” (Harvey, 1993, p. 145). Tais transformações impuseram a coexistência entre formas das mais avançadas e de formas pretéritas de organização da produção. Dessa forma,

por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista ('padrinhos', 'patronos' e até estruturas semelhantes à máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. (HARVEY, 1993, p. 145).

Logo, dentro da cadeia produtiva do modelo adotado pelo McDonald's, são flagrantes as formas de utilização dessas tendências como forma de aumento da exploração do trabalho. O *franchising* como estratégia de centralização sem concentração, representa algumas das formas possíveis de manutenção da exploração do trabalho mediante a participação nos lucros dos franqueados, os quais aderem a uma cadeia produtiva em que sua condição subalterna tira-lhes o controle estrito do negócio, o qual, quase exclusivamente das medidas adotadas pela corporação central. Tais medidas, requerem o aprimoramento da formação como elemento constitutivo da imposição das ações, visto que, o elemento formativo compõe centralmente a possibilidade e a viabilidade econômica e jurídica de influenciar e determinar as escolhas nos diversos recantos do mundo.

Sobre a modalidade *franchising*, é necessário inferir que a própria etimologia da palavra remonta à idade média e está “relacionada à palavra *franche* que significa livre de servidão ou da restrição” (PAIVA, 2005, p. 06), o que não parece uma realidade para os trabalhadores do setor, nem para muitos dos franqueados. Amparado juridicamente na Lei 9.955 de 1994, o sistema de franquias é caracterizado da seguinte forma:

É o sistema pelo qual o franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício (BRASIL, 1994).

O setor apresenta, assim, características diretamente vinculadas às mudanças no padrão de acumulação e concentra ao mesmo tempo, alto

incremento tecnológico mediado por altas taxas de exploração obtidas pela precarização do vínculo da força de trabalho. Ainda em termos de números, apenas uma empresa do setor, a Arcos Dorados, que detém o monopólio das franquias da rede McDonald's no Brasil e na América Latina, tem cerca de 95.000 trabalhadores desde o México setentrional à Argentina meridional, sendo que destes, cerca de 50 mil estão no mercado brasileiro²⁷. A Arcos Dorados é a maior franquia da marca McDonald's no Brasil e corresponde a pouco mais de 50 % do faturamento da franquia - um mercado de quase 460 milhões de dólares (INVESTFOLHA, 2014). Mais que isso, franquias como as da rede alimentícia, compõem uma cadeia produtiva complexa, dominada por monopólios especializados no fornecimento de matérias primas.

Ao reconhecermos o processo inerente à produção capitalista — apesar da difícil empreitada que é identificar as origens dos capitais no montante internacional — verificamos, a largos passos, a intensificação da concentração e da centralização, que através de mecanismos jurídicos financeiros interpõem seus interesses. Tais processos, como já abordados anteriormente, colocam-se como consequências na produção capitalista em que prepondera a propriedade privada dos meios de produção. Assim, a concorrência intercapitalista tende à concentração e à centralização dos capitais, o que não significa que estes mantenham sob seu controle estrito e direto todas as formas de produção.

Logo que, dentre as estratégias possíveis para responder às requisições advindas desse processo, Mya Abe (2013, p. 104-105) apresenta as formas da descentralização/ exteriorização da produção alternativas amplamente adotadas pelo capital financeiro, o que não colide diametralmente com a concentração/centralização, visto que essa estratégia incluso aumenta o escopo das atividades e diminui os custos da produção. Através da descentralização, que dentre suas “espécies”²⁸ é caracterizada pelo *franchising*.

No processo de descentralização ou exteriorização do controle e dos custos da produção

A empresa detentora do grande capital se virtualiza exteriorizando totalmente sua produção e se

²⁷ Dados obtidos no sítio eletrônico na corporação McDonald's no Brasil. (MCDONALD'S. Trabalhe conosco. Acesso em: 15 Out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/H9OyFf>.

²⁸ Para a autora, são também “espécies” da descentralização: “a terceirização, a intermediação, a interposição, o outsourcing, a subcontratação, a subempreitada, o franchising, a produção em rede (ABE, 2013, p. 104)

desvinculando da relação direta com o trabalhador. A função essencial passa a ser a coordenação da produção, impossibilitando o reconhecimento da atividade principal nos moldes classicamente determinados. (ABE, 2013, p. 104).

Dessa forma, é possível apropriar-se da mais valia e do lucro com a atividade através do controle jurídico, sendo que na modalidade franchising, o franqueador apenas executa as atividades a partir do recebimento do *know how* da franqueadora.

Sobremaneira, os impactos desse processo sobre o trabalho incidem no aumento do desemprego, da informalidade, o aumento das iniciativas de prestação de serviços por pessoa jurídica (Microempreendedor Individual por exemplo), o que diminui os custos de produção e imuniza o capital central contra possíveis volatilidades das economias locais, exteriorizando também os prejuízos que possam incidir sobre a atividade econômica.

Nessa forma de apropriação e exploração do trabalho, o binômio concentração descentralização garante ao capital o retorno mediante a desresponsabilização pelos possíveis prejuízos da produção, sendo essa estratégia, na concorrência intercapitalista, uma iniciativa necessária para ampliar o escopo de valorização do capital.

Como resultado, “a tendência de monopolização e a centralização do capital produzem necessariamente [...], uma crise de estagflação (aumento do desemprego junto com a aceleração da inflação) do tipo que assombrou os anos 1970” (HARVEY, 2011, p. 96). As dimensões da precarização do trabalho apresentam também suas faces na organização empresarial, visto que através da descentralização se erige uma fração de sub-dirigentes, que na qualidade de representantes do próprio investimento, mas também da franqueadora, colocam-se como representantes do capital em busca da lucratividade e da viabilidade do negócio.

Mundialmente, a rede de restaurantes McDonald’s mantém restaurantes em 119 países do globo, com mais de 33 mil estabelecimentos e cerca de 1,7 milhão de trabalhadores²⁹. Considerando a rotatividade verificada no setor, mais um sem número de trabalhadores já estiveram atrás dos balcões da rede, tendo vivenciado a forma e o conteúdo do trabalho. Marcadamente, considerando o fato de que tal experiência é constitutiva dos processos de subsistência, reprodução material e da

²⁹ MCDONALD’S. Quem Somos: números. Acesso em: 15 Out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ewO56o>.

consciência social dos indivíduos, atinge um escopo ideológico significativo, corroborando também na significação de uma representação das condições de trabalho para o trabalhador coletivo. Como sinalizado, mais que um símbolo para o trabalhador da rede, é também um marco para a localidade em que se instala, alterando significativamente as relações sociais a partir do trabalho e da positividade complexa da proposta da rede, se considerarmos o conteúdo ideopolítico e cultural a que está atrelada.

Recentemente o Cazaquistão abriu sua primeira unidade da marca, o que significou um marco, não só na forma da alimentação, afinal, muitos empreendimentos alimentícios começam a funcionar todos os dias. Entretanto, pelo conteúdo e significado, a dimensão ideológica e política coloca em marcha a “confiança” necessária para que também outros investimentos externos sejam feitos.

Figura 1 – Primeira lanchonete McDonald’s no Cazaquistão.



Fonte: Embaixada do Cazaquistão em Washington. Apud: VEJA, 2016

Assim, mais que atividade comercial do ramo alimentício, a abertura da loja, como sinaliza reportagem sobre o tema, tornou o país “um chamariz” para o investimento estrangeiro no antigo país socialista.

No Brasil, como uma das “maiores formadoras de mão de obra do país” (MCDONALD’S, 2016), a empresa tem, entre seus mais de 50 mil

trabalhadores no Brasil, um percentual de 70% com idade inferior a 21 anos, o que nos impele aos questionamentos específicos da proletarização e da incidência ideológica e política na formação da força de trabalho. As análises interpõem a verificação de aceitação e resistência das metodologias e práticas da companhia, que vão desde os níveis comportamentais até a vinculação a projetos de vida.

As atividades da rede remontam a uma lanchonete que pertencia aos irmãos Richard e Maurice McDonald's. Na cidade de San Bernardino na Califórnia, eles mantinham atividades de comércio de refeições rápidas, que ficou conhecida por Ray Kroc, que vendia utensílios para lanchonetes. O estado da Califórnia, não por acaso, é também o estado em que a revolução microeletrônica ganha contornos industriais, especialmente a partir da conformação do Vale do Silício mais ao norte.

Richard e Maurice nasceram na costa oeste dos Estados Unidos da América e migraram para a costa leste nos anos 1920, onde estabeleceram sua lanchonete em 1940. Quando migraram, tinham apenas o diploma do equivalente ao ensino médio e o sonho de ganhar 1 milhão de dólares antes dos 50 anos. Eram filhos de imigrantes irlandeses e viviam no meio rural com a família, sendo que o pai trabalhava em uma fábrica de sapatos em New Hampshire. Seu negócio inicial assemelhava-se a uma atual barraca de hot-dog, inaugurada em 1937, na qual os clientes paravam seus carros para fazer os pedidos. (GILPIN, 1998. In: THE NEW YORK TIMES, 1998).

Em 1940 inauguraram um pequeno *drive-in* de carnes em San Bernardino, com o qual obtiveram êxito, aperfeiçoando o processo de trabalho a partir da mecanização dos processos dentro das cozinhas. Em 1948, o restaurante foi reformulado com a mecanização das cozinhas e na construção da nova sede é que surgiram os arcos dourados que são símbolo da marca. (GILPIN, 1998. In: THE NEW YORK TIMES, 1998). A partir de 1953, os irmãos McDonald's passaram a franquear o sistema, primeiro em Phoenix no Arizona e depois em Downey na Califórnia, no mesmo ano. Em 1954, franquearam outras lojas, momento no qual despertaram o interesse do vendedor de equipamentos para lanchonetes, o Sr. Ray Kroc.

Ray Kroc era um veterano de guerra, natural do estado do Illinois, também era filho de imigrantes, só que de origem tcheca. Sua biografia conta que aos 15 anos mentiu a idade para alistar-se na Cruz Vermelha, entretanto, não foi enviado à primeira guerra mundial, pois o conflito terminou. De qualquer modo, foi em sua experiência na Cruz Vermelha que conheceu, em 1917, Walt Disney, com quem desenvolveu uma próxima amizade, visto que, ambos haviam mentido a idade para ir à

guerra. A relação iniciada à época, mostrou-se promissora, ainda que inicialmente Disney tivesse resistido em firmar contratos com Kroc para que os hambúrgueres McDonald's fossem vendidos nos complexos Walt Disney. (PEPIN, 1998. In: TIME, 1998 & ALVES, 2006).

A compra das lanchonetes McDonald's dos irmãos Richard e Maurice começou com o interesse e aproximação em 1954, mas com a resistência destes, Ray Kroc teve de firmar inicialmente uma parceria que restou infecunda para os irmãos McDonald's. Após conflitos e negociações, Kroc comprou a rede por 2,1 milhões de dólares à época. (PEPIN, 1998. In: TIME, 1998).

Kroc, além da admiração que tinha pelo “fabricante de sonhos” Walt Disney, nutria também forte admiração por Henry Ford, fundador da Ford Corporation, o que o inspirou a manter o sistema iniciado pelos irmãos McDonald's e aperfeiçoá-lo. Quando da assunção dos negócios, ideava ter uma lanchonete em todas as cidades dos Estados Unidos da América. No período pós-segunda guerra, com a expressividade da marca no país, os símbolos e as práticas foram se associando ao projeto de vida da América liberal e anticomunista, aliado ao consumo e à liberdade de mercado.

A biografia de Ray Kroc é a personificação das promessas de mercado em contraposição à rigidez social da produção soviética, considerado o contexto da guerra-fria e as tensões entre os polos beligerantes em conflito por influência nas várias partes do mundo. Assim, o sucesso da marca deveu-se também às tecnologias comunicacionais, que permitiram o uso abusivo da propaganda para divulgação e convencimento. Não obstante, há de se considerar que com a introdução da mecanização na cozinha, a esteira de montagem do hambúrguer permitiu igualmente uma redução dos preços, o que atraiu os consumidores.

O estabelecimento da padronização com os preceitos de qualidade, serviço, limpeza e valor (QSL&V), potencializaram a lucratividade do negócio, que a partir do estabelecimento das franquias sob os mesmos moldes, garantiram a uniformidade do atendimento e dos produtos. O *zeitgeist* do período pós-guerra reavivou o espírito empreendedor, que acompanhado do intenso desenvolvimento econômico, permitiu o acúmulo de novas personificações do capital. A intensificação do crescimento do setor de serviços foi igualmente incrementada pelas inovações tecnológicas e pelo novo padrão de acumulação que, depois dos anos gloriosos, viera a se instaurar após a crise do início da década de 1970.

Especificamente no Brasil, a primeira loja franqueada da rede abriu em 1969, na orla de Copacabana no Rio de Janeiro. A estratégia de expansão a partir dos pontos turísticos era uma das diretrizes, considerada a resistência das comunidades tradicionais e o fato de os pontos turísticos serem frequentados por uma população internacional muitas vezes já familiarizada com a rede. Como destacou Alves (2006), o restaurante oferece um lugar seguro e conhecido aos turistas e, ao mesmo tempo, pode infiltrar-se na dinâmica local, convencendo os consumidores, talvez antes resistentes, a frequentarem o estabelecimento.

Quando da instalação da rede, o Brasil encontrava-se sob a égide do regime político da ditadura civil-militar ou autocracia burguesa, que teve o papel de abolir possíveis ameaças de aproximação com o regime soviético, bem como vislumbrou inserir o país na dinâmica do capitalismo monopolista global, ainda que caracterizado por um capitalismo hipertardio³⁰. Como comumente se dá, a escolha da expansão seguiu o perfil de cidades turísticas ou capazes de absorver a proposta, como os grandes centros urbanos. Nesse ínterim, atualmente a cidade de São Paulo, colocada no eixo das maiores metrópoles do mundo, conta com o maior número de lanchonetes no país. Como sinalizado por Alves (2006, p. 46)

São Paulo, por exemplo, é altamente desenvolvida, possui um mercado de consumo significativo (semelhante a capitais de países desenvolvidos) e, apesar de a distribuição de riqueza não ser homogênea, determinadas áreas tem um alto índice de consumo, indo para além do perfil do consumidor de *fast-food*.

³⁰ Não se constitui em tarefa precípua deste trabalho problematizar todas as particularidades do capitalismo no Brasil. Entretanto, vale mencionar que concordamos com Chasin (2000) quando este adverte para as características qualitativa e quantitativamente peculiares do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas no Brasil. Aquém do desenvolvimento clássico experienciado por países como Inglaterra e as treze colônias que viriam a formar os Estados Unidos da América, também reverberaram modelos como o da via prussiana, característico de países como a Alemanha e ainda da transição prussiana ou colonial, característica do capitalismo hipertardio, como o caso do Brasil. Trata-se do reconhecimento da inserção subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho, na qual ocupa um lugar agroexportador que fortalece a “conciliação com o atraso”, como cita Chasin ao parafrasear Carlos Nelson Coutinho (CHASIN, 2000, p. 39).

Não por acaso, historicamente a constituição desigual do país levou à concentração da riqueza em alguns centros, sendo São Paulo a cidade mais rica da nação. A concentração do poder econômico e político indica o privilégio na determinação dos investimentos e da promoção do desenvolvimento experimentado. Construída por migrantes, a cidade é uma megalópole mundial, com atividades econômicas e culturais diversificadas, ou seja, uma expressão da mundialização da atividade econômica e social.

A cidade que nunca dorme, uma alusão à nomeação e à competição com outra metrópole mundial, Nova York, revela ser este o perfil atrativo de cidade para a marca McDonald's. Como escreveu e cantou Caetano Veloso ao deparar-se com a vida na grande metrópole latina: “E quem vem de outro sonho feliz de cidade; aprende depressa a chamar-te de realidade; porque és o avesso do avesso do avesso do avesso”.

Como intrínseco ao processo de estabelecimento dos monopólios e a dificuldade de manutenção da concorrência por parte dos pequenos comerciantes, a entrada da marca significou a falência destes, os quais no máximo podiam requerer a abertura de uma franquia. Porém, ao se tornarem fraqueados, sujeitam-se à exploração como apêndices do modelo padronizado e hierárquico. Da mesma forma, considerada a particularidade brasileira, a introdução da rede de lanchonetes não significou a extinção dos vendedores ambulantes, das carrocinhas de cachorro quente ou ainda não impediu o surgimento de inúmeros *food-trucks gourmets*, os quais, concorrem diretamente com a marca em condições desiguais. Nesse contexto, o trabalhador autônomo que precisa concorrer com a marca internacional, acaba impelido a diminuir os custos de produção para sobreviver às pressões da concorrência, o que incide diretamente na precarização do trabalho a partir do trabalho informal.

A urbanização e as alterações no mundo do trabalho levaram invariavelmente à reorganização do tempo e da vida social. O tempo doméstico ficou escasso e a alimentação que exige o destacamento de alguém da família para fazê-lo acaba por ser substituído por especializações. Não obstante, uma refeição *a la carte*, com pedido, tempo de preparo e apreciação, tornou-se um luxo, sendo realizada, muitas vezes, apenas em raras ocasiões para uma gama de trabalhadores e trabalhadoras para os e as quais o tempo urge. Não à toa, a modalidade muito difundida no Brasil do *self-service* é um requisito para alimentar um grande contingente de trabalhadores em um curto espaço de tempo.

Na esfera da produção, o aceleração do tempo torna-se um imperativo. A necessidade de valorização da mercadoria produzida já no

toyotismo, é o comércio da mercadoria efêmera, dotada de signos da moda e do conteúdo propagandístico que a complexificação da divisão social do trabalho impôs. Com o deslocamento virtual do eixo da economia política para o consumo, a obsolescência baseada nas sensações momentâneas ganha importância e suscita investimentos para a conquista do socialmente valorizado. Como sinaliza Harvey (1998, p. 258), as transformações advindas da introdução das novas tecnologias e das características do capitalismo tardio incidiram primeiramente para “acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas”, sendo que, no domínio da produção, “o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (xícaras³¹, pratos, talheres, embalagens, guardanapos, roupas etc.)”. Do ponto de vista da sociabilidade, continua o autor inferindo que “significa mais que jogar fora bens produzidos; significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de ser e agir”.

O consumo e a produção em massa requeriam um trabalhador especializado que atendesse às normas padronizadas que objetivaram aumentar a produtividade. Assim, a esteira fordista como linha de produção adentrou ao setor de alimentos. O “valor” da marca, a partir da assimilação de determinadas qualidades do produto e a associação com um estilo de vida, especialmente no caso do McDonald’s, tornou-se intangível do ponto de vista econômico. Ainda assim, a partir do que pagariam outras companhias pelo direito de utilização da marca, a consultoria *Brand Finance* estimou em mais de 22 bilhões de dólares o valor da marca McDonald’s, sendo a mais valiosa do mundo no ramo de alimentação e a quarta mais valiosa do mundo. (BARBOSA, Vanessa, 2015. In: EXAME, 2015). Em outras metodologias de avaliação, aparece comumente na nona posição, a exemplo do ranking elaborado pela Forbes, sendo ainda a primeira no setor alimentício, atrás das grandes empresas de tecnologia como Apple e Google, e da Coca-Cola Co.

³¹ Interessante destacar que Ray Kroc trabalhou como vendedor da *Lily-Tulip manufacturing company*, uma das pioneiras na produção de copos de papel, hoje mundialmente conhecidos pela comercialização pela rede *Starbucks* ou mesmo pelo *McCafé*. A companhia hoje tem o nome de *Solo Cup* e foi incorporada em 2006 pela *Dart Container*, uma grande empresa do setor de embalagens, sendo a compra finalizada apenas em 2012. (MASON, Mich, 2012. In *USATODAY*, 2012).

Assim, calcular o investimento em tempo de trabalho na formulação dos slogans, das pesquisas de opinião, das avaliações presenciais, em redes sociais, o captar as tendências da sociabilidade para adequar-se e impor, é possível a partir do cômputo do trabalho das agências publicitárias, dos tecnólogos da gestão do trabalho e do Marketing³². No entanto, as consequências sociais dessa produção são intensivas e extensivas, pois ao incidirem sobre a formação do indivíduo na sociabilidade, muta-se com afecções das mais diversas e produz uma síntese quase imprevisível do ponto de vista de um objetivo rígido. Em um mundo em que a imagem ganha centralidade, considerada sua instantaneidade, a produção desse símbolo é igualmente contabilizada como valor, pois “dada a capacidade de produzir imagens como mercadorias mais ou menos à vontade, é factível que a acumulação se processe, ao menos em parte, com base na pura produção e venda da imagem” (HARVEY, 1996, p. 261).

Notemos que a companhia McDonald’s apresentava um padrão produtivo rígido, se comparado com as concorrentes. Essas últimas buscaram adequar suas estratégias de Marketing e de produção, respondendo inclusive às críticas relacionadas aos possíveis prejuízos a saúde decorrentes da alimentação *fast-food*. Também a rigidez do produto do McDonald’s é questionada, visto que para otimizar a feitura, o menu é limitado e tem pouca versatilidade. Assim, no quesito saúde, concorrentes como o *Subway* apresentam uma plataforma que busca sanar essas problemáticas; e no quesito versatilidade de oferta, o *Burger King* apresenta um menu flexível com a possibilidade de incremento ou retirada de ingredientes, flexibilizando as opções de escolha.

Nesse cenário, a marca se deparou com uma queda na composição dos lucros, o que incorreu em mudanças estratégicas para o desenvolvimento do negócio. Salientamos que está intrínseca à administração do negócio a característica responsiva às volatilidades econômicas, cada vez mais intensificadas pelas ondas cíclicas de crise de valorização. Dessa forma, as respostas corporativas encontram-se igualmente no rol das alternativas possíveis, em que a própria positividade das ações é colocada em xeque. Não obstante, tal positividade goza de demasiada autonomia se considerada a possibilidade de acionamento de

³² De acordo com o estimou Valência (2009, p. 31) ao parafrasear Jeremy Rifkin sobre o mercado automobilístico, “até 75% do custo total de um produto é determinado na etapa de concepção”, e continua: “[...] perdendo eficácia, sob o ponto de vista empresarial, a fase de execução do produto, representada pelos 25% restantes do seu valor”.

recursos estatais (legais, econômicos e sociais), ou do mercado financeiro (investimentos, bolsa de valores, etc.). Logo, buscando manter a concentração do capital, sem centralização deste, a McDonald's Corporation vendeu em 2007 suas lojas na América Latina.

Atualmente, o *Executive Chairman* da companhia é Woods Staton³³, sujeito que comprou a Arcos Dorados em 2007 junto a um grupo de investidores. Stanton nasceu na Colômbia, mas é filho de um brasileiro com uma tcheca. Seu avô foi dono da Panamerican Bevereges Inc. ou PANAMCO, uma das maiores engarrafadoras da Coca-Cola Corp. Seu avô atuou como missionário metodista Albert H. Staton³⁴, que ao incorporar e fundar diversas empresas do ramo de bebidas (como a Kaiser e a Heineken), fez fortuna e diversificou os negócios através de outras *Holdings*. Em 2003 vendeu as ações da PANAMCO para a antiga concorrente mexicana, Coca-Cola-FEMSA³⁵.

A mudança de controle direto da marca McDonald's incidiu também na alteração da proposta, sendo que, desde 2007 a rede buscou ampliar o menu com alimentação saudável e investir em uma imagem vinculada à dita "geração saúde". Entretanto o projeto teve custos excessivos e incorreu na perda de lucros. Com o acúmulo das perdas (ou não ganhos), a companhia decidiu retornar às origens, retomando a proposta originária de fazer o "bom e velho" Hambúrguer. (JAKITAS & GAZZONI, 2016. In: ESTADÃO, 2016).

Todavia, ainda que o nome da marca seja o estampado nas revistas econômicas e figure nas bolsas de valores, ela é composta por sujeitos que a constroem no cotidiano através de ações concretas que mobilizam toda a rede institucional no escopo de sua influência a fim de materializar as ações em nome da lucratividade. Não obstante, é sabido que a construção das carreiras individuais e a constituição de patrimônio no capitalismo contemporâneo são rigidamente controladas pelos mecanismos da concentração e da centralização, dos quais derivam a formação de enormes monopólios e oligopólios.

Assim, cabe fazer uma breve menção à necessidade de citar acima as relações identificadas no sentido de avaliar os papéis institucionais e as

³³ De família metodista, estudou economia na Universidade Emory, em Atlanta (EUA)³³, e fez MBA no IMD, na Suíça³³. É casado com Erika Roberts, sendo que sua família era dona do Banco Argentino Roberts, vendido para o HSBC no final da década de 1990.

³⁴ <http://www.fundinguniverse.com/company-histories/panamerican-beverages-inc-history/>

³⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2412200216.htm>

formas de difusão ideológica características do capitalismo manipulatório. Sendo necessário, ainda que com uma elaboração insuficiente para a proposta a que nos dispusemos, tecer o histórico e as ações das personificações do capital que incidem o controle atual da Arcos Dorados, empresa que detém os direitos sobre a exploração das atividades dos restaurantes da rede McDonald's na América Latina.

Se nos preocupam as questões da alienação e da consciência relacionadas à formação do trabalhador, ainda que não seja nosso tema central, é preciso considerar os mesmos aspectos no que diz respeito às representações e ações da classe capitalista. Assim, o movimento próprio do capital, considerada a lei do valor e as formas historicamente desenvolvidas da produção capitalista, impelem a classe dirigente aos seus enfrentamentos para garantir a expansão capitalista em taxas e circunstâncias que viabilizem a manutenção das relações sociais ao modo de produção características.

A produção da riqueza não pode se caracterizar apenas pelo objetivo de entesourar ou de manter a produção em níveis estáveis, isso porque, o capital que não se expande deixa de ser capital, logo, não contém a possibilidade de manutenção das relações sociais de produção capitalistas. As disputas inter-capitalistas e a incidência das condições próprias de concorrência, por meio da detenção de meios de produção que diminuam o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de mercadorias, bem como, a maior taxa possível de exploração do trabalho, são fatores que incidem determinadamente na possibilidade de sobrevivência dos empreendimentos dessa natureza.

Assim, a ideologia como consciência prática, ou ideologia defensiva da classe capitalista, é característica da sua prática social complexa, que na objetividade da vida faz exigências específicas no sentido de viabilizar a continuidade da dominação e uma posição na corrida concorrencial que impeça que os empreendimentos sucumbam em decorrência dos movimentos de contração e centralização. Exemplos são as contra-tendências requeridas no sentido de responder aos problemas práticos da produção capitalista.

Importante aludir, nessa análise, a questão específica da neutralidade, considerados os imperativos específicos que movem os interesses historicamente pautados no interior das classes sociais. Tal menção é importante para denunciar que “a ideologia dominante tem forte interesse em preservar o *status quo*, em que até as desigualdades mais patentes já estão estruturalmente entrincheiradas e salvaguardadas” (MÉSZÁROS, p 1032). Não obstante, reconhecido o caráter político inerente às disputas por oferecer direção às iniciativas no âmbito da

produção, as mesmas carecem inevitavelmente de conteúdo ideológico que encubra as determinações da atual divisão social do trabalho hierárquica, desigual e autoritária.

Como poderemos aduzir da análise documental empreendida na formação do trabalhador e da trabalhadora no mercado de trabalho atualmente, seu conteúdo, esforça-se para disfarçar os conflitos contidos na prática da vida social. Mészáros (2002, p. 1033), sobre o tema, sinaliza que “o discurso ideológico da ordem dominante deve manter seu culto da “unidade” e do “equilíbrio adequado”, mesmo que – particularmente em épocas de crises importante – isso não represente mais que a retórica vazia quando contraposto ao princípio operativo de dividir para reinar”.

Consequentemente, a prática social vinculada às exigências de classe, mesmo que consideradas suas assimetrias e disparidades internas, incidem sobre os complexos sociais e institucionais derivados das ações historicamente levadas a cabo pelos sujeitos históricos, o que significa reconhecer a importância das representações sedimentadas para a prática social como atividade humana, mesmo que alienada e interposta por pressupostos ideologicamente manipulados e falseados.

Avaliando as consequências de tais problemáticas, novamente Mészáros (2002, p. 1037) faz inferências fundamentais que contribuem para uma análise objetivo-factual da vida social, na qual estabelece que

o problema é que as instituições típicas que têm por objetivo afirmar o interesse de classe tendem, devido a sua característica dual – isto é, a necessária capacidade de, por um lado, confrontar o antagonista e, por outro, controlar (ou subordinar) seus próprios membros sob determinações objetivamente estipuladas -, a fortalecer sua própria estrutura material-institucional até à custa de seus partidários.

Se a ideologia para o trabalhador é determinada pelos arranjos institucionais que proporcionam experiências sociais perpassadas por autonomização das representações pensadas do conjunto objetivo de fatos da vida, para a classe dominante são um conjunto de respostas às contingências históricas que proporcionaram a estes a experiência hierárquica, no polo dominante das relações de classe. Continuando sua análise, Mészáros (2002, p. 1037) adverte para as consequências da autonomização institucional do conjunto de requisições socialmente estipuladas para continuidade do controle (mesmo que no âmbito da incontrolabilidade do capital) e direção de classe, afirmando que:

o ‘perigo da ossificação’ passa a ser um problema estrutural intrínseco - uma função necessária da própria natureza e da determinação interna de qualquer instituição de classe como tal - e só pode ser afastando por contramedidas conscientes e contínuas, associadas a garantias institucionais realmente democráticas que envolvam positivamente os membros individuais de classe.

Dada a qualidade controversa do tema, cabe realizar um aparte no que se refere à

existência, pois, dessas posições teleológicas secundárias pode ser constatada mesmo no nível mais incipiente do desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que o processo laborativo coloca aos homens tarefas que só podem ser cumpridas se elas forem acompanhadas por posturas e afetividades adequadas à sua execução. Essa função desempenhada pelas posições teleológicas secundárias é tanto mais fundamental quanto mais complexa for a divisão do trabalho. (VAISMANN, 2010, p. 47).

Estima-se que 1(um) a cada 10 (dez) estadunidenses já tenham passado atrás de um balcão de atendimento da rede McDonald’s, sendo que, por conta da prática social significativa, o dicionário Oxford adicionou a palavra *McJob*³⁶ ao seu dicionário, sinalizando esse trabalho que não carece de formação ou treinamento prévio. Assim, as pressões pela lucratividade, como demanda para manutenção da valorização do capital, transmutam-se em exigências de produtividade e aumento da exploração do trabalho na cadeia produtiva.

Antes de buscarmos demonstrar a importância do conteúdo ideológico e formativo na constituição das reificações e estranhamentos impostos pelo processo de proletarianização, consideramos importante trazer a seguir, e de forma ampliada, aspectos da produção inerente à atividade econômica do McDonald’s, elucidando as implicações da concorrência e da valorização para todos os elos da cadeia produtiva, desde a produção

³⁶ De acordo com análise formulada por REIS (2009, p. 69), “No ano de 2001 o dicionário britânico Oxford incluiu em sua lista de palavras o termo *McJob*, definindo-o como ‘um trabalho mal remunerado, carente de estímulos e com poucas perspectivas de futuro’”.

da carne até as empresas publicitárias que prestam serviços ou são diretamente controladas pela empresa.

3.1.2 Cadeia produtiva e a expressão comercial da produção alimentícia na divisão social do trabalho

Como tematizado no segundo capítulo, reconhecemos a coexistência de diversos modelos produtivos e de gestão do trabalho, sendo que, o processo de intensificação da divisão social do trabalho apresenta-se como característico das transformações oriundas de incrementos tecnológicos, tanto na produção agrícola, quanto da introdução das tecnologias relacionadas à gestão de insumos, pessoal e da emergência da propaganda e do marketing como estratégias de negócios que fomentam o consumo e se interpõem no ciclo de valorização da mercadoria no setor terciário.

Um importante processo associado ao desenvolvimento da complexificação da divisão social do trabalho está relacionado às tecnologias da chamada “revolução verde”. Na esteira do pós-guerra, o desenvolvimento de tecnologias agrícolas, colocaram em um novo patamar a produção do complexo produtivo associado à alimentação e foram responsáveis também pelo intenso processo de inversão do emprego da força de trabalho nos diferentes setores da economia.

A produtividade experimentada pelo setor agrícola fez decair drasticamente a necessidade de emprego de força de trabalho no setor agrícola, com a introdução das tecnologias biológicas, químicas e mecânicas, dispensou um grande contingente populacional. A questão agrária e a questão social nos centros urbanos, mantêm um imbricamento fundamental, sem o qual não podemos entender a totalidade das relações de produção que incidem nas determinações da forma mercadoria.

Como expressão dos custos (tempo de trabalho) para reprodução da mercadoria fundamental, a produção alimentícia regula o custo da reprodução da força de trabalho, e sofre as pressões estruturais do atual momento de precarização do trabalho. Não nos ativemos especificamente a desnudar as condições particulares em que ocorrem tais processos, entretanto, buscaremos demonstrar as conexões entre o moderno negócio do comércio de alimentos com as formas degradantes do trabalho na agropecuária.

Desta feita, considerando as lutas empreendidas por diversos setores populacionais, algumas iniciativas se ocupam de dar visibilidade à problemática, enfrentando as formas de desresponsabilização corporativa pelo trabalho, bem como, promovendo campanhas que

objetivam publicizar o envolvimento de grandes corporações com esquemas de exploração do trabalho escravo. As formas de descentralização produtiva com concentração do controle do capital possibilitam a adoção de medidas que externalizam os custos da produção e acabam por incidir especialmente na degradação do trabalhador e do ambiente natural.

A Arcos Dorados, para viabilizar a produção em suas unidades franqueadas, utiliza-se de uma gama de parcerias, as quais fornecem os insumos específicos que garantem a continuidade do negócio. O processo de padronização das refeições impele os fornecedores a garantirem uma rigorosa homogeneidade no feitiço dos produtos, a fim de não o descaracterizar.

A marca não produz diretamente nenhum de seus ingredientes, mas controla e fiscaliza através de um complexo esquema de auditorias internas e externas as características dos insumos. Como destacou Oliveira (2012, p.2)

Alguns dos produtos são fabricados por fornecedores exclusivos cujas indústrias foram estruturadas de acordo com os exigentes padrões de qualidade do McDonald's, e que produzem com exclusividade para a rede. Esse é o caso da Interbakery (fabricante de pães), da Braslo (carnes) e da Vally (fornecedora de tortas). Outros produtos são fornecidos por indústrias destacadas em seus segmentos, como Polenghi, Nestlé e Sadia, que adaptaram parte de suas fábricas para a produção dos ingredientes dentro das especificações do McDonald's.

A rigorosidade no processo de inspeção e aprovação da utilização dos produtos é tão expressiva, que alguns fornecedores de maior porte declinaram de propostas de parcerias e acordos, o que fez atrair produtores com menor capacidade produtiva. Para esses produtores, as pressões, que tem natureza contratual e comercial, pressionam a base da produção, que para atender às requisições da concorrência intercapitalista e das tendências de queda da taxa de lucro, buscam no incremento da produtividade e no aumento da exploração do trabalho a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção.

Considerando a importância que o fornecimento de insumos de origem agrícola tem para a atividade econômica, faz-se mister destacar algumas nuances das disparidades combinadas que conformam a produção do alimento *fast-food*. Cabalmente, o modelo de

desenvolvimento da produção agrícola no Brasil remonta à condição colonial e perfaz uma caracterização da inserção periférica na divisão internacional do trabalho. Baixo um modelo concentrado de distribuição de terras, a especialização agrícola tem uma importância preponderante na constituição do PIB nacional e no cômputo das transações comerciais internacionais.

Na esteira das transformações sócio-técnicas do trabalho no meio rural, a incidência do incremento da produtividade fez agravar a situação da concentração de terras, que tem no agronegócio a pedra angular de conciliação com o atraso e com práticas intensas de precarização do trabalho. Como destaca estudo do IPEA (2012, p. 114), o fortalecimento do agronegócio empresarial é “produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial, e fortemente apoiado por intervenções estatais”. O setor agrícola apresenta uma grande diversidade nas manifestações das formas de trabalho, a depender das condições regionais e da especialização produtiva. Assim, o assalariamento rural, o trabalho familiar, o trabalho em cooperativas rurais, ou até mesmo o trabalho análogo ao escravo, são facilmente identificáveis como constituintes do processo produtivo no setor.

Explicativamente, são identificáveis duas tendências nas relações sócio-laborais no campo, as quais representam:

dois modelos de produção agrícola que decorrem de dois distintos modelos de desenvolvimento: um deles com produção voltada à exportação, fundamentado na grande propriedade monocultora, e outro, o modelo de agricultura familiar, fundamentado na pequena propriedade rural com produção voltada ao mercado interno. (DIEESE, 2012, p.116)

Ambos os modelos concorrem para o fornecimento dos insumos para o complexo agroindustrial, para o qual é destinada uma parcela significativa da produção agrícola. Notadamente, a exportação é o carro chefe da produção³⁷, objetivando garantir o superávit da balança

³⁷O Brasil, conforme sinalizam Carvalho e Carvalho (2011, p. 36), “embora tenha ampliado e diversificado a pauta de exportações de bens industriais ao resto do mundo, os dados estatísticos revelam um declínio das exportações de produtos industriais e um crescente aumento das exportações de *commodities* provenientes do agronegócio e da indústria extrativa mineral”. Não trataremos especificamente do tema, embora este seja de fundamental relevância para aludir os impactos das

comercial nos moldes das trocas desiguais impostas pelo sistema internacional.

Como consequências do modelo produtivo, de 2000 a 2010, a composição da população brasileira no meio rural reduziu de 18,8% do total da população, para 15,7 %, o que demonstra o aumento da produtividade no setor e os investimentos na substituição da força de trabalho. Todavia, a força de trabalho no setor é imprescindível, especialmente em especializações produtivas nas quais a mecanização é inviável, ou nas quais as inovações químicas e genéticas pouco têm contribuído. (DIEESE, 2012).

O aumento da produtividade agrícola brasileira é consequência dos investimentos no setor, que goza de privilégios no tocante ao financiamento e ao crédito a partir da intervenção estatal. Esse aumento não é equânime e uniforme, pois como afirma o levantamento do DIEESE (2012, p. 115),

As mudanças decorrentes desse processo de modernização não têm impacto uniforme em todas as regiões do país e nem em todos os extratos de produtores. Privilegiam-se as regiões mais desenvolvidas e os grandes produtores rurais, aumentando ainda mais a concentração de capital nesse segmento.

Os impactos do modelo de desenvolvimento se fazem sentir também nos movimentos demográficos, que indicam uma redução na parcela de ocupados. Intimamente conectados, os movimentos demográficos do campo incidem na composição da força de trabalho urbana que incorpora o decréscimo da força de trabalho rural. Nesse contexto, avalia-se que

os caminhos que a agropecuária vem tomando nos últimos anos, caracterizados pelo êxodo rural que atinge prioritariamente os jovens, e relativa estabilidade de uma parcela significativa da população em empreendimentos familiares [...] (DIEESE, 2012, p. 126)

formas de agricultura e pecuária na divisão social do trabalho e igualmente na divisão internacional do trabalho em suas especializações. Trata-se apenas de sinalizar o lugar que o Brasil ocupa internacionalmente e das consequências econômicas e sociais para a formação social brasileira.

A expulsão de jovens e mulheres do campo acarreta em alterações na conformação da população urbana, que tem no setor de serviços uma alternativa de venda da força de trabalho em expansão. Como demonstrado anteriormente, o setor teve expoente crescimento nas últimas duas décadas, incorporando parcela significativa da força de trabalho. Remete-se ao fato de que tal processo é vinculado às formas de descentralização produtiva, que garantem a concentração do capital e indicam uma crescente expropriação dos meios de vida.

Para quem permanece no meio rural, as diversidades na obtenção de renda concorrem para a precarização dos vínculos de trabalho e da própria qualidade do trabalho. Em 2009, por exemplo, 36, 1% da força de trabalho rural recebia um valor igual ou inferior a 1 salário mínimo, enquanto 41,2% sequer tinha alguma garantia de rendimento, considerada a atividade rural familiar. Assim, apenas 35,1 dos empregados agrícolas possui vínculo formal trabalhista com carteira assinada, o que demonstra a intensa exploração do trabalho no setor. (DIEESE, 2012).

Ainda sobre a remuneração, que compõe o valor da produção agrícola no cômputo da riqueza produzida pelo setor, é preciso considerar que:

Apesar de todos os avanços e conquistas no meio rural, os salários ainda continuam muito baixos. A grande maioria dos pisos salariais negociados não ultrapassa o valor de um salário mínimo acrescido de pequeno percentual. Entre 2007 e 2009, por exemplo, a média dos valores negociados pouco variou: em 2008 atingiu 1,16 salário mínimo, enquanto em 2007 e 2009 representou 1,14 salário mínimo (DIEESE, 2012, p. 135)

Sobremaneira, a intensidade da exploração do trabalho a partir da especialização agrícola brasileira, é fator fundamental para viabilizar a lucratividade da circulação da mercadoria alimentícia, a qual, a partir dos incrementos manipulatórios da atividade, incorpora as tendências concorrenciais que pressionam para a adoção de inovações comerciais e gerenciais. Parafraseando o título do documentário que faz alusão as práticas comerciais da rede *Wall Mart*, reside aí o “alto custo do preço baixo”.

A articulação entre a precarização do trabalho no campo, a destruição de modos tradicionais de vida e a emergência das marcas globalizadas incorre diretamente na espoliação dos modos de vida,

implicando na perda dos meios de subsistência e na consequência forçada em que a alternativa é o assalariamento, se com sorte.

Desta feita, buscando demonstrar a complexidade da cadeia produtiva da rede McDonald's, utilizamo-nos de documento produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart Hotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Similares de São Paulo e Região (SINTHORESP, 2012), no qual se utiliza do artifício jurídico da responsabilidade solidária para caracterizar a vinculação entre as fornecedoras como forma de imputar responsabilidade por diversas modalidades de violação de direitos trabalhistas.

Destaca-se que o enquadramento jurídico tem como baliza convenções internacionais³⁸ que estipulam regras e formas de fiscalizar e coibir formas degradantes de trabalho. De acordo com a discussão já apresentada neste trabalho, o arcabouço jurídico normativo construído a partir de instituições do que denominamos “Sistema Político Internacional”, estão repletas de ambiguidades e incongruências, restando a análise de que correspondem a um paliativo para as determinações destrutivas do *modus operandi* da produção capitalista. É cabal que a própria “Organização Internacional do Trabalho”, aquém de um relevante trabalho que realiza, ao considerar que “o trabalho não é uma mercadoria e que a pobreza, onde houver, constitui um perigo para a prosperidade de todos” (ORGANIZAÇÃO IINTERNACIONAL DO TRABALHO, 2008), evidencia o caráter idealista das proposições acerca da justiça e

³⁸ Parte dos pressupostos relacionados ao trabalho contidos na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1948), que em seu Artigo 14 propõe que: “Toda pessoa tem direito ao trabalho em condições dignas e o direito de seguir livremente sua vocação, na medida em que for permitido pelas oportunidades de emprego existentes. Toda pessoa que trabalha tem o direito de receber uma remuneração que, em relação à sua capacidade de trabalho e habilidade, lhe garanta um nível de vida conveniente para si mesma e para sua família.”. Continua reafirmando o pactuado na em San José da Costa Rica, em 1969, que versa sobre o fomento à construção de “um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais”. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969). Sobre o trabalho, tal convenção menciona especificamente a proibição do trabalho escravo e da servidão. Não obstante, o Sindicato denunciante também aciona dispositivos previstos pelas declarações e pactos construídos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, especialmente os dispositivos afetos à proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1999; BRASIL, 2000).

equidade contidas nas respostas que oferecem à desigual e injusta divisão internacional do trabalho.

Entretanto, a denúncia contém elementos fundamentais para caracterização da complexidade da divisão social do trabalho e da constituição do processo de trabalho no âmbito da sociabilidade capitalista. A reificação do nexos social do trabalho é desvelada — em alguma medida — o que favorece uma análise mais apurada acerca das necessidades intrínsecas ao processo de valorização e as pressões que incidem sobre os trabalhadores e as trabalhadoras da cadeia produtiva.

A denúncia do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart Hotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Similares de São Paulo e Região (SINTHORESP, 2012) reconhece que a produtividade de um trabalhador do McDonald's é até 80% maior que a de um trabalhador médio brasileiro, conforme levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009 apud SINTHORESP, 2012). Em 2003, o rendimento médio de um trabalhador da rede foi de 24,8 mil reais, sendo que no setor de bares e restaurantes, a média é de 6,1 mil reais. Já em 2007, estima-se que para “cada real do PIB do McDonald's gerou R\$ 0,79 nos demais segmentos da economia brasileira”, correspondendo a um valor agregado de 1 bilhão de reais no ano de referência. Desse valor, pouco mais de 400 milhões corresponderam a remuneração em encargos, ou seja, os custos do trabalho, e quase 600 milhões corresponderam ao “excedente operacional bruto” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009 apud SINTHORESP, 2012).

Considerando a cadeia produtiva envolta na atividade da rede *fast-food* no Brasil, infere-se que “os setores econômicos mais beneficiados com as atividades do McDonald's são os serviços prestados às empresas (em grande medida em razão da publicidade), o setor financeiro e o de seguros, transportes e agricultura”. (SINTHORESP, 2012).

Para elucidar a rede produtiva e empresarial que compõe a cadeia produtiva, utilizamo-nos da tabela produzida pelo SINTHORESP, que objetiva caracterizar as atividades produtivas e sua relação com o McDonald's. Nela podemos depreender a extensão da cadeia produtiva com seus diversos partícipes. Nela, também podemos reconhecer o nome das empresas envolvidas, a forma de envolvimento na cadeia produtiva através da descrição da atividade comercial, bem como na última coluna são apresentadas as violações de direitos vinculadas às empresas na mídia nacional. Buscamos com isso apresentar a complexidade do processo de trabalho e a interdependência das empresas produtoras.

Tabela 1 - Cadeia produtiva McDonald's – Empresas por ramo de negócios

Nome	Produto de fornecimento	Violações apresentadas em matérias jornalísticas
Arcos Dourados	Restaurante – empresa final	Agente direto causador de ilícito: 1) Convenções Internacionais n.29 e 105 da OIT c/c art. 5º, §1º, CF; 2) Arts. 5º, V, XXIII, 170, III e 193, da constituição Federal 3) Art. 18 do CDC; 4) Art. 186, 187 e 927 do CC.
Golden Foods	Carnes, batatas, vegetais congelados e queijos	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186
Arla Foods	Produtos lácteos, pães e sorvetes	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
BRF Brasil	Carnes, produtos lácteos, pães e sorvetes	Agente direto causador de conduta ilícita: 1) Convenções Internacionais n. 29 e 105 da OIT c/c art. 5º, §1º, CF; 2) Arts. 5º, V, XXIII, 170, III e 193, da Constituição Federal 3) Art. 18 do CDC; 4) Art. 186, 187 e 927 do CC.
Cargill Inc.	Molhos, maionese, gordura para frituras, panificação, chocolates e compounds	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
Fresh Start	Pães, cones para sorvetes, pães de queijo, croissants, cookies, brownies	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
JBS Friboi	Carnes, vegetais, lácteos e derivados	Agente direto causador de conduta ilícita: 1) Convenções Internacionais n. 29 e 105 da OIT c/c art. 5º, §1º, CF; 2) Arts. 5º, V, XXIII, 170, III e 193, da Constituição Federal 3) Art. 18 do CDC; 4) Art. 186, 187 e 927 do CC.

Keystone Food	Carnes	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
Kraft Foods	Chocolates, sobremesas, biscoitos e queijos	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
McCain	Batatas	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
Moy Park (Marfrig)	Carnes	Agente direto causador de conduta ilícita: 1) Convenções Internacionais n. 29 e 105 da OIT c/c art. 5º, §1º, CF; 2) Arts. 5º, V, XXIII, 170, III e 193, da Constituição Federal 3) Art. 18 do CDC; 4) Art. 186, 187 e 927 do CC.
Pepsico Foods	Refrigerantes, água de côco, achocolatados, biscoitos	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
Refricon	Verduras e legumes	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
CocaCola	Refrigerantes	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
Tyson do Brasil	Carnes	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
Martin-Brower	Prestador de serviços logísticos	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.
Brasil Gráfica	Embalagens	Agente indireto responsável solidário pelos danos por outras empresas da cadeia: 1) Art. 18 do CDC; 2) Art. 186 (negligência) e 927 do CC.

Fonte: SINTHORESP, 2012.

A partir da imputação de responsabilidade solidária, importantes fornecedores da cadeia produtiva são revelados. Apesar de, comumente o rol de fornecedores também conter pequenos e médios produtores, o que implica em lucros contratuais e obrigações quase incumpríveis, são as grandes corporações da indústria alimentícia que viabilizam o fornecimento de gêneros alimentícios para a esteira de produção do McDonald's.

A cadeia produtiva de gêneros alimentícios no país tem crescido em importância, especialmente por conta das influências que impulsionam ou estagnam o setor, sendo que as flutuações mais significativas estão relacionadas à renda. Cunha et. al., demonstram que os segmentos populacionais mantêm um perfil de consumo de gêneros alimentícios relacionado à renda. Segundo levantamento baseado em dados do IBGE (2004 apud CUNHA et. al., p. 06), estima-se “que a porcentagem média da renda dos brasileiros gasta com alimentação esteja próxima de 17,1% (há variações entre a faixa de menor renda – até R\$ 400 – e a de renda mais alta – acima de R\$ 4000: a primeira gasta 329,6%, enquanto a segunda gasta 9,0%)”.

Dito isto, verifica-se também uma alteração no padrão de consumo relacionado às características dos gêneros alimentícios. Observou-se, por exemplo, que desde a década de 1970, o consumo de pão francês per capita diminuiu de 22, 952 kg/ano para 17,816 kg/ano, ou mesmo o do arroz polido, diminuiu de 31,571 kg/ano, para apenas 17,110 kg/ano, enquanto o consumo de alimentos preparados aumentou de 1, 706 para 5, 398 kg/ano no período entre 1973/1974 para o período 2002/2003. (IBGE, 2004 apud CUNHA et. al.).

As alterações em tela correspondem às inflexões na composição da renda nacional e da apropriação, pelo trabalho especialmente, da fatia distributiva disputada em um período de janela de oportunidade, no qual os preços dos produtos vendidos pelo Brasil, por motivo da especialização produtiva, estiveram em alta no mercado internacional. Tal movimento parece dar notícias de um esgotamento no ciclo histórico que exigirá uma recomposição dos valores praticados enquanto preços no mercado internacional.

Entretanto, como resultado desse ciclo, o que se notou foi uma “grande [...] expansão das redes de *fast-food* e restaurantes “por quilo”, exemplos de praticidade, rapidez, conveniência e adequação aos desejos dos consumidores”. (CUNHA et. al., p. 07). Considerando os gastos com alimentos na composição do valor de reprodução da força de trabalho, estipulou-se que “do total gasto com alimentos pelos brasileiros, [verificou-se] que os dispêndios com refeições fora do domicílio são de

24%. A maior parte dessas despesas destina-se a almoço e jantar (10% do total gasto com alimentos)”. (CUNHA et. al., p. 07).

O fortalecimento do modelo agroexportador, discutido em vários círculos de pesquisa³⁹, aparece como resultado de uma política de fortalecimento do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. Apesar das iniciativas para fomentar o desenvolvimento industrial e tecnológico nacional, proporcionalmente verificou-se o fortalecimento do setor primário, o qual, igualmente dinamiza as relações produtivas e comerciais⁴⁰. Todavia, se considerado seu crescimento relativo, verifica-se um movimento de desindustrialização/reprimarização da economia, baseado no crescimento da importância do agronegócio para a estabilização da balança comercial, um dos pilares das trocas nacionais na composição mundial do valor, regulado pelas bancas internacionais e com base do modelo de regulação imposto pelo *Consenso de Washington*.

Assim, a partir das determinações impostas pela composição do valor, o país novamente não seguiria o caminho dos países de capitalismo clássico, que fortaleceram o setor industrial antes de passarem a uma economia especificamente baseada nos serviços. As pressões sobre o trabalho, a fim de garantir a competitividade internacional, são recorrentes, especialmente se consideradas as determinações da competição e cooperação com a China. Nesse ínterim, são modificadas as estruturas de aferição do valor, em um complexo processo de diferenciação/afirmação do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Considerada a particularidade do capitalismo brasileiro, faz-se mister sinalizar que

³⁹ Carvalho e Carvalho (2011, p. 60), indicam, a partir da análise empreendida sobre os números da economia brasileira, que: “Há sinais de perda da participação da indústria manufatureira em termos não só do produto e do emprego domésticos para outros setores, mas também em termos da redução da participação dos produtos manufatureiros e aumento dos produtos primários na pauta de exportações; e de expansão das importações de produtos manufaturados para suprir parte da demanda doméstica.

⁴⁰ Uma elucidação mais apurada, exigiria uma avaliação na flutuação da composição da força de trabalho em escala global, considerando a flexibilidade para migração de parques industriais e a crescente importância relativa da indústria de tecnologia (especialmente tecnologia da informação), que qualitativamente apresenta inflexões nos modelos de cálculo da produção de riqueza das economias nacionais.

O crescimento mais rápido da produtividade na indústria manufatureira e mais lento nos serviços impulsiona a substituição dos bens manufaturados por outros itens, especialmente para aqueles serviços cujos custos relativos aumentaram por causa do crescimento bem mais lento da produtividade dessas atividades. Cabe ressaltar que o efeito líquido, decorrente da redução do emprego devido ao efeito do rápido crescimento da produtividade do trabalho na indústria manufatureira e do efeito da criação de demanda por bens manufaturados devido aos preços baixos, se manifesta na queda da participação do produto e do emprego do setor da indústria manufatureira na economia como um todo. (CARVALHO e CARVALHO, 2011, p. 47).

O Brasil, certamente, como toda nação que experimenta as determinações do capitalismo hipertardio, não segue a linha de desenvolvimento etapista e regulado, apresentando uma disparidade no desenvolvimento dos setores particulares. Igualmente, as particularidades do desenvolvimento histórico-social do país, caracterizam as disparidades e desigualdades que se colocam em disputa no cotidiano político das relações de classe.

Assim, como resultado da desindustrialização/reprimarização, a composição sociotécnica do trabalho é afetada de forma a demonstrar as movimentações da flutuação das decisões políticas que determinam o fortalecimento de setores e atividades.

Sobremaneira, consideramos que a coexistência entre um dos mais desenvolvidos modelos gerenciais e tecnológicos com formas degradantes de trabalho é reflexo do desenvolvimento desigual e combinado. No caso em estudo, a composição da riqueza como *quantum* de trabalho recoloca as pressões pela lucratividade e a necessidade de aumento da produtividade ou da intensidade da exploração do trabalho. Essa racionalidade interpõe requisições em todos os setores e, considerados os complexos da sociabilidade, nos vemos diante de uma inflexão sociohistórica que demonstra a incontrolabilidade da produção capitalista, bem como sua tendência de regressão histórica pelo fim de seus fundamentos.

Como o modelo produtivo sempre foi conivente e requereu medidas contratendências, aquém do idealismo contido nas propostas de classe, novas formas de enfrentar as questões inerentes às disputas de

classe são emergidas, especialmente as requisições ideológicas e manipulatórias ganham destaque.

Retomando a factualidade das informações contidas na denúncia do SINTHORESP, observa-se que a composição da força de trabalho no país, considerando os ditames da lei geral da acumulação capitalista, acaba por fortalecer as alterações na composição da força de trabalho. Como destaca o estudo do DIEESE (2012, p. 129) sobre dados de 2009,

o principal setor a ocupar trabalhadores que residem no campo, mas não trabalham em atividades agrícolas, é o setor de serviços, que ocupa 32% dos trabalhadores advindos da zona rural no Brasil, do qual parcela importante está no segmento de educação, saúde e serviços sociais (13%). Em seguida, os setores que mais ocupam são a indústria (22%), o comércio (16%) e os serviços domésticos (15%).

Inferese aí, que os nexos da proletarização são igualmente alterados, correspondendo a um incremento proporcional e necessário às formas organizativas da sociabilidade. O que se quer dizer, é que a ocupação na divisão social do trabalho exige um incremento na gerência e na formação como aspectos consensuais da organização social. Atualmente os serviços incorporam as camadas rurais que migram para os centros urbanos em decorrência da mecanização e da concentração de terras, as estratégias de formação precisam ser dinamizadas e complexificadas.

As alienações inerentes às formas de exteriorização pelo trabalho colocam novos patamares para as necessidades de dominação, trazendo à baila especializações produtivas ligadas à informação, ao marketing e à educação. Nesse sentido, as pressões sofridas, em decorrência das denúncias de trabalho análogo ao escravo na produção da carne que abastece a rede McDonald's, apresentam uma inflexão sobre os custos de produção e as disputas ideopolíticas intrínsecas à atividade.

As bases jurídicas de análise dão notícias dos conflitos advindos das disputas cotidianas pelos meios de produção, que numa perspectiva de classe, está envolta às determinações da valorização e do expansionismo característico do capital imperialista. As desigualdades distributivas são assim, apreendidas pelo conjunto da sociedade de forma manipulada, contendo trabalho ideopolítico em respostas aos conflitos por meios de vida.

A positividade do capitalismo, desde o iluminismo como fase de ascensão histórica do capitalismo concorrencial, ganha novos contornos em sua fase de descenso histórico. O esgotamento das possibilidades expansionistas irrestritas do pós-colonialismo e do pós-guerra fria, colocam determinações negativas que em suas diversas variantes, recebem respostas complexas como pores teleológicos de segunda ordem, que objetivando incidir sobre condutas humanas, são transmutados e fundidos com formas religiosas de apreensão da vida⁴¹.

Desta feita é que o marketing e a educação, bem como o aparato jurídico, amplificam seu escopo de dominação, buscando incidir na nova composição sociotécnica do trabalho a partir da positividade e da preterição, o que pouco diferencia-se da concepção mítica das religiões tradicionais⁴². O mimetismo humanizado, especialmente a partir da concepção transcendental judaico-cristã, afeciona-se com as

⁴¹ Citamos aqui o contato inicial com a perspectiva de Coelho, que ao analisar o capitalismo como religião, busca depreender da coexistência da racionalidade instrumental com a perspectiva mítico-religiosa do capitalismo as ambiguidades entre culpa e fascínio. A dimensão ideológica e mítico-religiosa conserva, para o autor, o fascínio/adesão e repulsa/resistência numa dualidade ambígua e flexível, a qual, sem a devida compreensão, não se pode explicar a coexistência e continuidade das relações de produção em sua assimetria, desigualdade e violência. (Cf. COELHO, 2014).

⁴² Em um levantamento inicial, que precisaria ser melhor aprofundado, é possível traçar continuidades e rupturas entre a influência religiosa na própria produção do conhecimento. A importância do protestantismo para a reconfiguração de instituições universitárias na Inglaterra e mesmo para a fundação destas nos atuais Estados Unidos da América são cabais para avaliar o impacto das concepções mítico-religiosas sobre a produção do conhecimento, bem como para identificar a positividade da mediação educacional na construção da proposta iluminista. Identifica-se aí uma relação com a preterição e a positividade intrínseca ao *zeitgeist* de uma época, e que tem seu vigor reconfigurado. Apenas para exemplificar, o primeiro *Master Business Administration* foi criado na *Wharton School*, hoje vinculado a Universidade da Pensilvânia, o qual foi iniciativa do industrial do aço Joseph Wharton (hoje AcerlorMittal). Wharton pertencia a sociedade Quaker, uma dissidência da Igreja Inglesa Anglicana, para os quais a igreja não precisava ser uma intermediária no contato com o transcendente. Certamente que suas convicções míticas influenciam na positividade das ações, criando uma lógica mítica-explicativa capaz de promover seus projetos. Outros *Quakers* de proeminência revelam a capacidade de articulação do novo modelo positivo baseado na superação da religião monárquica, a exemplo de grandes banqueiros como da família Barclays ou mais recentemente Richard Nixon, presidente estadunidense. (WHARTON, 2016).

determinações empírico-rationais da produção, colocando as disputas econômicas e sociais em questão.

Os conflitos evidenciados pelas disputas por recursos novamente colocam as coexistências em meio às respostas possíveis as contradições engendradas pela sociabilidade, que faz requerer uma gama justificativa cada vez maior em meio à complexificação do trabalho e reificação dos nexos sociais da produção.

A intrínseca relação entre a produção agrícola e suas derivações produtivas mais complexas faz emergir novos nexos de produção, ou seja, novas relações sociais de produção que na continuidade das especializações do trabalho alienam de formas qualitativamente novas. Assim, buscaremos demonstrar algumas das mediações necessárias para a formação no trabalho. A nova constituição das forças produtivas a partir da terceira revolução industrial, ou terceira idade da máquina, requer um novo trabalhador coletivo, que tem funções especificamente humanas já apropriadas pela técnica.

Essa construção pedagógica e normativa deriva das relações sociais de produção e reprodução em si, respondendo as determinações estruturais da época, com maior ou menor possibilidade de acordo com o engendramento de resistências e/ou consensos. Importante destacar que a construção complexa que representa, é impeditiva para que possamos analisar todos os pontos necessários para uma interpretação social e histórica suficientemente abrangente, todavia, nos permite visualizar uma linha de flutuação entre as contingências históricas com as quais se deparam as classes sociais.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: COEXISTÊNCIA DE REQUISIÇÕES PRODUTIVAS E MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA

O fordismo como expressão produtiva do desenvolvimento capitalista apontou para a introdução de uma lógica produtiva, que mobilizava em torno da produção uma força de trabalho disciplinada, capaz de operacionalizar uma linha de montagem de alta produtividade (HARVEY, 1993). As estratégias de parcelamento do trabalho no interior da fábrica, aliadas às medidas para garantia do consumo de massa, foram fatores determinantes para a configuração do operariado urbano-industrial no início do século XX. Como destacou Bravermann (1987, p. 72), a divisão social do trabalho diferencia e valora hierarquicamente a sociedade, já a divisão parcelada do trabalho “subdivide o homem [...], a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das

capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade”.

Ray Kroc era um grande entusiasta do modelo produtivo de Ford, que aliado às proposições gerenciais e de controle propostas por Taylor, estiveram nas bases do desenvolvimento da cadeia produtiva da companhia. Visceralmente, a expansão do setor terciário tem seu desenvolvimento par e passo com a possibilidade de aceleração da produção industrial e o incremento da produtividade do trabalho. O movimento de intensa socialização do trabalho e fortalecimento da especialização produtiva, apontam as tendências para as formações sociais baseadas no desenvolvimento urbano-industrial, que acarretam em novas requisições produtivas e comerciais.

Assim, a oferta do *fast-food* no Brasil esteve igualmente vinculada à conjuntura do desenvolvimento urbano-industrial modernizador proposto pelo regime militar. A primeira filial foi inaugurada no ano de 1979, na cidade do Rio de Janeiro, como já explicitado do ponto de vista da companhia. Entretanto, significou também tensionamentos políticos no sentido da abertura comercial para o investimento estrangeiro, como demonstração de alinhamento e estabilização no período da guerra fria.

Como já explicitado, do ponto de vista da totalidade, existe certa correspondência entre as formas de produção e reprodução da vida. A incidência do processo de humanização acontece do gênero para com a natureza, mas também incide sobre as próprias formas de vida e condutas do gênero. Esses pores teleológicos de segunda ordem erigem, como complexos de complexos, mediações capazes de organizar segundo uma finalidade as atividades dos sujeitos ou um grupo deles.

A incidência dos pores teleológicos entendidos como ações que “se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, visando leva-los a executar os pores desejados” (LUKÁCS, 2013, p. 180) adquire tanto mais autonomia quanto se desenvolvem as forças produtivas. Entendendo que “gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente” (VANDRÉ & BARROS, 1966), a sociabilidade humana encontra-se permeada de intenções de condução da vida humana. Tais intenções manifestam-se na esfera da reprodução social de forma a manter a produção objetiva e material, sendo esta, um limite último nos quais as alternativas de condução das ações dos homens se move em uma sociedade de classes.

As diferenças qualitativas entre as esferas da produção e da reprodução social evidenciam-se por adquirirem uma dinâmica própria quando subsumidas formas de vida específicas, imperativas à produção e sobrevivência no campo biológico. A satisfação das necessidades básicas

faz com que o gênero humano ao produzir e reproduzir a si próprio, se humanize e alce certa autonomia às atividades na esfera da sociabilidade, observado que “as circunstâncias decisivas que conferem conteúdo, forma e rumo às decisões alternativas dos homens são, em última análise, resultado de atividades humanas, surgem no âmbito do gênero humano diferenciações muito amplas e profundas, de modo que às vezes, tem-se a impressão que sua unidade estaria em questão” (LUKÁCS, 2013, p. 181).

A diferenciação que se apresenta constitui as particularidades e explicita as desigualdades inerentes ao desenvolvimento sociohistórico dos sujeitos e das legalidades características da vida em sociedade. O reconhecimento de tais premissas, interpela-nos no sentido de colocar certa cadência apriorística, capaz de elucidar as categorias fundamentais na realização da análise do processo de trabalho.

Considera-se que por se tratar de um setor que explicita o desenvolvimento do processo de trabalho e da divisão social e técnica do trabalho, se vale de formas simples e complexas para se realizar objetiva e subjetivamente na vida social. Assim, mais que realizar a leitura da objetividade desse ramo produtivo, que é necessário e possível por atender à necessidade básica da alimentação, buscaremos demonstrar a incidência dos campos específicos da reprodução social no sentido de compreender os tensionamentos sobre as condutas dos trabalhadores, o que acontece por meio de uma série de normativas práticas e de códigos de conduta.

Analisar tais documentos nos permite compreender, ainda que preliminarmente, o campo de ação sobre os quais estes/as trabalhadores/as experenciam a vida social, incorporando ou negando as atribuições deontologicamente impostas de forma ideológica e muitas vezes manipulatória. O processo de “captura da subjetividade” se torna elemento de envolvimento consentido e de reatualização das formas de dominação de classe, o que se dá através desse conjunto normativo operacional que incide sobre os processos de consciência e busca direcionar comportamentos e valores. Numa sociedade de classes, marcada pela condição última do trabalhador como mercadoria, como força de trabalho, nos interessa conhecer o conteúdo das formas práticas e valorativas que objetivam incidir sobre a força de trabalho nesse espaço laborativo.

A disciplina do trabalho e as exigências postas na formação do trabalhador alteraram-se qualitativamente, incidindo diversamente sobre um grupo ainda maior de sujeitos, com uma complexa e ampla heterogeneidade. Não obstante, não se pode desprezar o fato de que, forçosamente, tais conteúdos e formas fizeram parte da experiência social de um certo quantitativo de sujeitos e que por motivações

socioeconômicas e de classe, tornam-se modelo e apontam tendências para a gestão da força de trabalho no setor. Obviamente, tal modelo não pode ser incorporado da mesma forma em todos os setores, as diferenças qualitativas são incontestes. Porém, o novo léxico do trabalho, desde que criado e distribuído como modelo, ganha contornos diferenciados em cada novo contexto.

O processo de humanização exige que a gestão primeira da força de trabalho seja tensionada por meio de formas consensuais e de adstração, o que pode ser obtido com as medidas de convencimento a que se propõem normas de segurança, códigos de ética, manifestos corporativos, entre outros que se façam conhecer no ramo. Estão colocadas aí as bases para a experiência social dos sujeitos, as quais, apontamos, certamente são capazes de galgar convencimentos e repulsas além de conservar elementos que são tão diversos quanto às experiências complexas dos sujeitos em sua particularidade.

Sem prejuízo, resgatamos o entendimento de que as particularidades não impedem que o apresentado seja considerado uma tendência. Assim, os elementos constitutivos do processo de trabalho, tanto os prático-operativos quanto os valores e paradigmas nos parecem caracterizar-se por uma continuidade constantemente resposta e reformulada de acordo com necessidades imperativas da lucratividade do capital. As respostas de reposição às questões que aparecem encontram-se em diversos âmbitos, seja pela concorrência intercapitalista, seja pela inépcia frente às falhas possíveis, seja pela perda de validade no contexto objetivamente colocado. Entretanto, por existirem e fazerem parte – de forma complexa, contraditória e desigual – da vida social, constituem legalidades e conservam marcas no âmbito social.

O esquema corporativo apresentado compõe uma rede de recomendações, por vezes apenas corporativas, por vezes com incidência geral no âmbito das regulações estatais. Códigos próprios de conduta empresarial não podem, em tese, ultrapassar os limites próprios das regulações trabalhistas, sanitárias, comerciais, entre outras que incidem sobre a atividade econômica. A construção da atividade se desenvolve a partir das iniciativas corporativas individuais, incidem ou são rechaçadas pela regulação estatal, ou ainda são objeto de negação por parte de sujeitos e coletivos envolvidos no processo de produção.

Não podemos esmiuçar aqui todo o arcabouço da sociabilidade capaz de interagir com a atividade humano-social ligada à produção, portanto, nos ateremos apenas a algumas proposições corporativas e algumas proposições estatais que diretamente interferem na atividade prática cotidiana do trabalhador e também no processo de trabalho como

um todo. Os efeitos dessas proposições, de caráter histórico, econômico e social adquire a capacidade de introduzir novos nexos produtivos, induzindo formas e conteúdos como respostas às necessidades práticas da atividade gerencial.

3.3 A MATRIZ FILOSÓFICO-IDEOLÓGICA DA CORPORAÇÃO: MORALIDADE DO TRABALHADOR E A SATISFAÇÃO PRETÉRITA

Do que se depreende da forma organizacional, considerada sua objetividade imersa num tempo-espço de consolidação do capitalismo tardio, buscaremos analisar o cariz teórico-filosófico justificativo para as representações ideológicas conformadas em torno da atividade econômica da companhia. Tais conteúdos constam da consolidação de condutas e normas instituídas no núcleo gerencial da atividade, as quais analisaremos à luz do contexto histórico e das formas atualmente validadas nos documentos produzidos como parâmetros de atuação, os quais induzem atos, comportamentos e ideias. Como qualquer análise a posteriori, não podemos reconstituir os fatos com a exatidão dos elementos internos partícipes do processo, mas buscaremos problematizar as raízes da construção dessa ética a partir das necessidades do mercado.

Em 1958, Roy Kroc anunciou:

A base de todo o nosso negócio reside no fato de sermos éticos, honestos e confiáveis. Criar uma reputação leva tempo. Não somos promotores. Somos empresários com um programa de ética sólido, permanente e construtivo que continuará na moda... daqui a alguns anos ainda mais do que hoje em dia. (ARCOS DORADOS, 2014).

Mais que ato volitivo, a constituição histórica dos elementos que compõem o conteúdo técnico e teórico-ideológico foram engendradas em conjunto com os condicionantes econômicos, e apenas por conta deles, os quais dispuseram decisões, ações e contraposições relativas à atividade econômica em si. O que se quer dizer, é que sem a venda específica dos hambúrgueres, como no caso em tela, o constructo normativo das condutas empresariais e o disciplinamento da força de trabalho sobre nada poderiam incidir.

Todavia, o modelo de negócios expansivo colocou à atividade novas formas de exploração do trabalho, de organização da produção, de constituição de parcerias com os produtores indiretos, ou seja, possibilitou

formas de valorização da mercadoria e de engendramento de uma rede de controle calcada também na capacidade econômica e simbólica de vinculação dos trabalhadores e operacionalizadores da rede. Os parceiros, franqueados, supervisores e trabalhadores diretos constituem a engrenagem toda do processo de trabalho vinculada ao setor de serviços, considerando que ao final, a mercadoria colocada no circuito da valorização é caracteristicamente alimento necessário à reprodução vital dos viventes que a consomem.

Fazer uma genealogia da constituição dessa forma específica de controle exigiria resgatar os meandros particulares das decisões corporativas, todas as produções teóricas e políticas do grupo, as personificações da companhia e seus sujeitos capazes de influenciar e induzir ao resultado, agora estático no tempo, que são os documentos que nos propusemos a analisar. Não deixamos de levar em conta a complexidade dos fatos, mas seria, no momento, inviável resgatar atas do conselho da corporação, eventos e grupos de trabalho que vivificaram normas, processos, sujeitos, formas e símbolos de disseminação, entre outros elementos relevantes para a análise.

Entretanto, enquanto expressão escrita desse constructo, o qual molda, influencia e direciona cotidianamente a organização do processo de trabalho na corporação, os documentos oriundos das publicações oficiais nos parecem desprovidos de inocência no que diz respeito aos objetivos de um conglomerado capitalista com ações na bolsa de valores. Imbuídos de valores e normatizando e disciplinando comportamentos, seus imperativos constituem ideologicamente tentativas de condução e vinculação às formas de organização da vida no trabalho, espalhando significados, justificando atos e simbolicamente buscando atribuir sentido qualitativamente válidos às atividades da marca.

Não só para com o trabalhador, mas para com o consumidor, as regras, princípios, valores e condutas estipuladas documentalmente involucram persuasivamente as contradições e o conteúdo social da produção dos hambúrgueres, de forma a isolar a experiência alimentícia dos engendramentos sociais inerentes à produção como um todo. Para o trabalhador, as normas os indiferenciam, despersonalizam e generalizam de várias maneiras, desde o uniforme, à polivalência requisitada quando da execução de todas as atividades de produção e organização no espaço laboral.

Os sistemas operam aquém das necessidades dos sujeitos ali dispostos, os quais igualmente são requisitados a operarem como máquinas no intento de ofertar um serviço desprovido de personalidade e unificado. Em Quito, Berlim, Guantánamo, Cairo ou Jacarta, a

padronização dos serviços fará diferir apenas o idioma no qual se pronúncia “Bom dia senhor, qual o seu pedido?”.

Considerando as requisições econômicas calcadas nos ditames da lucratividade, os complexos normativos e, logo, ideológicos, são imperativos considerados como “consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65.). As normativas em questão encontram-se com o *status* de elaborações das mais desenvolvidas e mais organicamente engendradas com os conteúdos ideológicos hegemônicos vinculados às estruturas e requisições produtivas. São, por conseguinte, constructos relevantes de um discurso ideológico capaz de responder aos problemas práticos da realidade objetiva da produção, diminuindo os custos da produção, reduzindo as tensões entre a companhia e seus trabalhadores, cumprindo um itinerário, nem sempre exitoso, de apaziguamento e envolvimento consentido com fins na intensificação da exploração do trabalho e captura de habilidades e capacidades do trabalhador em função das necessidades da companhia.

A racionalidade ideológica comumente é desencontrada da possibilidade objetiva de corresponder às formas objetivamente existentes de uma problemática ou situação, adaptando-se sem constrangimentos às formas conflitantes e potencialmente antagônicas que objetivam conformar uma pseudo-unidade que corresponda a um esquema lógico possível de assimilação. Como adverte Mézszáros (2004, p. 67) “as principais ideologias levam a marca muito importante da formação social cujas práticas produtivas dominantes elas adotam como definitivo quadro de referência”, respaldando o caráter prático das requisições temporais relacionadas às alterações significativas na experiência de proletarização, ratificando que “a questão da ‘falsa consciência’ é um momento subordinado dessa consciência prática determinada pela época” (MÉSZÁROS, 2004, p.67).

Sobremaneira, consideramos evidenciado o fato de que os contornos valorativos e ideológicos das orientações relacionadas ao processo de trabalho na corporação denotam seu caráter último: resolver problemas práticos da atividade humana na perspectiva da realização do processo de valorização. De tradição da racionalidade administrativa, os constructos da administração científica permanecem no caldo paradigmático referencial das normas de conduta, éticas e de controle da corporação.

3.4 CONDUTA EMPRESARIAL: ÉTICA CORPORATIVA E FORMAÇÃO NO TRABALHO

“Sabemos que é o correto e que as pessoas são uma de nossas maiores fortalezas.” (ARCOS DORADOS, 2014, p. 25)

Análise do conteúdo textual das normas de conduta empresarial fora intencionalmente selecionado por expressar uma síntese genérica de todo um arcabouço normativo, legal e prático utilizado no cotidiano das atividades da companhia. Cumprindo também um papel relacionado à propaganda, busca explicitar práticas humano-sociais responsáveis e preocupadas com o desenvolvimento social. Como sinalizado no documento: “As Normas constituem princípios-chave de conduta que representam as políticas da Companhia, nos direcionam e indicam os recursos que ajudarão a tomarmos as decisões certas” (ARCOS DORADOS, 2014, p 07).

Objetivando dar cumprimento aos princípios e diretrizes explicitados no documento, a companhia mantém um setor específico atuando como “comitê de ética” e faz parcerias com instituições no sentido de especializar a avaliação “ética” acerca dos comportamentos e ações de seus “colaboradores”. Assim, ademais das relações estabelecidas nos locais de trabalho, do crivo da área corporativa e inclusive de consultorias externas, para além de resolver questões públicas e que possam comprometer a imagem da companhia, esse controle incide sobre a diminuição dos custos com fraudes.

Comumente as elaborações são genéricas, considerando que tem um escopo mundial e interagem com uma multiplicidade de sujeitos com trajetórias extremamente diversas. Todavia, tais características são ignoradas e engendram o tensionamento para que o sujeito que trabalha se despersonalize e se coloque como apêndice da marca e do processo de trabalho.

As normas de conduta sugerem que “todos os nossos empregados devem se conduzir de acordo com a linguagem e espírito destas Normas, tendo que evitar todo comportamento impróprio ou aparentemente impróprio.” (ARCOS DORADOS, 2012, p. 08). Apresenta-se aí uma moral para o trabalho, que desconsidera as condições concreta nas quais o sujeito vende sua força de trabalho.

No documento é expresso que “todos devemos reconhecer que nossos atos constituem as bases de nossa reputação, portanto aderir a estas Normas e às leis aplicáveis é obrigatório” (ARCOS DORADOS, 2012, p.

08), imputando responsabilidade pelos descumprimentos ou violações, já que a adesão é compulsória e apenas participando da rede de construção diretamente é que se pode incidir para uma mudança nas normas como formação e disciplinamento.

Assim, a ética empresarial é na verdade um código moral que tensiona a adesão, mascarando o que é factual em ideologia, incidindo sobre o sujeito de forma a tolhar a construção coletiva e democrática das vivências conjuntas. Não poderia ser diferente quando tal premissa se dá num grande quantitativo de sujeitos caracterizados por desigualdades abismais.

Rezende e Castro (2011, p. 14) aventam que “o exercício da ética está vinculado à compreensão do homem como sujeito ativo, aquele que sabe o que faz e qual a razão de suas ações”, implicando que no contexto empresarial, sob a égide do capitalismo manipulatório, “O discurso de empresa ética torna-se apenas retórica enquanto este aspecto não for resgatado”. Como já sublinhado, a alienação enquanto reificação e modalidade do estranhamento, veda a conduta ética baseada na igualdade substantiva e na liberdade não reduzida a um leque escolhas.

Na interação institucional, entre sujeitos de classe respectivamente individuados, os autores reconhecem que

Apesar do discurso de modernidade e de novas práticas de gestão, as empresas ainda vêm se constituindo em um espaço onde a coerção e a hierarquia se sobrepõem às manifestações de companheirismo e subjetividade. A empresa é o local “onde as pessoas vão para gerar lucro”. A auto-realização, o prazer e a percepção do trabalho como instrumento de socialização são relegados a uma esfera inferior, até mesmo esquecida. As formas flexíveis e sutis de acumulação do capital têm levado os sujeitos a introjetarem valores, condutas, hábitos e comportamentos que racionalmente repelem, mas que na prática cotidiana são por eles reproduzidos de forma automática, não como opção, mas como um mecanismo de defesa e adaptação às condições nas quais estão expostos. (REZENDE & CASTRO, 2011, p. 14).

As relações sociais e laborais que advêm desse contexto, apresentam-se degradadas do ponto de vista do humano-genérico, denotando a ambiguidade do discurso da ética, tendo como pano de fundo

a requisição ideológica de controle dos atos de trabalho e das posturas para formar o trabalhador disciplinado, bem como o consumidor que defende a liberdade de escolher o que lhe pareça mais apreciável no menu.

Inferindo sobre as instituições empresariais, também Rezende e Castro (2011, p. 15) aventam que

A bem da verdade, funcionam como verdadeiras prisões psíquicas, onde a “empregabilidade” se incumbem de garantir o cumprimento das regras. Elas são o espaço da norma, da produção. Há a preocupação em uma relação harmônica com a sociedade na qual está inserida – através da responsabilidade social – mas em relação aos empregados há apenas a preocupação de fazê-los produzir mais e com menos recursos.

Sobrepõe-se o imperativo da lucratividade, cabendo ao sujeito funcionar como apêndice da máquina ou como modelo padrão de atendimento. Logo, a participação na atividade é mediada pelo envolvimento consentido quando tais estratégias são efetivas. Não obstante, as resistências e rebeldias são tema para as punições, que reguladas pelas normas sociais, a depender da gravidade, também são objeto de regulação pela companhia, que detendo o poder econômico, utiliza da condição de classe para submeter o trabalhador.

Como um breve aparte, vale mencionar também outra normativa imposta pela companhia, qual seja, de que “toda informação deve ser tratada como confidencial se puder ser útil para nossos concorrentes, e invadir a privacidade dos empregados, de franqueados, de clientes, ou se puder ser prejudicial a Arcos Dorados caso a mesma seja divulgada publicamente”. (ARCOS DORADOS, 2012, p.10).

O imperativo do segredo colocou-nos a problemática da aproximação com os trabalhadores, visto que a realização de um estudo crítico, que buscasse desvelar as consequências dessa forma de trabalho na vida cotidiana dos sujeitos, poderia incorrer na infração à norma e prejudicar a continuidade do trabalho. Mormente, o que se nota é que as críticas à companhia são publicizadas quando o vínculo empregatício já foi rompido, sendo dificultado o acesso aos trabalhadores para os quais vigora a condição de empregados⁴³.

⁴³ Sites especializados em carreira e emprego, como “Love Mondays”, ou mesmo extensos fóruns em grupos públicos de discussão denotam a recorrência do fato, sendo que, como veremos, a depreciação das atividades da companhia, em

A construção do código de conduta, mais que um constructo interno que objetiva dar direção, é uma resposta aos diversos questionamentos realizados à companhia Arcos Dorados e ao próprio McDonald's. Assim, extensivamente são recomendados e observados quando da firma de parcerias com franqueados, fornecedores ou outros terceiros. Os valores e ações propostos, indicam a preocupação com a "integridade" da companhia, que no seio da concorrência intercapitalista, vem apresentando queda nas vendas e nos lucros. Por sua história, indica valores e um modo de vida atualmente questionado, forçando a companhia a rever desde seu cardápio, até as relações laborais praticadas.

No âmbito da gestão de pessoas, a norma interpõe formulações acerca do perfil e caracteriza sua atividade como um nicho. A utilização do nexa da "oportunidade" é cabal, partindo do acolhimento dos sujeitos a partir do que estes são/sabem, visto que as vagas genéricas nas lanchonetes são ocupadas em grande parte por jovens na primeira experiência de emprego.

Coloca-se que:

A seleção e promoção de nossos empregados é realizada com base em procedimentos transparentes sustentados no talento, na aptidão, competências de trabalho, vocação, histórico profissional, na avaliação de desempenho, no comportamento ético e no compromisso com os interesses da Companhia. (ARCOS DORADOS, ANO, p.12)

É sabido que a companhia oferece oportunidade sem critérios específicos como requisição, especialmente para adolescentes e jovens em busca do primeiro emprego. A padronização da rotina multiatividades garante que os trabalhadores apreendam as tarefas que não exigem maior envolvimento. Conforme apontaremos, os manuais de manipulação de alimentos e a rotina da QSC&V (Qualidade, Serviço, Limpeza e Valor), impõem um despotismo às atividades e preenchem o tempo de trabalho por completo.

A carreira na empresa emprega um modelo piramidal em que a ascensão se dá através da meritocracia, avaliada por resultados e vinculação ao conteúdo da empresa. No nível gerencial, um completo programa de *trainees* busca captar talentos e notórios em cada área para garantir um núcleo privilegiado, ou como chamou Harvey (1993), um

“grupo central” que articule o trabalho primário e dotado de flexibilidade funcional. A existência de tal programa por si só denota a incapacidade de o trabalho nos níveis hierárquicos inferiores alçarem as capacidades dos sujeitos como que para assumirem altos cargos na companhia, entretanto, como sempre há exceções, esses casos raros são hipervalorizadas para incentivar a ilusão de possibilidade nos cargos inferiores.

Para assumir um cargo inferior, não é necessária experiência ou qualificação prévia, pois, é através da formação no trabalho, ou a qualificação profissional por treinamento, que se garante a funcionalidade do trabalhador na interação com a máquina. Como indicado por Oliveira (2012, p.03),

antes de chegar à loja, o atendente deve cumprir um período de treinamento com sucesso. Em seguida, à medida que se destaca em suas atividades, o funcionário pode ser gradativamente promovido a treinador, coordenador de equipe, trainee de gerente, segundo assistente, primeiro assistente e gerente operador.

A cronologia evolutiva, indica a possibilidade de ascensão, com o reforço de modelos que lograram cumprir tais etapas. Para cumprir tais etapas “são ministrados cursos de reforço nos Centros de Treinamento Regionais”, sendo exigido do candidato ou da candidata “ter mais de 25 anos, nível superior completo e disponibilidade de tempo para trabalhar em horários diversos”. Continuamente, “o candidato passa por um Programa de Desenvolvimento Gerencial, com 13 semanas de duração, ao término do qual está apto a assumir a função de segundo assistente”. (OLIVEIRA, 2012, *passim*).

Para finalmente ascender aos níveis hierárquicos superiores, é exigida uma formação com maior centralização, pois, “para funcionários que ocupam cargos de gerência, tanto da corporação como dos restaurantes próprios, a Universidade do Hambúrguer oferece cursos técnicos, de administração básica e comportamentais” (OLIVEIRA, 2012, p. 2). Como a importância do vínculo aumenta, e esse trabalhador passa a não ser tão prescindível, o pacto cobra as exigências dos privilégios conquistados. Nesse nível, igualmente estão associadas consequências como o adoecimento no trabalho, casos de morte no trabalho (*Karoshi*), desenvolvimento de novas doenças associadas ao trabalho, entre outras consequências da ascensão.

Ressalta-se que toda companhia, especialmente esta, com um conteúdo de tamanha permeabilidade, precisa erigir determinadas

estruturas que conservem o acúmulo e garantam a continuidade da proposta, ao menos enquanto vigorar sua hegemonia. Não é sem motivo que há uma universidade e que se valoriza a transmissão dos valores comportamentais associados à marca.

Outro campo de atenção nas formulações da companhia é a questão dos direitos humanos. Como sua representação fundamental no campo das relações entre nações, a companhia apresenta uma plataforma de fomento a dinâmica social local, prometendo colaborar com as populações locais em matéria de trabalho e na promoção das vidas individuais e comunitárias, com trabalho responsável e socioambientalmente sustentável.

Relacionado aos direitos humanos, identifica-se a seguinte proposta:

Apoiamos os direitos humanos fundamentais de todas as pessoas. Não daremos emprego a crianças, nem a trabalhadores sob a idade legal de emprego para o tipo de trabalho no país onde o trabalho for realizado. Proibimos o castigo físico e o assédio. Cumprimos as leis trabalhistas em todos os países nos quais operamos. (ARCOS DORADOS, p.12).

Como instituição de escopo mundial, dialoga com as causas de instituições humanitárias de igual alcance. Os tratados internacionais relacionados à temas que lhe afetam são ratificados publicamente como forma de responsabilidade social e compromisso coletivo, o que objetiva diminuir a imagem negativa que se cria pela atividade em si. Parcerias entre a marca McDonald's e o UNICEF para arrecadação de fundos, difusão de campanhas de interesse do Estado e promoção do "Dia da Criança", foram realizadas para associação da marca com a instituição internacional. Assim, a empresa atua na linha de menor resistência, e apesar de receber uma série de informações de auditorias externas⁴⁴, atua

⁴⁴Citamos aqui o serviço prestado pela multinacional Bureau Veritas para a companhia, na qual toma por referência os padrões legais de normatização instituídos e vigentes no país, mas igualmente amplia a avaliação do franqueado de forma a garantir o padrão de negócios associado à marca. Nesse sentido, o *check-list* verificado quando das vistorias abrange: 1) Condições das Edificações e Instalações; 2) Conservação dos Equipamentos e Utensílios; 3) Higiene Ambiental; 4) Armazenamento de Materiais de Limpeza 5) Sanitários / Vestiários dos Funcionários; 6) Sanitários de Clientes; 7) Higiene dos Manipuladores e Treinamento; 8) Recebimento; 9) Armazenamento e Identificação de Produtos Alimentícios; 10) Área de Preparo; 11) Área de Atendimento / Dessert; 12) Mc

como inibidora das violações de direitos humanos apenas quando existe pressão popular ou fiscalização estatal.

Ao tratar da necessidade básica inerente à condição proletária, a companhia dispõe das vagas de trabalho em contextos em que este pode ser escasso ou inexistente, o que favorece a dominação no espaço de trabalho. Ambiguamente, o trabalhador comumente experimenta uma mudança no cotidiano a partir da assunção da atividade, gozando inclusive de *status* em determinados contextos. Há que se falar então do perfil do trabalhador, sendo que o perfil varia de acordo com as características locais inerentes à sociabilidade. Em países em que as desigualdades são flagrantes, o perfil do trabalhador é o do trabalhador jovem, do sexo feminino e com pouca formação.

Geralmente o horário flexível é inicialmente atrativo, pois permite ao sujeito articular a atividade laboral com os estudos, por exemplo. Da mesma forma, é notório que a propaganda relacionada ao trabalho na companhia destaca que “a Arcos Dorados fornece tratamento igualitário e igualdade de oportunidades de emprego sem distinção de raça, etnia, cor, religião, sexo, idade, nacionalidade, orientação sexual, situação militar ou outra situação protegida pela lei. (ARCOS DORADOS, 2012, p.13), o que serve de justificativa para um “acolhimento” indistinto, tornado possível pois o ambiente de trabalho é uniformizador e na realidade, não é afetado pela vida particular do sujeito.

O perfil do trabalhador é o do sujeito que manifesta, também na vida local, resistências relacionadas a dominação e opressão de ordem sociocultural. A promessa de supressão das desigualdades mediante a uniformização opera como justificador do que se trata como *dumping social*. Essa prática caracteriza-se pelo escoramento da exploração do trabalho nas necessidades objetivas mais diretas dos sujeitos. Assim, o trabalhador que é responsável pelo sustento da casa, o que sofre preconceitos e o que é oprimido em outros espaços de trabalho por razão de raça/etnia, orientação sexual, religião, entre outros fatores que condicionam algum tipo de desigualdade, é mais afeto a continuar no trabalho, ou mesmo aceitá-lo em razão da estrita necessidade imediata, o que se dá como condição permanente e estrutural desse tipo de trabalho. Se antes o empregador investia na formação e buscava manter o trabalhador mais experiente, agora o trabalhador recebe apenas uma

Café; 13) Salão do Restaurante e Mc Café; 14) Quiosque; 15) Mc Entrega; 16) Drive-Thru; 17) Área do Suporte / Gerência 18) Controle de Água; 19) Controle de Pragas; 20) Controle de Resíduos; 21) Controle de Registros / Documentação.

formação genérica e não onerosa que pode ser facilmente propagada. Isso enfraquece o poder de barganha desse coletivo de trabalhadores, considerada sua descartabilidade e fácil substituição. A rotatividade no setor demonstra o poderio de incremento na formação com retorno rápido, visto que é um processo infindo e pelo qual passam um grande quantitativo de trabalhadores.

Com um perfil de trabalhadores jovens, a Arcos Dorados, representando uma tendência do setor de serviços em que não há necessidade de um trabalhador qualificado, explora a tenra idade e a falta de baliza comparativa para imprimir a qualidade do trabalho que deseja, aumentando a exploração e maximizando os lucros. Braga (2012), em sua excelente análise acerca do universo dos trabalhadores em telemarketing, expõe que há uma unilateralização, por parte dos contratantes, das imposições relacionadas à contratação, visto que a formação no trabalho é garantida e o sujeito torna-se proficiente na atividade com pouco investimento. Não obstante, seu estudo também sinaliza que inicialmente o trabalhador experencia uma “satisfação residual”, em consequência do contato com a nova experiência, da possibilidade de o salário ser superior, ou mesmo ser um salário, se comparado com o estágio anterior.

Todavia, no decorrer do tempo, as preterições contidas na proposta inicial positiva, mostram-se inalcançáveis, e a “oportunidade” apregoada torna-se condição. Em análise documental, pudemos observar que trabalhadores da empresa denotam as dificuldades internas de garantia da igualdade de oportunidades prometida, visto que há privilégios e utilização do poder gerencial para ganhos, inclusive sexuais, estes últimos que demandaram a expressa documentação de que os trabalhadores “têm direito a trabalhar num lugar que esteja livre de hostilidade, intimidação ou abuso, quer seja sexual ou de outro tipo, ou atos ou ameaças de violência física” (ARCOS DORADOS, p. 12), não porque estes sejam garantidos, mas porque é necessário evitar num contexto em que a disposição de forças permite.

Por fim, como a instalação da franquia é também uma relação entre estados, considerando a remessas de divisas e a representação ideopolítica e cultural, a empresa coloca ainda que:

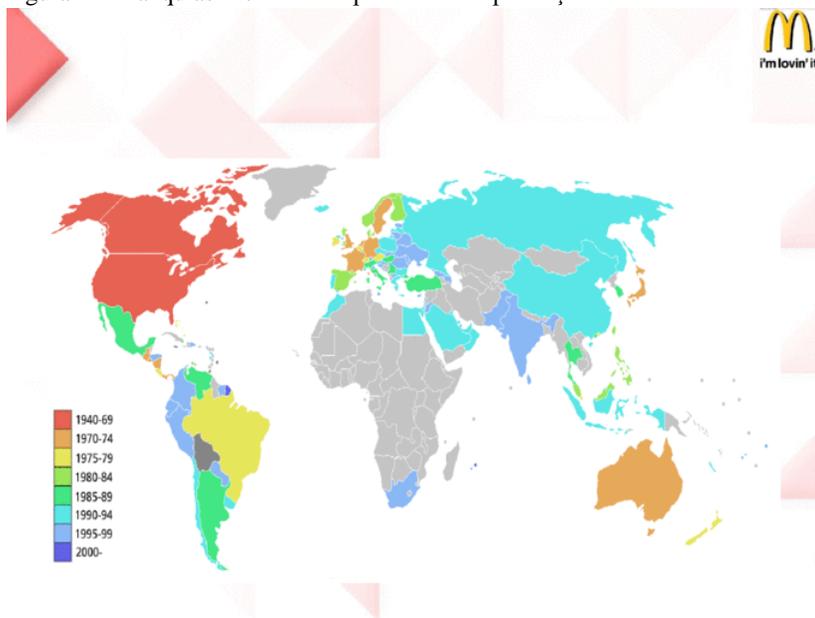
Como empresa acreditamos em um sistema político democrático em que é substancial a livre mercado e a segurança jurídica para a gestão privada e onde exista um Estado de Direito que garante regras transparentes, éticas e imparciais para todos os cidadãos e organizações e que tem como um de seus objetivos essenciais a melhoria da qualidade de

vida de todos os cidadãos. (ARCOS DORADOS, p.25).

Desta forma, prefere operar em contextos de liberdade e sem contingências políticas que possam interferir nas operações de produção e comercialização. É flagrante que as nações em que a companhia não atua sejam estratificadas como “menos avançadas”, ou mesmo rebeldes e desenfreadamente comunistas e ameaçadoras das ideologias de mercado.

Como é possível apreender na figura que segue, as zonas de influência e controle das instituições internacionais, considerando alianças econômicas e militares, manifestam a possibilidade de instalação do negócio. Entretanto, não diretamente, a influência da lógica *fast-food* é notória, tendo influenciado inúmeras redes de franquias mundo afora.

Figura 2 – Franquias McDonald’s por ano de implantação



Fonte: McDonald’s Índia

As relações internacionais apresentam um retrato dos negócios da companhia, que inicialmente teve incidência na Europa ocidental, Japão e Austrália, importantes parceiros comerciais no pós-guerra, além do próprio Canadá, que já é partícipe orgânico das ações econômicas e sociais estadunidenses em diversas áreas. Curiosamente, o Brasil está entre os primeiros países da América Latina em receber uma loja da

franquia. Já entre os últimos países a cederem à pressão da integração econômica e concentração do comércio de alimentos, são os países do leste europeu integrantes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e a própria Rússia (parte na Ásia). Por fim, a Guiana Francesa registra nos anos 2000 a abertura de uma loja e mais recentemente (ainda não está no mapa) o Cazaquistão abriu sua primeira franquia McDonald's.

Se a análise do caso precisa ser mundial, é no processo vivenciado em cada lanchonete que se consolida a fragmentação do trabalho e do trabalhador. Assim, a seguir, enveredamos pela análise das consequências para o trabalhador individual e coletivo, considerando que o modelo interpõe reações para o mercado de trabalho como um todo, ressignificando a experiência laboral do setor de serviços nos contextos em que atua.

3.5 PRODUÇÃO EM MASSA: A ESTEIRA DE PRODUÇÃO FORDISTA DO HAMBÚRGUER

No que toca a organização do trabalho, enquanto parcelamento deste frente às exigências produtivas, a companhia interage com normas e estruturas reguladoras nos diversos países em que atua. As normas sanitárias, o arcabouço jurídico da regulação do trabalho, os sindicatos de setor, as organizações da sociedade civil e as comunidades locais, colocam-se invariavelmente como fatores a serem considerados e enfrentados.

De grande importância, a manipulação de alimentos é regulada por normas de saúde pública e um sem número de recomendações de institutos, fabricantes, organizações de classe entre outras instituições. Comumente cada instituição ou organização sintetiza práticas de recomendação em produções organizadas em manuais receituários, muitas vezes chamadas de “procedimento operacional padrão”. Com um viés taylorista no que se refere à ação, as recomendações geralmente são acompanhadas de valores correspondentes, buscando envolver o chamado “colaborador” no processo. Na produção de sanduíches, por exemplo, estipula-se o tempo máximo de 2 minutos para sua confecção, sendo este o resultado de uma estratégia gerencial que envolve toda uma cadeia produtiva.

Para dar conta dessas necessidades, a organização do trabalho é regulada por um manual de operações com 750 páginas que “descreve como os operadores devem fazer *milk shakes*, hambúrgueres grelhados e batatas fritas, especificando detalhes de forma e tempo de preparo”. (OLIVEIRA, 2012, p. 01). A uniformização dos procedimentos objetiva

garantir a fluidez do processo que é controlado informacionalmente para fins de monitoramento da demanda e abastecimento. Como destacado por Oliveira (2012, p. 02), “a padronização e a rotina das tarefas em cada loja exigem maior supervisão (seja pela observação humana, seja por controle tecnológico permitido pelo sistema de iluminação) e funcionários mais preparados (e responsáveis) ”.

Assim, o sujeito atua como apêndice do “sistema”, havendo pouca maleabilidade para inventividade e criatividade, qualidades que só emergem quando há igual mobilidade no quadro hierárquico e se vinculada a proposta unitária e padronizada já desenvolvida da empresa. Já citamos algumas aventuras do empreendimento, como o menu saudável no Brasil, que visivelmente não se adequou ao esquema organizacional.

Na interface homem-máquina, a tecnologia da informação vigia e regula a produção, e mesmo a interface homem-homem, característica do atendimento, é suprimida quando há igual padronização para avaliação do perfil do cliente e consequente resposta. Na formação a companhia sinaliza a existência de 4 “tipos” de clientes: o socializador, o perfeccionista, o comunicador e o executivo, sendo que o atendimento é intencionalmente oferecido para agradar cada perfil.

Há, portanto, uma rigidez característica da inspiração fordista-taylorista que impulsionou o negócio *fast-food*, mas que é reforçada pela introdução da informática e outros recursos da tecnologia da informação. A subsunção formal do homem à máquina opera na despersonalização do sujeito, ou na construção de uma personalização vinculada ao trabalho, processo que exige um maior convencimento pelo conteúdo ideológico, visual e cultural. Com essas exigências são incorporadas noções e léxicos do toyotismo, que aperfeiçoa o modelo gerencial inicial e garante um esquema justificativo capaz de apassivar e convencer trabalhadores e clientes.

No trabalho,

os métodos de controle são ditados pela tecnologia padronizada do sistema operacional, que faz que a informação necessária para operar o sistema seja limitada. Considerando que se trata de um sistema interconectado, todos os trabalhadores devem produzir no mesmo ritmo para manter o sistema equilibrado. Por isso, a importância do trabalho em equipe é sempre enfatizada. (OLIVEIRA – 2012, p. 03).

A ênfase no trabalho em equipe demonstra a interdependência da cadeia produtiva, que complexificada e descentralizada, mas com controle único, carece de uma organização firmemente comprometida com a atividade. Apesar de estar longe de qualquer perfeição, é preciso passar uma imagem que demonstre um serviço limpo, rápido, seguro e de qualidade, o que demanda interarticulação dos trabalhadores para promover os objetivos coletivos tidos como metas.

Como mote geral, a companhia reforça o valor como eixo central de sua atuação. A busca por convencer e passar uma imagem desvinculada do que a companhia realmente é demonstra o caráter de manipulação da atividade, a qual busca representar oportunidades de carreira, melhoria da qualidade de vida, compromisso com as populações locais, entre outros artifícios de marketing e propaganda. No livro “A Disciplina dos Líderes de Mercado”, os especialistas em *management* Fred Wiersema e Michael Treacy evidenciam que uma empresa se faz sobre três conceitos: a proposição de valor; o modelo operacional que permite chegar a esse valor (o qual reúne processos operacionais, sistemas gerenciais, estrutura empresarial e cultura); e a disciplina de valor. Esta é a forma de combinar a proposição de valor e o modelo operacional para obter a liderança do mercado, o que para os autores, faz a grande diferença. (BOAVENTURA et. al. , 2008).

Para manter o estrito controle padronizado em torno da marca, são necessários recursos capazes de incidir nos trabalhadores em todos os níveis gerenciais. O despotismo do trabalho opera em um ambiente que se pretende livre e promotor, o que atenua os conflitos e externaliza as consequências. Aliado à formação por treinamento, negocia a subjetividade do sujeito no contrato de trabalho, visto que apesar de não vender toda sua saúde física, compromete qualquer personalização autêntica.

Nesse contexto de precarização do trabalho com consequências diretas para o trabalhador e para o trabalho coletivo, as pressões apresentam indícios de sua insustentabilidade. O consenso de Washington e suas prerrogativas econômicas, que são também filosóficas, impelem o trabalho a um momento de sufocamento, em que a crise da financeirização igualmente apresenta sinais de bancarrota. Entretanto, as evidências de saídas contra-tendências ainda fazem operar algumas estratégias que revigoram a possibilidade de valorização e a continuidade das relações sociais de produção caracteristicamente capitalistas, ao menos para uma parte dos trabalhadores, visto que, no Brasil, a precariedade não é ocasional ou intermitente, mas condição primeira das relações laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conformação sociohistórica do estatuto assalariado e dos processos de vida atinentes à proletarização têm se alterado ao longo dos últimos 40 anos, especialmente em decorrência das significativas mudanças observadas na composição orgânica do capital. Consideradas as vicissitudes da exteriorização enquanto resultado da atividade do trabalho do homem, também a alienação e as ideologias envoltas às disputas na sociabilidade se movem sobre novos e alterados nexos.

Ainda que não tenhamos conseguido demonstrar muitos dos impactos específicos na sociabilidade, é cabal que a reificação do nexos social do trabalho vem contribuindo para o fortalecimento de estratégias manipulatórias no âmbito deste. A formação no trabalho ganha contornos miméticos e a instituição/organização corporifica atributos e imperativos capazes de organizar e modelar práticas corporativas e sociais.

A atribuição de valores especificamente humanos à valoração do trabalho vem contribuindo para diminuir as resistências impostas pelas pressões por valorização no modo de produção capitalista, incorrendo em regressões no campo dos direitos sociais, especialmente os diretamente vinculados ao trabalho. Como resposta às necessidades de diminuição dos custos da produção com exploração do trabalho, as dimensões da precarização do trabalho ampliam-se também para o sujeito que trabalha.

O parcelamento das atividades com conseqüente subdivisão do sujeito, nega-o a participação no conjunto sociolaboral e contribui para diversas manifestações de estranhamento. Sobremaneira, verifica-se o enfraquecimento das lutas coletivas do trabalho, especialmente nas camadas mais jovens do proletariado urbano e, ainda mais, –se consideradas as especializações do trabalho – nas vinculadas ao setor terciário. A complexificação da divisão social do trabalho tem contribuído para esconder o cerne da exploração deste, alterando as formas de proletarização e fazendo emergir novos estranhamentos e outras expressões deste como as doenças do trabalho.

Certamente que a vivência proletária é significativamente diferenciada no campo, na indústria e nos serviços. Se antes as camadas do campesinato migravam para as cidades, ou camadas das periferias vendiam sua força de trabalho na indústria, atualmente se tem observado que os primeiros empregos estão concentrados também no setor terciário. O complexo da gestão do trabalho é uma resposta às demandas por envolvimento consentido e captura da subjetividade, considerando que no setor de serviços não basta apenas a exploração da força física do sujeito.

A atividade no mundo do trabalho contemporâneo requer um sujeito que dispense, além da força física, atributos relacionados à linguagem, valores, imagem, entre outras formas de subjetivação, que acabam por envolver todo o processo de formação no trabalho. Entretanto, aquém das estratégias de envolvimento e manipulação, continua vigoroso o despotismo no trabalho. As combinações entre modelos produtivos de cunho fordista/taylorista com métodos e técnicas organizacionais toyotistas demonstram a coexistência de vivências associadas à proletarização industrial com o nexos do empreendedorismo e da participação ativa no trabalho corporativo.

Não obstante, buscamos demonstrar que o incremento do emprego da força de trabalho no setor terciário, a partir da análise do caso do McDonald's, é relativo, ou seja, não suprime formas de trabalho tradicionais e arcaicas. Na medida em que envolve a produção tradicional, também fomenta e promove formas arcaicas. O desenvolvimento desigual e combinado, especialmente em um país como o Brasil, torna-se a tônica das pressões sobre a exploração de forma a garantir o ciclo da valorização do capital.

Assim, a proletarização, a partir da experiência e das afecções dos sujeitos individuais, manifesta-se coletivamente com o surgimento do novo trabalhador coletivo. Na mesma plataforma de sociabilidade, os novos movimentos sociais, as interações nas redes sociais e as flutuações entre participação e apassivamento nas lutas populares, demonstram um conjunto heterogêneo e complexo de mediações. O pensamento pós-moderno, a partir das consequências do fim da guerra fria e da crise estrutural, demonstram um movimento potencialmente pernicioso.

A medicalização da saúde, os fenômenos associados à violência urbana, a repressão aos movimentos camponeses e de trabalhadores, os conflitos armados em regiões estratégicas a partir da recomposição do bloco de poder imperialista, entre outras manifestações da vida, demonstram a intolerância com projetos societários alternativos. A mercantilização e militarização da vida apresentam-se como alternativas únicas no contexto da globalização. No caso brasileiro, a resposta via mercado tem ganhado espaço político e cultural, ainda que as resistências sejam igualmente fortes e perenes.

No campo das possibilidades, são intensificadas as estratégias de envolvimento e manipulação, entretanto, por estas servirem de plataforma apenas para a constituição de uma classe dirigente intermediária, não se sustentam junto a massa dos trabalhadores. Se nas atividades educacionais, de serviços, propaganda, marketing e no âmbito gerencial a formação no trabalho ganha terreno e vigor, nas periferias e em alguns

setores intelectuais, tem recebido inúmeras críticas. O acirramento das disputas configura, no âmbito da sociabilidade, os tensionamentos pela lucratividade e pelo incremento da exploração, num contexto em que o trabalho digno é escasso e que a falácia da humanização do trabalho sob a égide do capital não encontra base material.

Desta feita que apenas proposições pretéritas e idealistas buscam incidir nas representações conscientes dos sujeitos individuais e coletivos como manifestação da individuação. Se na emergência da vida cotidiana podem se reproduzir, parecem demonstrar perda de vigor no decorrer do tempo. A rotatividade no trabalho, o aumento das patologias associadas ao trabalho, a psicologização e patologização da vida, são evidências das desastrosas consequências do trabalho contemporâneo, ou quiçá do não trabalho.

Ao inviabilizar modos de vida tradicionais, o capital em sua fase monopolista e tardia controla o acesso aos bens e serviços sociais. Resta, pois, a alternativa do assalariamento, se com sorte, pois o trabalho precário e desprotegido ainda é a regra no Brasil. Todavia, resistências coletivas têm cada vez mais dificuldades em vigorar e competir com um mercado concentrado e fechado. As alternativas postas, inclusive desde a economia solidária, colocam-se igualmente no campo da manipulação e do idealismo, sugerindo esconder elas mesmas formas de precarização do trabalho através do trabalho desprotegido em cooperativas. Quando da existência de alternativas, tratam elas de começar do zero, desconsiderando o trabalho morto e o poderio do controle dos modos de produção como formas de controle da vida social.

A ideologia, ou as manifestações da vida representadas na consciência, atravessam os infortúnios da vitória do neoliberalismo como modelo econômico-social, associada à decadência ideológica experienciada como resistência às contradições inerentes à produção capitalista. Ao resistir e metamorfosear-se para que qualitativamente sejam mantidos os pressupostos do valor, da propriedade e do dinheiro, as personificações do capital respondem negativamente às contingências históricas de sua incontrolabilidade.

Ambigualmente, as respostas são dotadas de uma positividade moral, que no escopo das teologias de segunda ordem, objetivam convencer e ordenar comportamentos e práticas sociais, levando a cabo as medidas necessárias para viabilizar a expansão do capital imperialismo. As consequências sociais têm beirado o absurdo, sendo que, contrariamente à racionalidade como projeto da modernidade, descambam para o irracionalismo quando necessário.

Nesse contexto de mercantilização da vida, as estratégias corporativas de imprimir filosófica e cientificamente sua racionalidade para o lucro invadem o Estado através da educação, do meio jurídico e econômico. As normas corporativas e a ética empresarial se tornam importantes instrumentos de controle em meio à concentração e centralização dos capitais. Como estratégias de exteriorização dos custos de produção, a precarização estrutural do trabalho através da terceirização, dos trabalhadores autônomos liberais ou mesmo do *franchising*, apresentam-se como liberdade para o trabalhador, que torna-se um empreendedor de si mesmo.

As pressões sobre o trabalhador como mercadoria – que deve ser valorizada –, são crescentes e denotam o caráter da individuação, mesmo quando o trabalho coletivo se encontra complexificado e interacionado nos mais diversos ramos produtivos. A ambivalência entre individuação e socialização aparece na experiência social como caótica e espraia impeditivos para a formação de uma sociabilidade viável e promotora das capacidades humanas.

As demandas da economia política do capital, em interação com sua negação - a economia política do trabalho -, tem feito emergir novos conflitos sociais. As respostas envoltas à repressão e à manipulação endossam o caldo social em que as contradições se tornam insuprimíveis, interpondo alternativas como os conflitos armados, e/ou a destruição produtiva. Nesse ínterim, conquistas civilizatórias são perdidas e o retrocesso do ponto de vista da construção da igualdade substantiva são igualmente preteridas ou até inviabilizadas.

A construção de alternativas não pode negar a necessidade de redistribuição da parcela do trabalho morto como nexos fundamentais para fomentar novas alternativas de sociabilidade. Da mesma forma, o processo de trabalho, a partir das determinações ontológicas do trabalho, contém em si mesmo o germen da alienação, que sob as relações de produção capitalista, potencializam fetiches e estranhamentos que interpõe a vida social.

Desvelar as imbricadas relações entre a produção de mercadorias e os complexos erigidos como alternativas de controle e manipulação da vida social torna-se tarefa de fundamental importância para a compreensão das novas determinações da divisão social do trabalho após a terceira idade da máquina. Assim, indicamos a necessidade de novas pesquisas e de novas metodologias que sejam capazes de desvelar os meandros ideológicos que perpassam a construção da hegemonia da classe burguesa e do capitalismo como modo de produção prevalecente.

REFERÊNCIAS

- ABE, Maria Inês Miya. **Franchising, terceirização e grupo econômico**: A responsabilidade solidária como instrumento de combate à precarização das relações trabalhistas. Ribeirão Preto/SP: IELD, 2013.
- ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David [et. al.]; Trad. [PESCHANSKI, João A. et. al.]. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.
- ALVES, Carmen Lucia Rodrigues. **O evangelho segundo o McDonald's**: Um estudo sobre o processo de produção fast-food. 2006. 157. Dissertação - Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, 2006.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Giovanni. ESTANQUE, Elisio. (Orgs.). **Trabalho, Juventude e Precariedade**: Brasil e Portugal. Bauru/SP: Canal 6, 2012.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Paulo H. Furtado de. Capitalismo, Estado e política: notas a partir de Chasin e do Gramsci de Carlos Nelson Coutinho. In: **Revista Katalysis**, Florianópolis, V. 16, n.1, p. 26-36, Jan/Jun, 2013.
- AUGUSTO, André Guimarães. Lei de Tendência à queda da taxa de lucro: resenha crítica de uma polêmica. IN: **Economia-Ensaios**, Uberlândia, 19(2): 111-124, jul./2005.
- BARAN, Paul A. SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**: Ensaio sobre a ordem social e econômica Americana. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BARBOSA, Vanessa. Batata quente, quente. In: **EXAME**. Marketing, notícias. 09 Mar. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/HGV8iI>. Acesso em: 15 Set. 2016.
- BLOCK, Ernst. **O princípio da esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAVERMANN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. 3ª.Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CAMPOS, André Gambier. Sindicatos no Brasil hoje: Dilemas apresentados pela sindicalização. In: **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. - v.1, n.0. Brasília: Ipea; MTE, 2014.

CARVALHO, Davi Ferreira. CARVALHO, André Cutrim. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. In: **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011.

CHASIN, José. **A miséria brasileira 1964-1994**: Do golpe militar à crise social. Santo André/SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CUNHA, Denis Antônio da et. al. Uma análise sistema da indústria alimentar brasileira. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, XLIV, 2006, Fortaleza. Apresentação sem presença de debatedor: Sistemas alimentares e cadeias agroindustriais. Fortaleza: SOBER/BNB, 2006.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: Estudo de psicopatologia do trabalho. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DIEESE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/FkElo7>. Acesso em: 18 Set. 2016.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels e Lenin**: a história em processo. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FOLHAINVEST BALANÇOS. Brasil responde por 50% da receita da maior franquia do McDonald's. FOLHA On-line. 05 de agosto de 2014. Disponível em: <https://goo.gl/tlHhIU>. Acesso: 16 Abr. 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2ª. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GASPARINI, Cláudia. **REVISTA EXAME**. Chinês morre em fábrica da Apple por excesso de trabalho. 12/03/2015. Disponível em: < <http://goo.gl/g953wU> >. Acesso em: 02 Mar. 2016.

GILPIN, Kenneth N. Richard McDonald, 89, Fast-Food Revolucionary. In: **THE NEW YORK TIMES**: Business Day. 16 de Julho de 1998. Disponível em: <https://goo.gl/6Yo1IZ>. Acesso em: 12 Jul. 2016.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David [et. al.]; Trad. [PESCHANSKI, João A. et. al.]. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 5ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. Classe e consciência de classe no Brasil. **32º Encontro Nacional da Anpocs**. São Paulo, Anpocs, 2008. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2528&Itemid=230. Acesso em: 07 Out. 2015.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.

JAKITAS, Renato. GAZZONI, Marina. McDonald's lucra com volta às origens: Líder global em fast-food abandona estratégia de promover itens saudáveis e investe no bom e velho hambúrguer para reanimar vendas. In: **ESTADÃO**. Economia & Negócios. 30 Mai. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/N6N3H9>. Acesso em: 03 Out. 2016.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LOWI, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Trad. Henrique Carneiro. In: Actuel Marx, 18, 1995.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à Teoria Econômica Marxista**. Lisboa: Antídoto, 1978. (Fragmentos – *Mimeo*)

MASON, Mich. Dart Container buys red Solo Cup maker for \$1B. In: **USA TODAY**. Money. Disponível em: <https://goo.gl/q4RsrT>. Acesso em: 10 Out. 2016.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol I Livro Primeiro, Tomo 1. 2ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I Livro Primeiro, Tomo 2 . 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARX, Karl Heinrich. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura Social e formas de consciência**: A determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAKANI, Paulo. A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho. In: MANFROI, Vania. M. MENDONÇA, Luiz Jorge V. P. de. **Política Social, Trabalho e Subjetividade**. Vitória: EDUFES, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Notas sobre a democracia e transição socialista: a redefinição da democracia. In: **Democracia e transição socialista**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990. p. 69-105, 117-127.

OEA: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Pacto de San José da Costa Rica. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. OEA: San José/Costa Rica, 1969. Disponível em: <https://goo.gl/1P7bI>. Acesso em: 15 Jun. 2016.

OIT: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. **Convenção nº. 182**. Genebra, 1999. Disponível em: <https://goo.gl/vXNIUH>. Acesso em: 11 Jul. 2016.

OIT: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Declaração da OIT sobre a Justiça social para uma Globalização Equitativa. In: **Conferência Internacional do Trabalho**. 97ª. Reunião, Genebra, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/PejhY0>. Acesso: 10 Jul. 2016.

OLIVEIRA, Paulo Cristiano de. **Estudo de caso**: Desafios da administração do McDonald's no Brasil. (mimeo), 2012. Disponível em: <https://goo.gl/4BcJE8>. Acesso: 18 Mar. 2016.

PAIVA, Simone Bastos. **Franquia**: uma estratégia empresarial através de rede de empresas. SEBRAE, 2005. (mimeo).

PEPIN, Jacques. Burger Meister Ray Kroc: McDonald's began an industry because a 52-year-old mixer salesman understood that we don't dine--we eat and run. In: **TIME MAGAZINE**: Sponsored Stories. 07 de dezembro de 1998. Disponível em: <https://goo.gl/1Xjegg>. Acesso em: 14 Jul. 2016.

REIS, Antero Maximiliano Dias dos. **McDonald's**: A dura face do trabalho juvenil (Florianópolis, 2000-2007). 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação – CEE/FAED. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

REZENDE, Frederico Pífano de. CASTRO, Janine Mattar Pereira de. **Ética na empresa: o indivíduo e suas relações no trabalho**. VIII

Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Rezende/RJ, 2011.
Disponível em: <https://goo.gl/owQ11c>. Acesso em 11 Mai. 2016.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe:** uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo: Expressão popular, 2007.

WHARTON SCHOOL. **About Wharton.** Disponível em:
<https://goo.gl/eTNNBH>. Acesso em 14 Set. 2016.